



**Milhares na rua
por melhores salários
e melhor emprego**

Luta para continuar

No dia de luta nacional, que trouxe para as ruas de Lisboa, Porto e quase todas as capitais de distrito o descontentamento de muitos milhares de trabalhadores, a CGTP convocou um grande plenário de sindicatos para ontem. Face à ofensiva do patronato e do Governo, a resposta é a intensificação da luta.

Centrais

Concentração no Porto

A paz é necessária

Pela paz, contra a guerra e o terrorismo foram as palavras de ordem que mobilizaram centenas de pessoas, na concentração realizada anteontem à tarde, na Praça dos Poveiros, no Porto.

Págs. 19

Orçamento aprovado

Direita de barriga cheia

O guião, já conhecido, foi cumprido em quase todos os detalhes. O Orçamento do Estado passou com os votos favoráveis do PS, a abstenção de Daniel Campelo e a «ajuda» inesperada do PSD.

Págs. 8 e 9

JCP faz anos

As grandes batalhas

A JCP fez 22 anos no sábado, alguns meses depois de se comemorar o 80.º aniversário da criação das juventudes comunistas portuguesas. João Pauziño, fala da história e do presente.

Págs. 12 e 13

Jornada nacional de 16 a 19 de Novembro



Informar e esclarecer

A duas semanas do início do período oficial da campanha eleitoral para as autarquias, a CDU lança, a partir de amanhã, uma jornada nacional de informação e esclarecimento.

Com novos materiais de propaganda.

A sublinhar a diferença.

E a mostrar as muitas e boas razões para votar CDU.

Págs. 5, 6 e 7

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.º A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros

25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Jornada de luta convocada pela CGTP

Resumo

7 Quarta-feira

Milhares de trabalhadores concentram-se em Lisboa num protesto, promovido pela CGTP, contra a actual política económica e social do Governo. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte, Albano Ribeiro, exige a revisão da lei de bases da Saúde de forma a que seja reconhecido o direito ao Serviço Nacional de Saúde aos trabalhadores extracomunitários. Dirigentes palestinos acusam Israel de «compensar» a retirada das tropas da Cisjordânia com um reforço do bloqueio às cidades autónomas do território palestino. O secretário-geral da Liga Árabe, Amr Mussa, exige o fim dos bombardeamentos contra o Afeganistão.

8 Quinta-feira

O PCP refuta na Assembleia da República que o Orçamento de 2002 vá combater as assimetrias e desigualdades regionais, acusando o Governo de fazer propaganda com uma «perversa viragem para o interior e o mundo rural». A Comissão de utilizadores da banca promove em Lisboa uma acção de protesto, contra o pagamento do acesso às caixas automáticas. Os estudantes do ensino superior, público e privado, reúnem-se em assembleias magnas, para discutir e decidir acções de contestação contra os cortes orçamentais para o ensino superior. O chefe do governo da Escócia, Henry MacLeih, demite-se devido ao seu envolvimento num escândalo de corrupção que há oito meses abala os meios políticos locais.

9 Sexta-feira

Rui Sá, candidato da CDU à Câmara do Porto, defende a criação de pelouro de apoio aos idosos na autarquia. A Fenprof defende a demissão do secretário de Estado para a Educação, João Praia, na sequência de declarações prestadas sobre o papel dos professores durante a pausa lectiva de 28 de Outubro a 2 de Novembro. No Afeganistão, as forças da Aliança do Norte reclamam a tomada da cidade de Mazar-I-Sharif. Os partidos religiosos radicais do Paquistão realizam um protesto nacional contra os bombardeamentos no vizinho Afeganistão.

10 Sábado

A CGTP considera que a fixação do salário mínimo nacional em 69.770 escudos é insuficiente face à previsão dos níveis da

inflação para o próximo ano. Cento e sessenta países presentes na Conferência de Marraquexe adoptam a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, relativo à redução dos gases com efeito de estufa. Shimon Peres, ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, apresenta o seu plano de paz ao primeiro-ministro Ariel Sharon. Temporais com amplitudes catastróficas abatem-se sobre o Norte da Argélia, tendo causado a morte a 400 pessoas.

11 Domingo

Carlos Carvalhas acusa o Bloco de Esquerda de se ter transformado em «barriga de aluguer» ao dar «suporte político» à candidatura de Ana Cristina Ribeiro em Salvaterra de Magos. O candidato da CDU à Câmara do Porto, Rui Sá, denuncia o «completo desleixo» da autarquia relativamente aos bairros camarário. Milhares de trabalhadores da companhia aérea belga Sabena manifestam-se junto ao aeroporto de Bruxelas contra as condições de falência da companhia. O governo da Zâmbia acusa o Exército angolano de atravessar a fronteira entre os dois países e sequestrar cerca de 60 civis.

12 Segunda-feira

Os carteiros portugueses iniciam uma greve às horas extraordinárias. Um Airbus 300 da American Airlines despenha-se em Queens, um bairro residencial em Nova Iorque. Um comboio de ajuda alimentar da ONU que se dirigia para Baymian, no centro do Afeganistão, é destruído por um bombardeamento americano. O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, propõe a criação de uma força policial destinada a combater o terrorismo e o crime organizado na Europa.

13 Terça-feira

O bastonário da Ordem dos Médicos considera uma «solução mirabolante» a hipótese colocada pelo ministro da Saúde de contratar clínicos espanhóis para substituir os 136 estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa que, eventualmente, sejam reprovados no final da licenciatura. O Parlamento Europeu debate em Estrasburgo a adopção de instrumentos jurídicos que permitam lutar contra o branqueamento de capitais ligado ao terrorismo. Uma equipa de forças especiais das Nações Unidas aterra no aeroporto de Bagram, a Norte de Cabul. O exército israelita bloqueia todas as estradas no sul da faixa de Gaza.

Aconteceu

Deco denuncia gás radioactivo

A Associação de Defesa dos Consumidores (Deco) encontrou níveis «preocupantes» de um gás radioactivo, o radão, em habitações portuguesas. O gás que constitui a segunda causa do cancro do pulmão, ultrapassa os limites recomendados pela Comissão Europeia (CE) em 17 por cento das habitações monitorizadas e apresenta valores «suficientemente elevados para que se tomem medidas correctivas» em 22 por cento das habitações.

As conclusões constam de um estudo publicado na revista da Deco Teste Saúde, na edição de Novembro com base em medições em 250 casas

de Norte a Sul do país. Face aos resultados, a Deco aconselha as autoridades portuguesas a «efectuarem um rastreio geral no país» para que seja elaborado «um mapa do radão de forma a localizar o problema».

Segundo a Deco, os valores podem atingir níveis preocupantes, nomeadamente nas regiões graníticas do país: Guarda, Viseu e Gerês, entre outras. O radão entra nas habitações pelas fissuras no pavimento e nas paredes, pelas junções mal vedadas entre o solo e as paredes da casa e entre as paredes e as canalizações de água e gás e a instalação eléctrica.

Travar o consumo de álcool

Decorreu na sexta-feira, na Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade de Lisboa, o IV Encontro do Centro Regional de Alcoologia do Sul (CRAS), com o objectivo de encontrar formas de travar o excessivo consumo de álcool em Portugal.

Segundo dados do CRAS, Portugal é desde 1992 um dos quatro principais consumidores mundiais de bebidas alcoólicas e o maior da União Europeia. Perante este quadro, o director do CRAS, Domingos Neto, defende uma lei

apertada contra o consumo de álcool, como a melhor forma de prevenir o excesso de consumo de bebidas alcoólicas em Portugal, e o estabelecimento de 18 anos como a idade mínima para poder ingerir álcool.

O encontro que contou com a presença de vários jovens, serviu para debater temas como «A juventude e o consumo de álcool em Portugal», «A dimensão do problema», «Prevenção, medidas tomadas e a tomar», e ainda «A compreensão, prevenção e o tratamento de problemas ligados ao álcool».



Buzinão na Ponte 25 de Abril

A Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril organizou, sexta-feira, mais uma jornada de protesto em reacção ao aumento das portagens anunciado para Janeiro.

A Associação sugeriu aos utentes que se manifestas-

sem entre as sete e as nove horas da manhã através do não pagamento de portagem e pedido de guia para pagamento posterior e do pagamento com trocos ou notas a partir de dois mil escudos. Uma marcha lenta e um buzinação foram

outras das acções de protesto ocorridas.

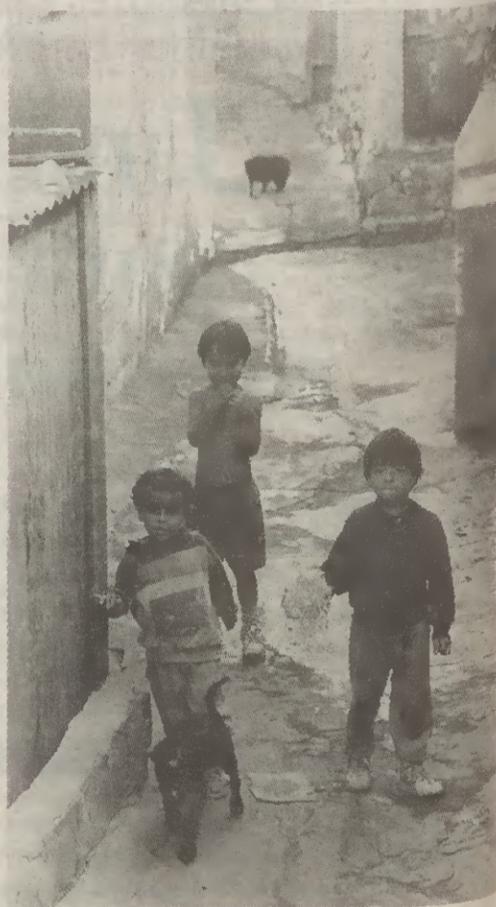
A partir de 2002, a classe 1 (ligeiros e motociclos) passa de 150 para 200 escudos, a classe 2 de 370 para 510, a classe 3 de 550 para 750 escudos e a classe 4 de 720 para 970 escudos.

150 mil jovens em risco

Portugal tem 150 mil crianças e adolescentes em situação de risco. Esta foi uma das conclusões do II Encontro Nacional de Emergência Infantil (EI), que se realizou sábado, em Faro.

Segundo o organizador do encontro, Luiz Vilas-Boas, cinco por cento da população portuguesa com menos de 16 anos, que se calcula em três milhões, apresenta características de risco, a maioria devido a problemas relacionados com a toxicod dependência dos pais. «Não significa que há 150 mil jovens numa situação que potência o surgimento desses problemas», sublinhou, observando que «a prevenção é a forma mais eficaz de combater esses problemas».

Cerca de 60 por cento das crianças em risco, dos 0 aos 6 anos de idade, têm problemas

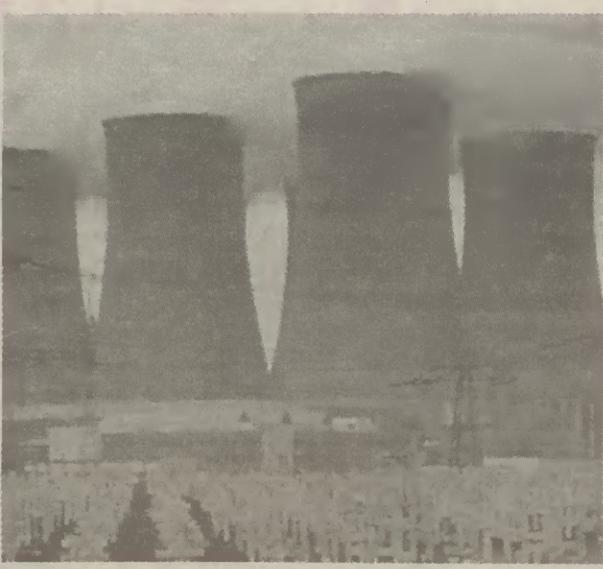


Lixos nucleares

Milhares de manifestantes «antinuclear» protestaram na passada semana contra a passagem de um comboio que transporta detritos nucleares, na região de Gorbelen (Norte da Alemanha).

Além da oposição à energia nuclear, os manifestantes acreditam que este tipo de transporte pode revelar-se muito perigoso em tempos de ataques e de ameaças à segurança interna.

A manifestação mais significativa desenrolou-se em Splietau, a alguns quilómetros de Gorbelen, onde cerca de dois mil activistas bloquearam as estradas à saída da vila, desafiando as autoridades. As forças policiais empregaram um aparato impressionante para lidar com os manifestantes: cerca de 18 mil homens, bem como uma panóplia de veículos, canhões de água e helicópteros.



Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Criar um forte movimento pela paz

Podemos imaginar Portugal com toda a sua população, a ser bombardeado dia e noite por sucessivas vagas de aviões? Podemos imaginar que um dos países mais pobres do mundo seja atingido dessa forma brutal pelo país mais poderoso e rico do mundo?

Vimos o horror em directo quando os aviões pilotados por terroristas suicidas chocaram contra as torres e imaginamos a dor, o sofrimento das cerca de cinco mil pessoas que pereceram. Mas também imaginamos, apesar de não vermos em directo, o sofrimento, a dor e o horror de milhões de pessoas, desde que começaram os bombardeamentos.

A vida de um afegão não é igual à vida de outro ser humano? Não é igual à dos que pereceram nas torres? É esta a forma de combater o terrorismo? Acaso a destruição de um país, já de si praticamente destruído, é o melhor modo de dar combate ao terrorismo?

Bush e os seus aliados podem rivalizar com os Cruzados da Idade Média. Em vez da espada, as bombas. Em vez dos cavalos, aviões. O resultado é o mesmo: a destruição e a morte.

Bush e os seus aliados podem rivalizar com os Cruzados da Idade Média

O conceito de retaliação que está a ser levado à prática pelos EUA e os seus aliados contra o Afeganistão não passa da utilização da pura força brutal contra um país em que as suas populações vivem em condições infra humanas. O país mais avançado no plano tecnológico está a utilizar grande parte do seu sofisticado poderio militar criando centenas e centenas de milhares de refugiados,

soterrando sob a sua sanha imperial o funcionamento de serviços mínimos que existem (água e electricidade).

Havia e há outros modos de dar combate ao terrorismo e aos terroristas. Os actos terroristas contra quaisquer países do mundo (e não apenas contra os EUA) têm de merecer por parte da ONU e das diversas instâncias o mais firme combate. Mas há quem pergunte, será que a ONU é capaz de promover esse combate? A resposta só pode ser uma: é, desde que os países que são membros mostrem a

sua total disponibilidade, o que significaria que os EUA deviam agir sob a égide da ONU e não por sua livre decisão e sem ter que prestar contas a quem quer que seja. Os ataques terroristas a quaisquer países só podem merecer o empenho de todos os países, no quadro da ONU, para julgar e punir os terroristas. O certo é que não foi nunca assim: movimentos terroristas apostados no combate ao progresso encontraram apoios nos EUA, incluindo Bin Laden e

as suas organizações. Portanto o que agora faz correr os EUA é outra questão. A região é uma das mais ricas de petróleo e gás. O mar Cáspio tem minerais raros como urânio e plutónio. O Afeganistão está encravado na Ásia Central entre ex-repúblicas soviéticas, a Índia, a China e o Paquistão, sendo que estes últimos três países têm armas nucleares. São estas as razões que fazem os EUA moverem-se.

A destruição e a morte semeadas pelos bombardeamentos e acções militares dos EUA e Grã-Bretanha devem ser condenadas e repudiadas, porque de modo nenhum este é modo de combater o terrorismo, antes se assemelha também a vingança e retaliação.

É por isso, injusta e imoral esta guerra. E é preciso erguer um enorme movimento social contra esta guerra que abraça todos os que a ela se oponham.

A concentração que se realizou no passado dia 30 de Outubro no Largo de Camões e que reuniu milhares de portugueses insere-se exactamente nesse objectivo de criar um forte movimento contra a guerra e o terrorismo. E se os falecidos da guerra anunciam que a guerra será longa, longa será a resistência, para que as opiniões públicas e os povos contem de modo mais significativo sobre os grandes problemas internacionais e sobretudo sobre o problema central da Humanidade – a paz.

Editorial

TERRORISMO

«**EUA - Maioria apoia ataque nuclear**», grita, a toda a largura da sua primeira página, o «Diário de Notícias» de 9 de Novembro. O leitor que não deixou de pensar e mantém a lucidez, lê a brutal notícia e começa por julgar ter-se equivocado. Relê, confirma e não quer crer... Tenta acreditar, ainda, que se tratará de uma gralha, da falta de um «não» entre «maioria» e «apoia»... e, ansioso, procura no interior do jornal o desenvolvimento da notícia. Aí, confirma o horror: **«a opção de 54% dos americanos pelo recurso à bomba atómica»** (ao lado da notícia sobre os resultados da sondagem, pode ver-se uma fotografia: uns quantos militares observando, à distância, uma explosão nuclear - e a asséptica legenda: «Teste - Desde a II Guerra Mundial, a bomba atómica nunca mais foi usada»). Mesmo assim, não desiste o leitor lúcido de procurar, no jornal que divulga tamanha monstruosidade, um comentário crítico, uma reflexão sobre a aberração que é 54% da população de um país defender a utilização da bomba atómica contra outros povos (distantes, muito, muito distantes, obviamente...). Em vão: o jornal limita-se a divulgar a notícia, não a comenta – nem a comentará nos dias seguintes. Dir-se-ia que o facto de 54% da população do país mais pode-

amplamente difundidas por uma poderosa rede mediática que existe para servir fielmente os interesses do Império) – não é difícil (numa situação como a que se vive actualmente) conseguir uma sondagem com tais resultados. Não é difícil: é apenas trágico. Trágico como qualquer outro acto de terrorismo.

Provavelmente, nenhum dos cidadãos que, nesta sondagem, se pronunciaram pelo horror, conhece a verdade sobre Hiroshima e Nagasaki. No entanto, há semelhanças entre as «justificações» que sustentaram o lançamento das duas primeiras bombas atómicas e a «leitura» que o presidente Bush faz da situação actual. As bombas sobre Hiroshima e Nagasaki – que o «Diário de Notícias», talvez por julgar despidendo, não refere terem sido lançadas pelos EUA... – foram «justificadas» com o argumento que tem suportado todos os monstruosos crimes do imperialismo norte-americano: «poupar vidas». A verdade era, como se sabe, bem diferente: o acto criminoso e bárbaro dos EUA, para além de constituir uma retaliação ao ataque dos japoneses à esquadra norte-americana, tinha como objectivo essencial travar o avanço do Exército Vermelho, cuja acção fora e estava a ser decisiva para a derrota do nazismo e para a defesa da democracia e da liberdade. Truman (o Bush então de serviço) começou por dizer que o lançamento das bombas atómicas – que provocaram a morte imediata de 120 mil pessoas e a morte a prazo de muitas mais – havia «poupado 250 mil vidas americanas»; dias depois, elevou o número de «vidas poupadas» para «500 mil, das quais 300 mil americanas»; finalmente, arredondou a conta para «um milhão de vidas poupadas»... De tudo isto, certo, seguro – e trágico – apenas as centenas de milhar de vítimas provocadas pelo mais bárbaro acto de guerra da História. Perpetrado, insista-se, pelos EUA.

“Até hoje, apenas o imperialismo norte-americano recorreu à utilização de bombas atómicas”

roso do Mundo defender a utilização da bomba atómica no Afeganistão e no Médio Oriente é, para o jornal em questão, uma coisa natural, simples, banal – sabe-se lá, até, se digna de apreço...

Na realidade, os resultados desta sondagem constituem uma exibição dramática, trágica, das consequências de uma prática política e informativa postas ao serviço do ódio, da mentira, da manipulação, da mistificação, do desprezo pelos mais elementares direitos humanos. Os cidadãos norte-americanos que se pronunciaram pelo horror, pelo recurso à barbárie, não o fizeram, seguramente, em consciência; não o fizeram por estarem possuídos de instintos criminosos natos. Fizeram-no, essencialmente, por ignorância, por desinformação, por efeito da monumental operação de lavagem de cérebros a que têm vindo a ser sujeitos ao longo de sucessivas gerações. Num país que se auto-proclama portador de um mandato divino e, por isso, modelo de virtudes; expressão máxima de democracia; exemplo acabado de liberdade e de respeito pelos direitos humanos; guarda avançada na luta do Bem contra o Mal – e que difunde tais patranhas através do discurso oficial de sucessivos governantes (secundadas e

Vale a pena sublinhar que, até hoje, apenas o imperialismo norte-americano recorreu à utilização de bombas atómicas; que o argumento então utilizado para justificar tamanha brutalidade era falso; e que, quando a União Soviética, no auge da *guerra fria*, assumiu o compromisso de não ser o primeiro país a lançar bombas atómicas, o governo dos EUA se recusou a assumir igual compromisso...

Na situação actual, a captura e (ou) a morte do terrorista ben Laden é apresentada aos povos de todo o mundo, e muito particularmente ao povo norte-americano, como um acto que tem como objectivo «poupar vidas». E é para «poupar vidas» que as bombas norte-americanas matam civis inocentes no Afeganistão...

Daí os resultados da sondagem: essa monstruosidade com que o «Diário de Notícias» encheu a sua primeira página – sem um comentário, sem uma reflexão sobre o seu significado, quase que embandeirando em arco... A verdade é que conseguir que 54% dos cidadãos norte-americanos defendam a utilização de bombas atómicas contra os povos do Afeganistão e do Médio Oriente, constitui, por si só, uma vitória do terrorismo. Neste caso, do terrorismo praticado pelos governos dos EUA.

Actual

Razão suficiente

● Vítor Dias

É com uma angustiada atenção e uma inquieta expectativa que tem de ser seguido o desenrolar do julgamento em curso na Maia em que, a par de acusados de integrarem um rede de aborto clandestino, figuram também dezassete mulheres acusadas de prática de aborto.

A verdade é que se trata de um caso em que a realidade veio a ultrapassar as piores previsões e as mais tranquilas garantias.

Com efeito, nos debates passados, os mais firmes defensores da despenalização do aborto, embora enfatizando principalmente outras perversas consequências da manutenção na lei do aborto como crime punível com prisão até três anos, sempre alertaram para o risco de essa penalização legal conduzir a processos a mulheres por esse motivo e a eventuais condenações judiciais.

Mas do campo dos adversários da

despenalização a resposta que sempre vinha é que essa penalização só visava sinalizar uma fronteira entre «o bem» e «o mal» e que ninguém queria investigar, julgar ou condenar mulheres por essa corrente violação da lei.

Agora os factos vieram falar de uma forma bem mais brutal e dizem-nos, para nossa vergonha enquanto Estado, nação e povo (atenção que, quanto a responsabilidades, a conversa é menos geral e menos colectiva), que é possível no Portugal do início do terceiro milénio dezassete mulheres sentarem-se no banco dos réus sob uma tal acusação.

Rejeitando todo e qualquer calculismo, desejamos vivamente que venham a ser absolvidas, isto é, que o humanismo e a sensibilidade social de quem é chamado a aplicar a justiça possa passar à frente de um estreito e cego positivismo jurídico.

E estamos certos de que será difícil

encontrar muita gente que suspire pela condenação destas mulheres, pois os mais empolgados adversários da despenalização até conseguiram inventar essa suprema originalidade de, segundo eles, no aborto haver «crime» mas já não haver «criminosas», enquanto nós sempre preferimos dizer que se obviamente não havia «criminosas» então pela certa que não haveria «crime».

Conhecemos todos a dimensão social e humana do problema do aborto clandestino. Mas mesmo que a sentença, como é imperativo, venha a ser a absolvição, talvez baste meditar na penosa situação em que estas dezassete mulheres foram colocadas ao longo de meses e nas invasoras perguntas que tiveram de enfrentar, para se concluir que, se outras razões não houvesse - e há, só isso já é razão suficiente para evidenciar a indispensabilidade e premência da aprovação de uma lei de despenalização como a que, em 17.11.99, foi apresentada na AR pelo PCP.



A prima Ifigénia

● Carlos Gonçalves

Camilo Castelo Branco, um dos nossos grandes escritores do século XIX, escreveu «A queda dum anjo», uma novela satírica que conta a vida de Calisto Elói de Barbuda, morgado de Agra de Freimas, «nascido em 1815, na Aldeia de Caçarelhos, termo de Miranda».

É a história dum «fidalgo provinciano», miguelista arrebatado, cruzado das causas mais conservadoras, que seduzido pela belíssima prima Ifigénia e um baronato se tornou liberal e apoio parlamentar do governo respectivo.

O ano passado, quando Daniel Campelo viabilizou o OE do Governo PS, lembrei-me de Calisto de Barbuda. Mas o paralelismo entre o baronete de Ponte de Lima e o Barão de Agra de Freimas era parcial - o PP, actual partido miguelista, era cúmplice no negócio.

Aliás, é sabido, a direita esteve sempre conivente com os OEs dos governos de Guterres, viabilizados em 97 pelo PSD e PP, em 98 e 99 pelo PSD e em 96 e 2000 pelo PP.

Este ano a viabilização objectiva fica a dever-se tanto à abstenção de Campelo como à falta de Duarte Lima - facto que importa reter, porque são possíveis leituras diversas.

Facto é que este OE dá expressão clara à viragem à direita do Governo PS e, quanto ao essencial, inverte a reforma fiscal, beneficia os grandes interesses e acentua a concentração de riqueza.

Facto é que, passe a cenografia, a aprovação do OE deixa de pé o tal «acordo confidencial», várias vezes referido por Marcelo Rebelo de Sousa, que garantiria a «estabilidade» do Governo PS e de Durão Barroso no PSD, até 2003.

Facto é que, por exemplo, o mandatário de PPortas e paladino das grandes seguradoras Bagão Félix o considera «de todos (os orçamentos) o menos mau» e recomendou a abstenção do CDS/PP.

Facto é que este OE foi um negócio de meses, servido por Oliveira Martins a Campelo e apresentado pelo próprio Guterres como favorável ao «mundo rural» e às «famílias», tal e qual exigiam o morgado limiano e o PP.

Facto é que Portas, ou alguém por ele, nunca faltou ao PS nos momentos decisivos e que Campelo não só não é expulso como dirige de facto o PP regional de Viana do Castelo.

Facto é que este Governo, com a última remodelação, tornou-se objectivamente uma coligação do PS com «independentes» de direita, vindos do PP e da Opus Dei, e que faz pelo seu pé o caminho das coligações, mais ou menos formais, com o PP e a direita, nas leis estruturantes, no OE, no deslizamento securitário e nas autarquias.

No fundo, em vez de Campelo, que já tem o seu baronato, foi Guterres que se passou ainda mais claramente para o lado dos grandes interesses.

Alguém conhece a prima Ifigénia do Engenheiro Guterres?



Voto de segurança

● Leandro Martins

A aprovação limiana do Orçamento do Estado para 2002 não surpreendeu ninguém. E não foi apenas porque se aguardava - com maior ou menor expectativa - a abstenção de Daniel Campelo para fazê-lo passar. Sendo um Orçamento que agrada à direita «económica», isto é, ao grande patronato e às suas ambições, não seria de estranhar as eventuais cambalhotas e torcicolos que os partidos à direita do PS haveriam de tentar para que o documento pudesse fazer o seu caminho - aquele que lhe foi traçado em direcção aos bolsos dos trabalhadores para aí arrecadar os tostões que engrossarão de milhões as bolsas já gordas do capital.

Por isso, as peripécias da votação na globalidade deste Orçamento cuidadosamente urdido pela equipa de Guterres, são isso mesmo: peripécias. Contorcionistas provados, os políticos da política de direita, que se distribuem por várias bancadas,

deram o seu espectáculo. No PSD, o partido que há anos se ergue em bicos de pés para mostrar-se como alternativa à mesma política que o PS serve, o espectáculo foi triste. Os «efeitos especiais» preparados tinham os cordelinhos à mostra. E, por mais hábeis contorcionistas, ser-lhes-á difícil «explicar» ausências e «atrasos». Mesmo o professor Marcelo não encontrará um menino Tonecas disposto a acreditar na bondade das explicações que, semanalmente, despeja. Ainda há pouco tempo, a matreirice que o levou a berrar contra a Assembleia a propósito da votação da Lei de Programação Militar não o salvou de ser acusado do

«esquecimento» de que, no seu tempo de líder, deixara passar vários casos semelhantes. A matreirice encenada pelos dirigentes do PSD, desta vez, «esquecendo-se» da ausência de um deputado e mantendo um par deles «à

porta» - entra, não entra -, sugere fortemente que o PSD pretendia conservar pelo menos um voto de segurança, não fosse dar-se o caso de Campelo, agora defensor do mundo rural, depois de ter defendido o seu queijo, se esquecer - como pareceu ir quase fazê-lo - de brindar o Governo com uma limiana abstenção. Ou talvez temessem que algum deputado do PS, num assomo de socialismo, se recusasse a fazer o frete a Guterres. É que a substituição de um deputado é coisa para se remediar num quarto de hora. E foram os deputados do PSD - e não outros - que chamaram vergonhosamente à conversa a doença de Duarte Lima.

De qualquer modo, o Orçamento passou. E Cavaco Silva já deu a explicação. Em retalhos divulgados de uma entrevista que aparecerá amanhã na rádio, o antigo bom aluno de Thatcher já disse que não o choceava nada este Orçamento. Só fazia votos para que o Governo do PS o venha a cumprir.



Frases

“A nossa Bolsa é pequena e não é muito séria. Há quem seja de andar a fazer “trafulhices”. Um Governo responsável ou acaba com ela, ou cuida dela”

(Medina Carreira, *Público*, 12.11.01)

“Fiquei surpreendido com a fragilidade psicológica dos americanos no seu todo. Na Índia, tivemos um situação de atentados nos anos 80 e nada se passou de condicionante a nível colectivo. Em Paris, houve a onda de bombas no metro, nos anos 90, e não houve uma histeria colectiva. A Grã-Bretanha e a Espanha vivem há décadas sob as acções do IRA e da ETA, e a reacção colectiva tem sido muito contida”

(Sanjay Subrahmanyam, historiador indiano, *Público*, 11.11.01)

“A facilidade com que se escreve por aí que a bomba atómica poderia ser uma “solução” na guerra em curso não deixa de lembrar de imediato a insanidade militarista que Stanley Kubrick tão bem retratou no seu filme “Dr. Strangelove””

(Nuno Pacheco, *idem*)

“Por este andar, o Orçamento de 3003 só vai ser aprovado a troco da protecção aos galos de Barcelos”

(João Maltez, *A Capital*, 9.11.01)

“A política bateu no fundo com a aprovação do Orçamento pelo inacreditável Campelo e o seu ridículo argumento da defesa do mundo rural. Mas bateu no fundo também com a polémica das leis orgânicas votadas sem a presença dos deputados necessários”

(Eduardo Dâmaso, *Público*, 10.11.01)

“Tranquilizamos os proteccionistas à custa do mundo pobre e surpreendemo-nos por haver tanto rancor contra a globalização e o poder americano. Desde 11 de Setembro que as pessoas têm estado a dizer que temos que ganhar a guerra dos corações e das mentes, especialmente nas nações muçulmanas, mas também na opinião do mundo. Nem toda a gente parece compreender o que isto implica”

(Sebastian Mallaby, *The Washington Post/Público*, 09.11.01)

“Em vez de nos confrontar com a realidade, Guterres preferiu o discurso redondo e simples [no Orçamento] que lhe fica bem na pequena política do quotidiano, mas que soa a tragédia quando sabemos que a crise nos bate à porta”

(Manuel Carvalho, *idem*)

“Na sua vingança compreensível e lógica, os norte-americanos não resistiram a fazer o mesmo que os ignominiosos terroristas de Manhattan: matar inocentes. Ou seja, a justificar, ampliando-o, o desamor dos outros por si”

(Fernando Dacosta, *Visão*, 08.11.01)

“Para o Ocidente, só há um tipo de terrorismo - aquele que é contra ele. Não se considera terrorismo o que se faz contra os outros ou o que fazem os amigos de algumas potências ocidentais”

(Pepetela, *idem*)

“O fenómeno da globalização, tal como se apresenta na actualidade, é a maior intensificação do domínio de praticamente uma só potência, que são os Estados Unidos da América. Fora isso, haverá a globalização do subdesenvolvimento”

(*idem*, *ibidem*)



Carlos Carvalhas afirmou que é possível vencer em Vila Franca de Xira

«Que nenhum voto falte!»

O secretário-geral do PCP esteve no concelho de Vila Franca de Xira no passado dia 8 e apelou à mobilização da CDU, essencial para garantir a vitória. E desmentiu a aparente confiança da cabeça de lista socialista.

Carlos Carvalhas afirmou que a confiança revelada pela presidente da Câmara e candidata do Partido Socialista, Maria da Luz Rosinha – que a levaram a dirigir-se ao candidato da CDU afirmando-se preocupada pelos resultados duma sondagem, que dava a CDU em terceiro lugar, atrás de PS e PSD –, não é real. O secretário-geral do PCP, que participava num jantar da coligação em Alver-

ca, considerou: «a experiência que eu tenho é esta: nos concelhos onde o PS está com dificuldades, como é o caso de Setúbal – em que já lá fui três ou quatro vezes –, nenhum órgão de informação apareceu; nos outros, onde nós temos uma expressão eleitoral muito pequena, aí, todos vão». Como «estão cá todos, isso demonstra, de facto, que o PS está aqui com uma grande confiança», iro-

nizou Carlos Carvalhas pois, na realidade, nenhum dos grandes órgãos de informação esteve presente.

Em seguida, Carvalhas apelou à mobilização do voto da CDU e à realização de iniciativas voltadas para o contacto e esclarecimento da população, «para que em 16 de Dezembro possamos dizer que ganhou a CDU, que é o mesmo que dizer que ganhou a população de Vila Franca de Xira. E isto está ao nosso alcance», pois o que as «sondagens verdadeiras» dizem é que há um empate técnico entre o PS e a CDU no concelho. Isto signi-

fica que, «se trabalharmos com afinco, determinação e confiança», a CDU tem a possibilidade de voltar a dirigir os destinos da autarquia.

Carlos Carvalhas lembrou ainda a prática do PS, no Governo – onde «comprou um deputado» para aprovar o Orçamento de Estado – e nas autarquias – onde, «no mesmo estilo», realiza magustos e distribui subsídios, procurando conquistar votações.

Por fim, o secretário-geral do PCP lembrou que o partido que aprova um orçamento que prejudica os trabalhadores e os reformados e que

coloca nos cofres da banca centenas de milhões de contos – que podiam ser utilizados na saúde, no ensino e no desenvolvimento dos municípios – é o mesmo que ocupa a presidência da autarquia.

Numa boa posição

Já antes, José Neves, o cabeça de lista da coligação, havia mostrado a sua convicção de que a CDU se encontra «numa boa posição» para disputar a presidência da Câmara, pelo património de trabalho passado e pelas propostas que tem para «construir um futuro melhor».

Afirmado que a CDU aposta nas decisões consen-

sualmente assumidas, José Neves lembrou que, ao invés do que o PS faz hoje, a CDU, quando ocupava a presidência da Câmara, distribuía pelouros aos membros das outras forças políticas, tendo, mesmo assim, sido «capaz de conduzir os destinos do município de tal forma que, em vinte anos, passámos do marasmo, da situação decrepita em que se encontravam quase todos os concelhos deste País, pela total ausência de poder local, para uma situação que nos colocou então, por estatísticas oficiais, entre os primeiros lugares no contexto de todos os municípios do País».

Para além do «valioso trabalho autárquico passado», José Neves destacou que a CDU possui uma série de projectos em carteira – deixados em 1997 e que o PS «infelizmente não soube aproveitar» – para «podermos relançar o nosso trabalho quando, em 16 de Dezembro, novamente voltarmos à presidência da Câmara Municipal».

Serafina Rodrigues, presidente da Junta de Alverca e novamente candidata da CDU, lembrou que a CDU gere uma freguesia que é maior que 70 por cento dos concelhos do País, com um orçamento de junta de freguesia, e reivindicou «intervenções urgentes» na área das acessibilidades – a construção da variante à EN 10 e dos novos nós de acesso à auto-estrada e a solução do problema do estacionamento –, na área ambiental ou da saúde.

Durante a tarde, Carlos Carvalhas e os candidatos participaram, com várias dezenas de apoiantes, numa grande arruada pelo centro da cidade de Alverca, onde puderam contactar com diversos sectores da população da

A CDU encontra-se em boa posição para disputar a vitória nas eleições

José Neves ao Avante!:

«Não se avançou no essencial»

– Falou-se no comício em sondagens que dão um empate técnico entre o PS e a CDU...

– Chegaram-nos informações de que este seria um concelho em que a situação estaria a ser discutida em pé de igualdade, palmo a palmo. Quero acreditar que sim, que isso seja verdade, mas quero mais acreditar que esta recta final será suficiente para se provar que não estamos em pé de igualdade, mas que a CDU continua a ser a maior força política no concelho.

– Ainda por cima se tivermos em conta que, nas últimas eleições, o PS beneficiou decisivamente da transferência de votos do PSD...

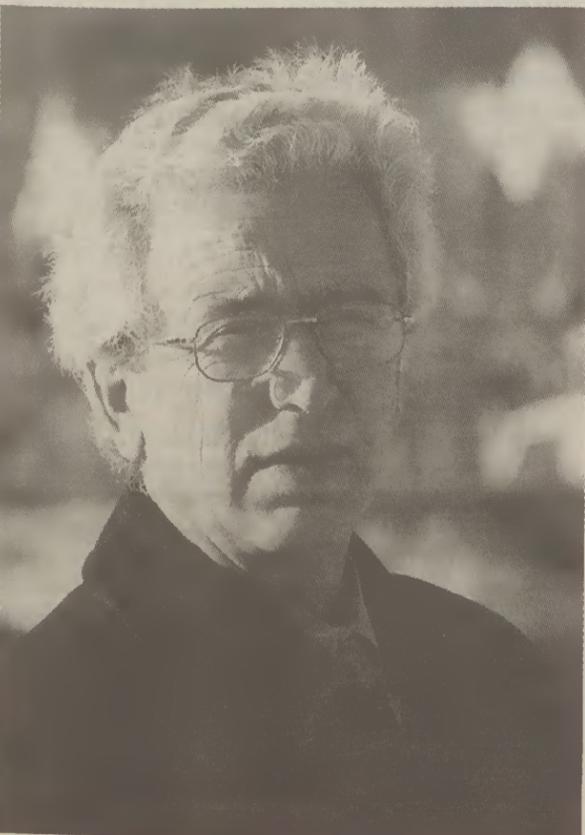
– A vitória do PS teve muito a ver com essa questão da transferência de votos, mas penso que também com outra questão. Nós estivemos cerca de 20 anos na gestão do município e muita gente, daquela que não acompanha diariamente o trabalho, pode ser tentada a um raciocínio do tipo: «já são muitos anos, vamos ver o que é que os outros fazem». Bem, tiveram o exemplo de quatro anos e eu espero que seja suficiente para reconduzir este concelho àquele caminho que foi traçado pela CDU e que nós sinceramente acreditamos ser o que melhor serve o concelho.

– Como caracterizarias a gestão do PS?

– Como aspectos positivos, haver muitas obras que se vêem em muitas freguesias. Os aspectos negativos são vários. Aquilo em que se avançou mais no concelho foi numa expansão urbanística que não tem cabimento, pois a população não aumentou da mesma forma que aumentaram as novas urbanizações. O concelho não tem necessidade de mais habitação, mas sim de requalificar a existente. Mais betão traz mais viaturas e constrangimento na circulação e não se conseguiu avançar no abrir das acessibilidades do concelho, que era aquilo que estava projectado. Desde aí, não se avançou um passo. E tudo isto são obras da competência do poder central, que é da mesma cor da Câmara.

– Isso desmente o que o PS diz, sobre as vantagens para os concelhos de terem maiorias da mesma força política do Governo...

– Exacto. As obras que eram necessárias continuam por fazer, como as deixámos projectadas há quatro anos. São os sistemas de saneamento e as acessibilidades, nomeadamente o desqualificar da auto-estrada para abolir as portagens e o construir os novos nós de acesso à auto-estrada. E nada disso avançou. Noutra campo fundamental, o da saúde, a promessa do novo hospital continua a ser isso mesmo, uma promessa.



CDU acusou a candidatura de Fernando Gomes de ter tido acesso a informações confidenciais da base de dados da Câmara do Porto

PS faz campanha ilegítima

A candidatura do PS à Câmara do Porto, encabeçada pelo ex-presidente Fernando Gomes, utilizou bases de dados municipais para fins de campanha eleitoral.

Em causa está a carta de candidatura enviada aos concessionários das habitações dos bairros municipais do concelho pelo candidato socialista, Fernando Gomes,

que teve como suporte a base de dados desses concessionários na Câmara Municipal que serve, por exemplo, para a emissão dos reci-

bos de renda. A CDU sustenta que a análise às etiquetas utilizadas indicia que «esse ficheiro tenha sido utilizado, na medida em que há informações que muito dificilmente poderiam ser obtidas de outro modo o que, a acontecer, é extremamente grave, porque, para além da utilização de um meio não cedido a

outras candidaturas, indicia a utilização abusiva de dados confidenciais dos munícipes», afirma a CDU do Porto em nota de imprensa sobre o assunto.

O acesso do PS à base de dados da autarquia viola a Constituição

Apesar do desmentido por parte da candidatura de Fernando Gomes, a CDU reafirmou a sua convicção numa segunda nota, «uma vez que temos a informação segura por parte dos munícipes a quem a carta foi endereçada que aqueles dados só podem estar na posse da Câmara Municipal do Porto». Para mais, a CDU possui ainda a garantia por parte desses munícipes de que «em nenhum momento forneceram elementos ou permitiram que

os seus dados estivessem ao serviço da candidatura do PS», uma situação que viola a lei de protecção de dados pessoais.

No desmentido de Fernando Gomes é afirmado que o PS possui elementos «bem mais completos do que os existentes na Câmara Municipal». A CDU, que considera o desmentido do ex-autarca grosseiro, leviano e irresponsável, considera que «podemos estar perante uma base de dados que, tendo origem na CMP, foi anotada, pelo que aumenta a preocupação, uma vez que é bem possível que nela se inscreva, por exemplo, a convicção ideológica, política ou religiosa de cada um, o que não só agride a referida Lei como a Constituição da República Portuguesa», pois o próprio desmentido admite ser a dita base da candidatura do PS.

Câmara na campanha

«Esta situação soma-se a outras em que, evidentemente, houve um tratamento ilegítimo por parte de sectores do Partido Socialista na Câmara Municipal do Porto ao Dr. Fernando



A campanha eleitoral no Porto está marcada por graves violações à Lei e à ética por parte dos socialistas

Gomes», afirma, na sua primeira nota, a Coligação Democrática Unitária. Esta acusação prende-se com as visitas que o candidato socialista tem realizado na companhia da vereadora da habitação, às ilhas do Cade-la, Carvoeiro e Maneta, em que esta anunciou, em nome da autarquia, a entrega das chaves para as habitações de uma nova urbanização. Ou ainda aos bairros Parceria e Antunes, onde a vereadora

indicava uma outra decisão da Câmara que se prendia com a possibilidade de transferência desses moradores. A CDU contesta ainda o que considerou ser um «tratamento majestático» dado ao candidato do PS em recente visita deste aos SMAS.

Sobre estes acontecimentos, a CDU afirmou que não põe em causa que qualquer vereador ou funcionário da CMP possa ser apoiante da

candidatura de Fernando Gomes à presidência da autarquia, mas que se exige destes que não se «extraiem na orientação a que estão obrigados quando usam o cargo e os poderes de que dispõem ou o horário a que estão obrigados perante a Câmara para acompanhar o candidato Fernando Gomes e, por exemplo, fazer de um momento de campanha eleitoral, um acto oficial».

Oeiras Saúde debilitada

«O direito à assistência na doença não tem sido assegurado satisfatoriamente à população do concelho de Oeiras», afirmou a CDU, a propósito da realização de um debate sobre o tema, realizado no passado dia 9, com a presença de Arnaldo Pereira, candidato da CDU à presidência da autarquia, e de Rui Pinhão, médico e candidato da CDU à Assembleia Municipal. A CDU, que reconhece que a maior parte da competência em matéria de saúde cabe ao poder central, considera que «não pode nem deve o poder local demitir-se das suas responsabilidades», ainda para mais quando se trata de uma Câmara Municipal como a de Oeiras, «cujo executivo se gaba amiúde de interferir nas mais variadas áreas – no tecido empresarial, por exemplo – é chocante que precisamente o sector mais importante para o bem-estar da população do concelho – a saúde – tenha sido negligenciado».

A coligação constatou que, das unidades de saúde existentes, apenas dois edifícios foram construídos de raiz, de Oeiras e Linda-a-Velha, que são insuficientes para os cerca de 107 mil e 35 mil utentes inscritos.

Em Algés, a unidade de saúde – com cerca de 30 mil inscritos – funciona em dois andares de um prédio de habitação, sem elevador, com recursos humanos insuficientes e com «relíquias dignas de figurar num museu de artigos clínicos». A CDU denunciou ainda outras unidades de saúde em semelhantes condições, destacando a da Cruz Quebrada/Dafundo, que funciona num prédio de habitação, encostado ao morro, e cujas paredes apresentam fendas por onde escorre água para dentro das instalações, provocando inundações que «por vezes os baldes não chegam para apagar a água que cai do tecto e até da instalação eléctrica, com manifesto risco para a integridade física dos utentes e dos profissionais que ali trabalham», lembra a CDU.

Também os hospitais foram alvo de inspecção da coligação, tendo esta chegado à conclusão que, quer em termos de condições de instalações como de recursos humanos, as três unidades hospitalares do concelho são manifestamente insuficientes.

Como conclusão, a CDU entende que mesmo que não se considerasse o conceito de saúde e bem-estar definido pela Organização Mundial de Saúde – onde é vista não só como ausência de enfermidade – «não podíamos deixar de considerar o serviço público de prestação de cuidados de saúde no concelho de Oeiras muito longe dos níveis aceitáveis, em termos de acesso, de volume, de qualidade e continuidade, seja no que se refere à rede de estruturas e equipamentos seja no tocante aos recursos humanos disponíveis».

A CDU de Almada apresentou, no passado dia 6, na Costa de Caparica, as linhas programáticas para o concelho, perante cerca de 200 pessoas. Apresentado por Maria Emília de Sousa, presidente da Câmara e candidata da CDU a novo mandato, o documento dá conta do início de um novo ciclo na vida do concelho, a década do desenvolvimento sustentável e solidário. Depois dos anos do «Planeamento e Infra-estruturação», vividos até ao final dos anos 80, em que se assistiu ao desenvolvimento de planos de ordenamento do território, de saneamento básico, de ordenamento da

circulação e do Plano Director Municipal, e da infra-estruturação básica, e da década do «Desenvolvimento Integrado» – anos 90 – em que se generalizou em todos os campos da vida autárquica a cobertura com equipamentos e serviços, a CDU anunciou, com a nova década, o arranque de um novo ciclo, materializado no objectivo de conquistar mais progresso e bem-estar social para todos.

A «Década do Desenvolvimento Sustentável e Solidário» pretende promover o bem-estar das famílias «com uma ampla cobertura de serviços e instituições» no campo da saúde, da educa-

ção, do apoio social, da prevenção da toxicod dependência e da habitação social. A modernização das instalações escolares, o apoio a crianças e jovens carenciados e excluídos e às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são parte integrante da «Almada Solidária» que a CDU pretende desenvolver.

A juventude merece destaque especial. A CDU pretende, para esta camada da população, incentivar e fomentar a «iniciativa juvenil, a sua dinâmica e participação» concedendo possibilidades de formação, de criação artístico-cultural, de

lazer, de prática desportiva e ocupação de tempos livres. O incentivo à criação de emprego para jovens e o apoio a programas de habitação a custos controlados para jovens estão também contemplados nas Linhas Programáticas para o concelho de Almada.

Outra das grandes prioridades da CDU prende-se com a questão dos transportes e acessibilidades. Nesta área, e para além da preocupação de criar espaços de estacionamento, a CDU quer ver concretizado o Metro Sul do Tejo e fomentará o uso do transporte público em detrimento do automóvel.

Almada

Iniciar um novo ciclo

Aveiro

Candidatura impugnada

A CDU exigiu junto do Tribunal Judicial de Aveiro que o primeiro candidato à Assembleia de Freguesia de Santa Joana pelo PSD fosse declarado inelegível, exigência que o Tribunal deferiu, determinando a exclusão de Vítor Martins, actual presidente da Junta, da condição de candidato do PSD. A decisão, de resto, de acordo com as exigências da CDU, prende-se com o não cumprimen-

to da Lei Eleitoral no ponto em que esta determina serem não elegíveis para as autarquias locais os «membros de corpos sociais e gerentes das sociedades, bem como os proprietários de empresas que tenham contrato com a autarquia não integralmente ou em execução continuada. Ora, Vítor Martins, uma vez presidente da Junta, cargo que já ocupa, teria assento na Assembleia Municipal o que,

na sua qualidade de proprietário e sócio-gerente da empresa que fornece de material de papelaria a Câmara Municipal – com a qual firmou recentemente um contrato de fornecimento contínuo para este ano – seria contrário à lei. Se Vítor Martins ocupasse outro lugar na lista que não o primeiro, não haveria qualquer irregularidade. A CDU lembrou que não se move contra ninguém,

limitando-se a «exigir dos outros o mesmo grau de cumprimento de lei que esta coligação a si própria se obriga», lembrando a CDU em seguida, na sua nota de imprensa, que um dos seus candidatos, em segundo lugar na freguesia do Eixo, está nesta posição e não noutra – nomeadamente candidato a um dos órgãos municipais ou cabeça de lista à freguesia – exactamente pela mesma razão.

ANTARQUIAS 2001

CDU

faz a diferença!

Soluções de qualidade para uma vida melhor

Vote PCP-PEV



Jornada Nacional de 16 a 19 de Novembro

Informar e esclarecer

A duas semanas do início do período oficial da campanha eleitoral para as autarquias, a campanha da CDU vai entrar numa nova fase com a jornada nacional de informação e esclarecimento que se realiza de 16 a 19 de Novembro.

Com efeito, concluída a apresentação das listas e estando em curso uma vastíssima e intensa actividade a nível local que é determinante para o êxito da CDU nas eleições de 16 de Dezembro, a jornada marcada para os próximos quatro dias têm sobretudo em vista dar nova expressão, ao nível da comunicação com os cidadãos, à mensagem e ao projecto nacional da CDU e ao seu valor e importância para a mobilização para o voto na CDU em toda a parte.

Coexistindo no tempo com o prosseguimento de múltiplas iniciativas locais de contacto directo com os eleitores, esta jornada tem entre os seus principais objectivos a divulgação e irradiação da imagem e mensagem de campanha da CDU e do seu novo lema «CDU faz a diferença!».

Para este objectivo, muito contribuirá a afixação de três novos materiais de propaganda visual: um novo «outdoor» (8x3), um novo MUPI e um pendão («Vote CDU») em material biodegradável.

Simultaneamente, e com utilização até ao fim da campanha, começará a ser distribuído um novo folheto que inclui a valorização da obra realizada pela CDU no poder local quer em situações de maioria quer em situações de minoria, dos candidatos da CDU, das linhas fundamentais do projecto da CDU para o próximo mandato e das «muitas e boas razões para votar CDU» em 16 de Dezembro.

O empenho das organizações e militantes do Partido e do conjunto dos activistas da CDU nesta jornada é naturalmente essencial para que ela marque um novo e forte impulso na dinâmica pré-eleitoral da CDU.

ANTARQUIAS 2001

CDU

faz a diferença!

Vote PCP-PEV



CDU confia na vitória em Salvaterra Retomar o projecto

Carlos Carvalhas esteve no distrito de Santarém onde visitou a Feira da Golegã e participou nas apresentações dos candidatos aos concelhos de Abrantes, Constância e Salvaterra de Magos. Neste último, o secretário-geral do PCP juntou com 450 apoiantes da CDU.

Apoteose é a melhor palavra para descrever a reacção das cerca de 450 pessoas que participaram no jantar de apresentação dos candidatos da CDU ao concelho de Salvaterra de Magos no passado sábado, à entrada no restaurante do secretário-geral do PCP. No meio deste ambiente, Carlos

Carvalhas lembrou que a actual presidente da Câmara foi eleita nas listas da CDU «beneficiando do prestígio autárquico da coligação e do trabalho das autarquias vizinhas geridas pela CDU», considerando que se «tivesse sido cabeça de lista do PS, ou do PSD não teria sido eleita». O secretário-geral do PCP lembrou que Ana Cristina Ribeiro ofereceu-se ao PS e ao PSD, tendo depois encontrado uma força que se «disponibilizou para ser «barriga de aluguer»», situação que «não é prestigiante nem para a candidata nem para a respectiva força». «Pela nossa parte preferimos perder votos falando a verdade, lutando pelo não abastardamento do nosso projecto do que entrar no oportunismo, no poder pelo poder, no semear ventos e mentiras e servir projectos pessoais.»

O candidato à presidência da Câmara, José Henrique Serra da Graça, afirmou que, depois de ultrapassadas as dificuldades criadas por um «grupo de eleitos que se afastaram e abandonaram o projecto político

que os fez eleger», o projecto da CDU vai continuar, «mais purificado, com sangue novo e ideias inovadoras», considerando que a CDU se apresenta às próximas eleições com a vontade de ganhar para afastar estilos de gestão arrogantes e prepotentes e para terminar o que ficou incompleto no actual mandato.

O candidato aliou ainda à vontade de vencer a convicção nessa mesma vitória, terminando a sua declara-

em e com o objectivo de dignificar o órgão ao qual se candidata.

Muitas realidades

Mas a viagem pelo distrito tinha começado ao início da tarde, em Abrantes, onde o secretário-geral participou na apresentação dos candidatos da CDU ao concelho. Carvalhas lembrou que reforçar as posições da CDU é dar força e voz aqueles que lutam por melhores salários e reformas e pensões, aos trabalhadores, aos reformados, salientando a importância – na actual situação económica e social – de «bater o pé ao Governo sempre que necessário como o fazem os homens, mulheres e jovens eleitos

cia, onde ouviu António Mendes, presidente da Câmara e candidato da CDU, dizer que «nós temos trabalho feito» e que Constância vai continuar a crescer porque é a CDU que tem estado, está e continuará a estar à frente do concelho. O autarca lembrou ainda que o PS e o PSD – que tiveram ambos a possibilidade de, até 1985, presidir ao concelho – «não souberam aproveitar o que estava ao alcance das nossas terras e adormeceram embalados na fidelidade partidária».

Ao fim da tarde, e antes de se dirigir para o grande jantar em Salvaterra de Magos, o secretário-geral visitou, juntamente com muitos candidatos da CDU, a Feira da Golegã, um dos mais famosos eventos de



Fez-se muito mais neste mandato do que nos anteriores, mas não tanto como seria possível, dizem os candidatos a Salvaterra de Magos

ção com: «A CDU vai ganhar!»

Antes, Maria Dulce Gonçalves, candidata à Assembleia Municipal, declarou candidatar-se pela CDU pela confiança depositada nas pessoas que a constitu-

pela CDU e que não sejam meras correias de transmissão e de desculpabilização do Governo como acontece com a maioria das autarquias socialistas.

De Abrantes, Carlos Carvalhas seguiu para Constância

actividades equestres do País. Nesta feira, Carlos Carvalhas dirigiu-se ao picadeiro e foi informado de que este foi obra da CDU, força majoritária no concelho até às últimas eleições, em 1997.

Distrito de Santarém

Uma imensa actividade

Não foi só neste sábado, em que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que o distrito de Santarém contou com uma intensa actividade da CDU. No dia 4, foi apresentado o candidato à presidência da Câmara de Alcena, Valdemar Henriques, que destacou o papel da coligação para acabar com a lixeira industrial planeada para uma localidade do concelho e para que a população conquistasse uma série de regalias com as quais conta hoje, nomeadamente um melhor horário no centro de saúde ou melhor sinalização, bem como, nas palavras do

candidato, o impedimento de um maior número de «aberrações urbanísticas». Contudo, é necessário o reforço da CDU, pois a acção do único vereador da coligação não foi suficiente para impedir a privatização do fornecimento de água e do sistema de recolha de lixo e limpeza pública. Ciente das dificuldades que a CDU enfrentará nas próximas eleições, o candidato comprometeu-se a contribuir para o esclarecimento e não para a confusão das populações, de forma a «que possam optar, em liberdade e responsabilmente, pela solução que acharem melhor.

Em Ferreira do Zêzere, a CDU apresentou Pedro Nunes à Câmara e Armindo Antunes à Assembleia. Pedro Nunes valorizou a disponibilidade demonstrada para a composição das listas, que integram, para além de naturais e residentes no concelho – que são a maioria dos candidatos –, vários «amigos» de Ferreira do Zêzere. No jantar participou Morais e Castro.

Mais de 400 pessoas manifestaram o seu apoio à CDU em Coruche, num jantar de apresentação pública das listas, que contou com a presença dos dois cabeças de lista, Manuel Brandão e

José Casanova, e de Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política.

Luísa Mesquita destacou, na apresentação pública das listas ao concelho de Santarém, que continua a faltar qualidade, modernidade e desenvolvimento, lembrando que gerir um concelho com «62 mil pessoas e vinte e oito freguesias, 27 anos depois de Abril, exige rigor e transparência na gestão dos dinheiros públicos», instrumentos de planificação de estratégias e uma visão alargada de futuro. A candidata afirmou que tudo isso será possível com uma gestão CDU.

O Orçamento e a RTP

• António Filipe

Prometer muito e fazer pouco, proclamar bons princípios e executar más políticas, não são novidades na prática do Governo PS, nem se restringem a uma única área governativa. Acontece porém que, no que se refere à política do Governo em relação ao serviço público de televisão, a contradição entre as palavras e os actos é tão flagrante que merece uma especial referência. Não é por falta de boas palavras de ministros e secretários de Estado que o serviço público de televisão tem vegetado na situação lamentável que todos lhe reconhecem. A avaliar pelos programas do Governo, quer de 1995 quer de 1999, e pelas numerosas entrevistas e artigos dos vários ministros que têm sido responsáveis pelo sector da comunicação social, a defesa e valorização do serviço público de televisão seria uma prioridade governativa.



Do Programa do XIII Governo, apresentado há mais de seis anos, constavam propósitos estimáveis de saneamento financeiro da RTP e de um novo quadro de exigência, no qual o serviço público seria entendido como uma filosofia de programação e não como um conjunto disperso de obrigações. Proclamava-se uma particular atenção à produção interna da RTP, com a correspondente utilização dos meios humanos e técnicos, devendo as condições de recurso à produção externa ser disciplinadas através de instrumento apropriado, que assegurasse a sua transparência e obstasse à constituição de situações de privilégio. Esta concepção de serviço público impunha um novo modelo de gestão que garantisse a efectiva independência da RTP face ao poder político. Passados seis anos e vários ministros, nem saneamento financeiro, nem filosofia de programação que se entendia, nem aproveitamento de meios humanos e técnicos, nem sequer um mínimo de estabilidade indispensável

ao funcionamento de uma qualquer empresa. Desde a abertura da televisão à iniciativa privada, no início da década de noventa, todos os governos se têm mostrado muito mais preocupados em assegurar a viabilidade dos operadores privados do que em garantir a existência de um serviço público de televisão capaz de responder aos desafios do panorama audiovisual, e quanto à política para o serviço público têm navegado à vista, anunciando reestruturações sobre reestruturações, sem qualquer visão estratégica acerca do presente e do futuro da RTP. Foi assim que, logo em 1996, uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo PS foi reduzir a publicidade na RTP, retirando-a por completo da RTP2, assumindo tratar-se de uma medida destinada a criar melhores condições de viabilidade financeira para as televisões privadas, evidentemente à custa do acréscimo de dificuldades financeiras para o serviço público. Posteriormente, assistiu-se à continuação da dança das cadeiras dos gestores da RTP que já vinha dos tempos do PSD, e à continuação de actos de gestão verdadeiramente ruinosos, anunciando reestruturações sobre reestruturações que, em vez de resolver os problemas da RTP, disfarçavam mal o propósito de privatizar segmentos da empresa. Foi o caso, designadamente, da transformação do Centro de Produção de Lisboa na empresa FOCO. Após a criação da holding "Portugal Global" e a nomeação de João Carlos Silva para a administração da RTP, mais uma vez se anunciou a tão almejada recuperação financeira e se proclamou a existência de uma política de fortalecimento do papel do serviço público de televisão, na qual o Governo estaria firmemente empenhado. Para esse efeito, segundo o ministro responsável, ao tempo, pela RTP, e actualmente ministro das Finanças, Guilherme de Oliveira Martins, a indemnização compensatória a atribuir pelo Estado à RTP, em 2002, seria de 25 milhões de contos. Nesse sentido convergiram as declarações do ministro, do secretário de estado da Comunicação Social e do presidente da RTP, que se apresentou perante a Assembleia da República confiante no saneamento financeiro da empresa e no bom cumprimento das missões do serviço público, na base desse firme compromisso.

Dir-se-ia que tudo poderia estar bem encaminhado em termos financeiros – deixando entre parêntesis as discutíveis opções tomadas em matéria de direcção de programação – não fosse o facto de, na Proposta de Orçamento do Estado para 2002, o Governo não ter honrado o compromisso assumido em relação à RTP, inscrevendo um montante de indemnização compensatória que fica sete milhões de contos abaixo do que havia sido considerado indispensável para que o serviço público de televisão atingisse os objectivos propostos. Depois de tudo o que foi dito, escrito e prometido, não restam dúvidas de que a situação financeira da RTP vai agravar-se no próximo ano, conduzindo inevitavelmente a uma de duas situações: ou ao maior endividamento da empresa ou à degradação da prestação do serviço público de televisão. Em qualquer dos casos, é a tão apregoada estratégia para o serviço público que continua adiada.



Parlamento aprova Orçamento Direita de

O guião, previamente conhecido, foi cumprido em todos os seus detalhes. Os intervenientes foram os mesmos. A farsa repetiu-se. O Orçamento de Estado de 2002 passou com os votos favoráveis do PS e a abstenção de Daniel Campelo.

A exemplo do que sucedeu sobre reestruturações que, em vez de resolver os problemas da RTP, disfarçavam mal o propósito de privatizar segmentos da empresa. Foi o caso, designadamente, da transformação do Centro de Produção de Lisboa na empresa FOCO. Após a criação da holding "Portugal Global" e a nomeação de João Carlos Silva para a administração da RTP, mais uma vez se anunciou a tão almejada recuperação financeira e se proclamou a existência de uma política de fortalecimento do papel do serviço público de televisão, na qual o Governo estaria firmemente empenhado. Para esse efeito, segundo o ministro responsável, ao tempo, pela RTP, e actualmente ministro das Finanças, Guilherme de Oliveira Martins, a indemnização compensatória a atribuir pelo Estado à RTP, em 2002, seria de 25 milhões de contos. Nesse sentido convergiram as declarações do ministro, do secretário de estado da Comunicação Social e do presidente da RTP, que se apresentou perante a Assembleia da República confiante no saneamento financeiro da empresa e no bom cumprimento das missões do serviço público, na base desse firme compromisso.

Em rigor foi um Orçamento talhado para servir os grandes interesses financeiros e à medida dos partidos da direita, que nele vêem consagradas «muitas das linhas fundamentais da sua política», como observou o líder parlamentar comunista, Bernardino Soares. Exemplificando, citou a partilha de pontos de vista do PSD e do CDS/PP em aspectos centrais da acção do Governo como sejam a não tributação das mais-valias obtidas em operações bolsistas, a manutenção dos constrangimentos impostos pelo Pacto de Estabilidade, o curso privatizador do Serviço Nacional de Saúde ou a manutenção de uma política de baixos salários.

«A direita queixa-se de barriga cheia», concluiu Bernardino Soares, assim desmontando o encenado distanciamento e a hipócrita postura dos partidos de direita relativamente a uma política que é, afinal, nas suas traças mestras, também a sua.

Uma política que, como sublinhou Carlos Carvalho, Secretário-geral do PCP, «passa a factura da crise para os trabalhadores, os reformados e os pequenos e médios empresários».

Encenação e engano

Não colheu, assim, nos quadrantes à esquerda do hemiciclo, a afirmação do

Primeiro-Ministro de que esta era uma proposta «boa para as famílias e as empresas». A inversa, sim, é verdadeira, como trataram de demonstrar os deputados comunistas no decurso do debate. E a síntese de todos os pecados deste

Orçamento fê-la Lino de Carvalho logo na sua intervenção inicial quando o definiu, bem como às operações de «diálogo» encetadas por Guterres - confirmando tudo quanto foi dito nas páginas do último número do Avante! - como um documento marcado pela «encenação, engano, cedência ao capital financeiro, penalizações para os trabalhadores, irrealismo e desorientação».

Desde logo, encenação e engano, porque todo o alegado processo de consultas, assim designado pelo Executivo, mais não foi do que um artifício para fazer pas-

Vexame

A ausência de quatro deputados laranja no momento da votação na generalidade das Grandes Opções do Plano (GOP) para 2002 foi considerada pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, como «um vexame» para o PSD.

«A vedeta não foi Daniel Campelo, mas o PSD, pela negativa», comentou o líder comunista no final do debate parlamentar. Depois de pôr em causa o acordo parlamentar que dispensava a contagem dos votos por bancada, o PSD, segundo Carvalhas, «devia dar o exemplo e não de».

Na origem da acesa controvérsia que marcou a votação na generalidade do Orçamento de Estado e das GOP esteve a referida não comparência de quatro deputados do PSD, o que deu azo a alguma turbulência e a ulterior recontagem dos votos. E se a ausência de Duarte Lima foi justificada por motivo de doença, já a de três outros deputados laranja ficou a dever-se à sua chegada com atraso à votação das GOP, a primeira a verificar-se.

Mas a polémica instalou-se quando os resultados foram proclamados pela mesa: 115 votos do PS a favor, uma abstenção do independente Daniel Campelo e 110 votos de toda a oposição. Foi então que o líder parlamentar do CDS/PP, que solicitara a votação por filas, pediu de imediato à mesa para anunciar os resultados por bancadas. Votaram contra as GOP 77 deputados do PSD, 14 do CDS/PP, 15 do PCP, dois do PEV e dois do Bloco de Esquerda, anunciou o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos. Ao que o PSD reage, de imediato, solicitando uma recontagem dos votos, numa altura em que os seus três deputados atrasados já se encontravam na sala. Sucedem-se as interpelações à mesa, acabando esta por ser unânime na conclusão de que os três deputados estavam mesmo ausentes no momento da votação.

Mais pacífica foi a votação do Orçamento. No final, 115 votos a favor, uma abstenção e 113 votos contra. Mantinha-se, portanto, «um buraco» na bancada do PSD. Onde se concluiu, afinal, que o voto de Campelo até nem era preciso para fazer passar o Orçamento.



de Estado e Grandes Opções do Plano para 2002 barriga cheia

sar a ideia de que estava aberto ao diálogo e receptivo a acolher outras sugestões e propostas orçamentais. Quando assim de facto não era, como assinalou o presidente da formação comunista, levando-o a acusar o

Governo de agir de má-fé, porquanto, especificou, quer a «solução numérica para a aprovação do orçamento como boa parte das suas linhas fundamentais já estavam na altura devidamente acertadas».

Capitulação fiscal

A cedência ao capital financeiro - Bernardino Soares qualificou-a mesmo de «verdadeira capitulação fiscal» - foi outro dos aspectos que suscitou cerradas críti-

cas da bancada comunista. A sua tradução neste Orçamento situa-se sobretudo no escandaloso recuo na concretização da reforma fiscal, no que foi interpretado como uma subordinação do poder político às exigências do poder económico.

Deixando-se vergar às pressões do capital financeiro, como foi dito, o Governo mantém um sistema que tributa altamente os rendimentos do trabalho deixando de fora os rendimentos obtidos em negócios bolsistas, o que acentua a injustiça fiscal.

Mas este é ainda um Orçamento - e este foi outro plano a merecer duras críticas dos deputados do PCP - em que o Governo atira sem recuo para cima dos trabalhadores os custos das suas opções. Isso é patente na política salarial, com os valores para a despesa com pessoal a não irem além dos três por cento, o que signifi-

ca que o aumento nominal das remunerações dos trabalhadores da administração pública, uma referência para as negociações colectivas dos restantes trabalhadores, não excederá os 1,5 por cento. «Pelo terceiro ano consecutivo os trabalhadores vão perder poder de compra», lembrou Lino de Carvalho.

Outro dos aspectos que abala definitivamente a credibilidade do Orçamento é o irrealismo patente na abordagem aos indicadores macro-económicos, em tudo desconformes com o actual quadro da nossa economia e com a conjuntura internacional. É manifesta a «contradição entre o sentido de muitas previsões e a óbvia utilização de cenários fabricados para justificar opções ou esconder insuficiências», denunciou Bernardino Soares, que não hesitou em classificá-lo como um «Orçamento de ficção».

Mentira e manipulação

O total irrealismo quer de alguns indicadores macro-económicos quer das previsões apontadas pelo Governo constitui uma das características deste Orçamento. Alguns dos cenários traçados, como foi dito, tiram-lhe qualquer credibilidade. No decorrer do debate lembrada foi, por exemplo, a inverosimilhança da proposta de um crescimento para 2002 idêntico ao deste ano, como o é também a que prevê um salto no investimento quase para o dobro.

Trata-se, no fundo, como chamou a atenção o deputado comunista Lino de Carvalho, de «transmitir sinais errados ao País e às actividades económicas, por razões de mera engenharia estatística, e de um perigoso jogo de esconde esconde o défice».

Falta em prudência e verdade o que sobre em mentira e manipulação.

Veja-se, por exemplo, o que se passa com as projecções para as receitas fiscais e para a inflação. Como lembrou Lino de Carvalho, o IRC, em Setembro passado, apresentava uma quebra de receita cobrada em relação ao ano anterior de 9,6%. Mas o Orçamento afirma que em Dezem-



Registos

«Olhando para o conteúdo do orçamento é fácil constatar que a direita parlamentar, o CDS-PP e o PSD, têm dificuldade em esconder a sua concordância com algumas das linhas aí preconizadas»

Bernardino Soares

«O Governo apresenta um orçamento em que, apesar de a vida ter imposto um aumento dos valores previstos, a redução do défice orçamental continua a ser um eixo central e sacrossanto da sua política»

Idem

«As 191 514 assinaturas recolhidas por iniciativa do PCP (...) traduzem um vastíssimo descontentamento com os salários e as pensões de reforma existentes, a que o governo deveria ter sido sensível. Ao não fazê-lo comete um erro social e político e pratica uma enorme injustiça aos trabalhadores portugueses»

Idem

«Fingindo um diálogo que não queria (...), [o Governo] já tinha as suas opções bem definidas, orientadas para a direita e para os grandes interesses. Pede grandes quando já tinha as medidas negociadas com o mercado de capitais, decidido congelar os salários, prosseguir com as privatizações»

Lino de Carvalho

«Este é um Orçamento que, no que se refere à reforma fiscal e à tributação das grandes sociedades, traduz uma total incoerência do Governo, vagabundeando à medida das pressões e dos interesses do grande capital, transmitindo sinais contraditórios para a economia»

Idem

«A revisão do regime de tributação das mais-valias não assenta em nenhuma base credível e tecnicamente aceitável. Trata-se tão-somente de uma clara cedência às exigências da banca e dos patrões das SGPS»

Idem

«[O Governo] sabe que as suas políticas neoliberais de menos Estado e toda a força ao mercado e ao capital financeiro, de liberalização, desregulamentação e privatização, produzem assimetrias, e que não há orçamentos nem fundos comunitários que lhes valham»

Agostinho Lopes

«As privatizações da banca e das seguradoras, da EDP, da PT, da GALP, da BRISA, etc (...) não só estão a reduzir e encerrar serviços, a prestá-los em piores condições e mais caros, como reduzem o emprego nessas regiões do interior»

Idem

«A política agrícola em curso, centrada na maximização da competitividade, significa a continuação da liquidação de milhares de pequenas e médias explorações agrícolas e, por consequência, do mundo rural, que não sobrevive sem actividades económicas»

Idem

Basta de preconceitos! SIC discrimina PCP

Em carta dirigida, na segunda-feira, ao director de Informação da SIC, o Gabinete de Imprensa do PCP expressou o seu «vivo protesto face à atitude de desinteresse e progressiva discriminação» assumida pela SIC, nos últimos meses, em relação à actividade do PCP e do seu secretário-geral.

Não evocando aquilo que seria, em sua opinião, «uma impressionante e penosa lista de números e factos», o Gabinete de Imprensa limita-se a referir o Jornal da Noite durante o passado mês de Outubro, constatando, por exemplo, que «dos quatro maiores partidos com assento parlamentar, o PCP foi o menos referenciado», sendo objecto de notícia apenas em três, isto é, «menos que o Bloco de Esquerda».

Entretanto, o secretário-geral do PCP foi o líder partidário com menos presenças (apenas duas), «apesar de ter participado, para além da actividade parlamentar, em mais de trinta iniciativas do PCP e da CDU», desde acções de rua, apresentação de candidatos, comícios e debates até à conferência de imprensa da reunião do Comité Central, em 29 de Outubro, quando o PCP anunciou formalmente a decisão quanto ao seu sentido de voto em relação ao OE.

Referindo-se, aliás, à discussão do Orçamento de Estado, o Gabinete de Imprensa do PCP chama também a atenção para o facto de, nos dois dias em que ela foi noticiada, o Jornal da Noite ter, mais uma vez, «ignorado o PCP, apresentando somente as posições do Governo, do PS, do PSD, do PP e do BE».

Por tudo isto, o PCP reclama da SIC «o fim de critérios preconceituosos em relação ao PCP, substituindo-os por critérios respeitadores do quadro político-partidário existente, com isenção e pluralismo.»

▼ CAMARADA FALECIDO

Morreu Francisco Lancinha

Faleceu, no passado sábado, após doença prolongada, o quadro e dirigente destacado, do PCP, Francisco do Rosário Maia Lancinha, de 66 anos, natural de Cuba, Alentejo.

Francisco Lancinha começou a trabalhar muito novo, tendo sido aprendiz de serralheiro e de carpinteiro, barbeiro e, na CP, servente, agulheiro e revisor.

Os seus primeiros contactos com o PCP deram-se em meados dos anos 50, tornando-se militante em 1961. Desde cedo, portanto, tomou parte activa em grandes lutas sociais e políticas, participando, designadamente, na luta pelo Contrato Colectivo de Trabalho dos Barbeiros e Cabeleireiros.

Entre 1965 e 1971, teve uma destacada intervenção na luta dos trabalhadores ferroviários, nomeadamente contra a direcção fascista do Sindicato dos Ferroviários do Centro e na greve de 1969/70, fazendo parte, entre 1967 e 1971, da Comissão Nacional dos Ferroviários.

Participou nas campanhas eleitorais das candidaturas de Arlindo Vicente e Humberto Delgado à Presidência da República e, em 1969, integrado na CDE, nas eleições à Assembleia Nacional.

Ao longo da sua intensa vida de militante, desempenhou tarefas em várias organizações do Partido, integrando, em 1971, na clandestinidade, o quadro de funcionários do Partido, tendo, então, passado a ser responsável, até 1974, pela organização do Partido no Alto Ribatejo.



Em Abril de 1974, integrou a Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo. Foi membro da DOR de Leiria e, depois, da DOR de Santarém, à qual actualmente pertencia, como responsável pelas Organizações Concelhias da Golegã, Tomar e Ferreira do Zêzere. Fez parte do Comité Central entre 1976 e 1996.

A Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP manifestou à família do camarada as suas sentidas condolências, considerando, após realçar o percurso político, partidário e humano de Francisco Lancinha, que a maior homenagem que se lhe pode prestar «é dar continuidade a uma acção em prol dos trabalhadores, do povo português e do seu/nosso Partido».

Também o colectivo do Avante! manifesta sentidas condolências aos familiares e amigos de Francisco Lancinha.

Telegrama

Por sua vez, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, enviou à

família do camarada Lancinha o seguinte telegrama:

«Junto-me a todos vós e a todos os amigos e camaradas do Lancinha neste momento de sentido pesar pelo seu falecimento.

«O Lancinha será recordado como um dos obreiros do nosso Partido, como amigo com grande sentido da verdade e um lutador firme e abnegado pelas causas da democracia e do socialismo.»

Lei de Programação Militar compromete futuras gerações com pesados encargos financeiros

Orçamento muito restritivo

O uso que o ministro da Defesa dá às preocupações das chefias militares no que diz respeito ao reequipamento face ao tempo de demora entre as decisões e as aquisições é, para o Gabinete de Imprensa do PCP, «um grande sofisma».

A afirmação foi feita, na sexta-feira passada, em nota à comunicação social, que a seguir se transcreve.

«1. Declarou ontem o ministro da Defesa que, no princípio de 2002, a LPM retornará à Assembleia da República no quadro da reavaliação a que está sujeita nos anos pares.

Acrescentou ainda o ministro da Defesa que as Chefias Militares têm manifestado preocupações quanto ao reequipamento face ao tempo de demora entre as decisões e as aquisições.

2. O PCP considera necessário esclarecer que essa revisão plurianual coincide com os ciclos de planeamento da NATO e foi

exactamente por se saber que em 2002 a LPM seria sujeita a revisão, que o PCP - no quadro de debate parla-

Este Orçamento do Estado vai agravar a situação das Forças Armadas

mentar sobre esta lei - propôs que, existindo já uma LPM em vigor até 2003, o Governo não avançasse com esta LPM sem um amplo debate prévio definidor das Grandes Opções do Conceito Estratégico da Defesa Nacional.

3. Por outro lado, o PCP, não estranhando tais preo-

cupações que aliás não são novas, das Chefias Militares, considera um grande sofisma o uso por parte do MDN de tais preocupações. Na verdade, o Governo não pode, por um lado, impor mais uma vez às Forças Armadas um orçamento fortemente restritivo, agravado pelo facto de o Governo não ter um projecto credível quanto ao seu futuro e, por outro lado, usar o seu mal-estar e preocupação para pressionar as forças políticas a conterem o seu juízo crítico sobre as opções do Governo que causam esse mesmo mal-estar e preocupação.

4. O PCP reitera a sua crítica de sempre a esta LPM que, não partindo de nenhuma definição conceptual de

acordo com a realidade presente e assente nos reais interesses e possibilidades nacionais, compromete as futuras gerações com pesados encargos financeiros e retira, por dezenas de anos, capacidade de adaptação ao nosso país em matéria de aquisição de reequipamentos por virtude de alterações que justifiquem outras opções.

5. Por fim, o PCP chama à atenção dos portugueses para a situação difícil em que se encontram as Forças Armadas e que este Orçamento de Estado tende a agravar. O PCP tudo continuará a fazer no sentido salvaguardar o prestígio da instituição militar e a dignidade e dignificação dos militares.

PIDDAC para Braga

Um aumento enganador

O aumento de 26 por cento do volume de investimento público inscrito no PIDDAC 2002 para o distrito de Braga, relativamente ao total inscrito em 2001, é «enganador», afirmou, em conferência de imprensa, a Direcção da Organização Regional de Braga do PCP.

De facto, uma «análise rigorosa» ao documento mostra que o aumento global de 14,7 milhões de contos se deve no fundamental ao crescimento das verbas de correntes do Plano Operacional de Economia e 16,5 milhões de contos dizem respeito a investimento dependente da iniciativa privada que, na opinião do PCP, o Governo «dificilmente concretizará».

Por outro lado, o aumento de 7,2 milhões de contos do PIDDAC discriminado por concelho centra-se principalmente nos concelhos de Braga, Guimarães e V.N.Famalicão e em quatro projectos - pagamento das duas variantes e acesso ao Estádio 2004 em Braga e variante nascente em Vila Nova de Famalicão.

Numa primeira análise ao PIDDAC 2002, os comunistas de Braga consideram também que, por atraso dos prazos de conclusão ou simplesmente porque não estão incluídos nos planos do Governo, há projectos fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico do distrito que vão continuar a ser adiados, como sejam as unidades hospitalares de

Braga e Guimarães, as instalações da Universidade do Minho, vias rodoviárias e ferroviárias e algumas instalações das forças de segurança, destas se destacando o «estranho desaparecimento» do projecto para o comando da GNR. Ou seja, na opinião do PCP, o PIDDAC 2002 vai agravar as assimetrias regionais e aumentar o atraso do interior em relação ao litoral.

Pela sua parte, o Grupo Parlamentar do PCP vai apresentar, em sede de discussão do OE, a proposta para atribuição de verbas a novos investimentos e o seu reforço para outros já existentes, particularmente na área da saúde, do ensino e dos transportes em todos os concelhos.

Sotima em perigo

O Governo tem de tomar medidas que impeçam que a Sotima «se junte à longa lista de empresas industriais encerradas no distrito de Castelo Branco», reclama o Organismo Inter-Regional dos Concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila do Rei do PCP, manifestando a sua solidariedade com a luta dos trabalhadores daquela empresa.

A Sotima, situada no concelho de Proença-a-Nova, é, segundo os trabalhadores, uma empresa «viável, que produz qualidade e tem mercado», sendo, no plano social, o suporte de quase 500 famílias. No entanto, encontra-se neste momento com a laboração completamente paralisada e deve aos seus 230 trabalhadores quatro meses de salários e de subsídios.

Os trabalhadores, entretanto, ao mesmo tempo que desenvolvem uma luta continuada e corajosa em defesa dos seus direi-

tos e da própria empresa - com greves e manifestações em Proença-a-Nova, Castelo Branco e Lisboa -, têm dado à administração todas as condições para recuperar a empresa. Há dias, cerca de 150 trabalhadores e seus representantes sindicais deslocaram-se a Lisboa, onde contactaram o Ministério da Economia, a Assembleia da República e um representante do Primeiro-Ministro, apelando à intervenção do Governo.

Por seu lado, o PCP, no prosseguimento da acção que tem desenvolvido, designadamente através do seu Grupo Parlamentar, para pôr cobro «ao drama social e crime económico» a que o Governo se tem mantido «cego e mudo» apela de novo a essa intervenção, afirmando que a Sotima «faz falta aos trabalhadores e à economia da zona do Pinhal e do distrito de Castelo Branco».

BENAVILA Atentado aos idosos

De acordo com a denúncia da Comissão de Freguesia de Benavila do PCP, foi «com preocupação» que a população da freguesia tomou conhecimento das intenções do Director do Centro Regional de Segurança Social de Portalegre, João Palmeiro, do PS, de encerrar as instalações provisórias onde funciona o Lar de Benavila, objectivo que, a concretizar-se, põe em perigo a sobrevivência de muitas pessoas acamadas e sem familiares próximos. João Palmeiro devia era protestar junto do Governo e dos deputados do PS por terem rejeitado as propostas do PCP e da Câmara Municipal de Avis, para o OE 2000/2001, no sentido o Estado compartilhar aquela obra, diz o PCP. Mas não. Ao contrário, «o dr. Palmeiro e o PS não aceitam» que a obra da Casa de Repouso esteja quase pronta com a contribuição do poder local do concelho, sendo que a população da freguesia conhece o trabalho dos comunistas e da CDU e sabe que pode contar com eles para impedir mais «este atentado contra a dignidade humana».

CANTANHEDE PIDDAC não responde

O PIDDAC para 2002 coloca o concelho de Cantanhede em 7.º lugar, apesar de, em termos de população e de eleitores, ele se situar em 3.º. É a lógica do «aprofundamento das assimetrias», denuncia a Comissão Concelhia de Cantanhede do PCP, para quem há três obras que se lhe afiguram de grande necessidade para o concelho: o Centro de Saúde de Ançã, que aparece com uma verba de 40 mil contos; as novas instalações para o Hospital de Cantanhede, que não estão previstas neste Orçamento; a modernização da Linha de Caminho-de-Ferro da Pampilhosa, também ignorada. Entretanto, prossegue o PCP, obras como o Centro de Saúde de Cantanhede (que em 1998 se previa fossem concluídas em 2000), os Quartéis de Ancã e Tocha (que em 1999 tinham o prazo de conclusão para 2001) - respectivamente com as verbas de 199,1 e 259 mil contos - foram relegadas para 2004 e a Via Regional de Cantanhede IC1 (Tocha), prevista para 2002, com 193,5 mil contos surge agora com uma verba de 5 mil contos!

PONTINHA Prepotência na Junta

Sem qualquer justificação, o presidente da Junta de Freguesia da Pontinha despediu um jovem trabalhador que desde 15 de Outubro trabalhava na Junta com contrato a termo certo, denuncia a Comissão de Freguesia do PCP, situando o despedimento neste momento em que os trabalhadores portugueses lutam pela recuperação do poder de compra, pela garantia de um vínculo efectivo e pelo fim da precariedade laboral. Trata-se, ainda, para o PCP, de um acto «prepotente», exercido numa época em que aos trabalhadores é-lhes pedido que «mais uma vez apertem o cinto» e aos grandes capitalistas «se perdoa o pagamento de milhões de contos de impostos, como sejam os 130 milhões de contos perdoados à banca e os 23 milhões à EDP». Enfim, o presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, na opinião dos comunistas, deu um «claro exemplo» da política seguida nos últimos anos pelos sucessivos governos do PS (e antes do PSD).

Salários — um bom combate

A luta por salários mais justos, sendo um objectivo de luta por mais justiça social, é também uma questão política de grande actualidade.

Uma resposta firme

Foi neste quadro que a CGTP-IN convocou, em Setembro, 1000 sindicalistas para discutir colectivamente em Conferência Nacional a acção reivindicativa que concluiu pela necessidade do desenvolvimento da acção e da luta na área estratégica de intervenção: as empresas e os locais de trabalho, dando prioridade à luta por melhores salários.

O PCP, assumindo a luta por salários mais justos e melhores pensões e reformas, lançou na Festa do Avante! um abaixo-assinado que decorreu entre 17 de Setembro e 27 de Outubro. 100 mil era o objectivo. Num espaço tão curto, num quadro internacional complexo, resultante dos acontecimentos de 11 de Setembro, com o Partido empenhado na tarefa de constituição das listas para as autárquicas, era um objectivo audacioso.

Recolheram-se 191.514 assinaturas, sem contar com as milhares que chegaram posteriormente à entrega ao Primeiro-Ministro, o que significa o maior abaixo-assinado até hoje realizado em Portugal.

Este abaixo-assinado não vai substituir o papel determinante da luta dos trabalhadores por melhores salários. Mas ele comporta uma profunda e irrefutável aspiração e reivindicação dos trabalhadores portugueses. É uma grande causa social, sem dúvida. Mas quando se constata a intenção do Governo em esconder até 16 de Dezembro, data das eleições autárquicas, o golpe que quer aplicar aos salários dos trabalhadores da Administração Pública, quando se constata o escasso e injusto aumento do salário mínimo nacional que o Governo, de forma mistificatória, quer justificar com uma taxa de inflação enganosa, quando se acentua a injustiça na distribuição da riqueza e se amassam fortunas para os senhores do dinheiro, então estamos perante uma questão política de grande actualidade.

A luta dos trabalhadores não decidirá tudo mas decidirá muito. Uma luta que contará com o PCP.



Jerónimo de Sousa
Membro da Comissão Política

Na zona de fronteira entre os interesses dos trabalhadores, os salários estão sempre presentes no confronto e conflito permanentes entre quem quer juntar mais lucro à sua fortuna e quem depende exclusivamente dos rendimentos do seu trabalho para fazer face à sua vida pessoal, familiar e social.

E porque as opções políticas nunca são neutras não é por esquecimento que os partidos da direita, tão céleres em fazer propostas sobre os pobres e os reformados mais carenciados, nunca inscrevem nos seus princípios programáticos e eleitorais a valorização dos salários.

O próprio PS, refugiando-se numa expressão aparentemente mais abrangente, fala muito no rendimento das

capitalismo e pelo diálogo conduzi-lo à dádiva do que seria justo para quem trabalha.

É claro que neste quadro os grandes protagonistas do «adquirido» pela participação e pela compreensão do capitalismo seriam os movimentos sociais, entretanto, substitutivos, ou pelo menos emparceladores, dos partidos e dos movimentos sindicais de classe. O problema destes teorizadores e pensadores de espírito transcendente é que nem o capitalismo tem emenda por razões da sua natureza, nem os trabalhadores e as suas organizações deram muito para esse peditério.

Vejamos: quando surgiram as primeiras dificuldades económicas, o engenheiro Guterres convocou uma

série de economistas, empresários, políticos, que iam desde a área do PS até ao PP e a quem foram atribuídos os títulos de «notáveis e sábios». Discutiram muito! Mas a conclusão principal e consensual foi a da necessidade de conter os salários, a começar pelos trabalhadores da Administração Pública.

Posteriormente, a associação patronal AEP, pedindo meças à CIP, desenterrou do baú das velhas reivindicações todo o arsenal de propostas sociais retrógradas onde pontificavam, designadamente, a desvalorização dos salários, a desregulamentação dos salários, a desregulamentação dos horários de trabalho, os despedimentos na Administração Pública, a que chamaram uma «nova ambição para Portugal».

Nas empresas e nos sectores, os incorrigíveis e incivilizacionáveis representantes do capital persistem no bloqueio da contratação colectiva e nas inaceitáveis contrapropostas salariais.

Em Setembro, a CGTP deu prioridade à luta por melhores salários

famílias e nunca dos rendimentos do trabalho. Ademais, foi moda na década de 90 a tese desenvolvida por alguns sociólogos e filósofos de que o sindicalismo «reivindicativo e de protesto» deveria dar lugar ao «sindicalismo participativo», já que estavam esgotadas e ultrapassadas as clássicas reivindicações do movimento operário e sindical e haveria que partir para a conquista de direitos novos.

Confundindo e nivelando o seu bem-estar na vida com a vida dura de centenas de milhar de trabalhadores, estes gurus, fugindo aos problemas concretos, acharam que era possível civilizar o



João Pauzinho fala sobre os 22 anos da JCP e os 80 anos das juventudes comunistas

«A JCP está cada vez mais envolvida na dinâmica de luta juvenil»

A JCP fez 22 anos no sábado, alguns meses depois de se comemorar o 80.º aniversário da criação das juventudes comunistas portuguesas. Este ano é, portanto, histórico, pelas comemorações, mas essencialmente pelas lutas que a juventude está a desenvolver. João Pauzinho, da Comissão Política e do Secretariado da JCP, fala da história e do momento presente.

- As juventudes comunistas portuguesas têm uma identidade própria, que as diferem das restantes juventudes da Europa?

- Têm alguma coisa que as diferencia, como a existência da mais longa tradi-

ção da Europa. Têm um património de luta. Pelo facto de Portugal não estar envolvido na II Guerra Mundial, o tipo de luta era diferente. Tivemos de resistir durante muitos anos na clandestinidade. Não sofremos a guerra, mas sofremos outro tipo de opressões.

- Como é que essa história se reflecte hoje na JCP?

- De uma forma extremamente positiva. Este património histórico é muito valorizado pela JCP, mas não podemos fazer comparações quanto ao tipo de trabalho que se desenvolve durante a ditadura e o que fazemos hoje. A luta é diferente e, na minha opinião, mais fácil, porque não se pode comparar a liberdade que temos em falar principalmente junto dos jovens.

Mas hoje a luta é difícil, fundamentalmente a ideol-

ógica com as ideias do «Fim da História», da queda do Muro de Berlim e a de que o socialismo é utópico e inalcançável.

- Como é que os jovens vêem o comunismo?

- No 12.º ano, em História, são os próprios manuais que fazem a comparação entre comunismo e fascismo, entre a União Soviética e a Alemanha Nazi! É complicado este tipo de combate, já para não falar nos *media*... Até ao 11.º ano eu nunca dei o 25 de Abril na escola. Normalmente vinha no fim dos manuais e nunca havia tempo para falar nisso.

- Mas, apesar disso, as adesões à JCP aumentam.

- Porque isso se liga à intervenção diária da JCP. Desde o início do ano lectivo, temos corrido escolas

secundárias de Norte a Sul do País e, em zonas em que temos mais dificuldades de organização como Leiria e Viseu, tem havido muitos recrutamentos.

- O que é que tem sido feito?

- Fundamentalmente, distribuições de propaganda e promoção de debates, muitas vezes organizados pelos colectivos das escolas. A intervenção directa tem sido a forma encontrada, estar junto dos jovens. Com isso temos conseguido inverter algumas ideias. É uma luta ideológica e não tem sido nada fácil.

As inúmeras iniciativas que se estão a realizar pelo aniversário da JCP mostram bem a força da JCP. As manifestações dos estudantes demonstram esta ideia. Claro que se trata de uma acção do movimento associativo e dos estudantes em geral, mas é bom lembrar que a JCP dinamizou no início do ano lectivo uma campanha de sensibiliza-

ção para os problemas do ensino superior. Ou seja, as acções da JCP e dos comunistas junto dos estudantes têm dinamizado esse movimento de contestação. A JCP está cada vez mais envolvida na dinâmica de luta do movimento juvenil.

- Os problemas que os jovens sentem em áreas como o ensino, o trabalho ou a habitação contribuem para a consciencializar?

- Hoje procura-se tornar os jovens amorfo. É a ideia de que a juventude não se interessa por nada, que os políticos são todos iguais... São discursos essencialmente de direita. O nosso papel é exactamente o contrário. A juventude sabe perfeitamente que nem toda a gente é igual.

Há consciência dos problemas, as pessoas sentem-na na pele. Julgo que talvez falte ter a consciência de quem as pode defender. Essa tem sido a nossa acção: mostrar à juventude



«Em zonas em que temos mais dificuldades de organização como Leiria e Viseu, tem havido muitos recrutamentos», conta João Pauzinho

que estamos do seu lado, muitas vezes à frente no que toca às propostas, quer por parte da JCP quer pelo Partido, até a nível legislativo. Temos sido nós que temos conseguido algo de bom para a juventude.

- O que distingue a JCP e o Partido?

- A JCP intervém funda-

mentalmente junto da juventude. Do ponto de vista ideológico, revemo-nos no Partido, somos comunistas, marxistas-leninistas. A nossa intervenção é feita por jovens e dirigida a jovens, o que torna muito mais fácil a própria compreensão das nossas propostas. O nosso papel é trazer jovens à JCP

que depois passem ao Partido para o enriquecer e o rejuvenescer.

Isto está a ser conseguido. Antes do Congresso do Partido, houve um sem-número de adesões de jovens ao PCP.

- Podes fazer um retrato da JCP?

- Há uma grande, grande,

grande dinâmica nacional. Há zonas no País onde o Partido tem dificuldade de intervir, mas onde há muitos jovens organizados. É uma juventude partidária que se distingue das outras por completo, pelo tipo de política e pela intervenção que faz. É uma força de contrapoder e com um projecto de poder, que tem

condições para crescer ainda mais.

A seguir à Festa do Avante! houve cerca de 500 inscrições e, com a nossa intervenção diária, há condições para os jovens perceberem que não somos iguais aos outros, que o PCP não é igual aos outros e que queremos algo diferente.

As grandes batalhas dos jovens

Jovens trabalhadores

«A nível laboral a situação é complicadíssima. O contrato efectivo de trabalho não existe e o Governo vai passando a ideia de geração sem direitos, de que hoje nada é seguro. Independentemente de acabar o 9.º ano, o 12.º ano ou um curso universitário, é raro que um jovem veja o seu futuro com um sorriso nos lábios.

A incerteza de vínculo ao posto de trabalho implica um menor poder de reivindicação. Mas esta situação tem sido contrariada. Há

variadíssimos exemplos de empresas onde são os jovens que lideram os processos reivindicativos, como é o caso da Autoeuropa. Independentemente de terem contratos de seis meses ou um ano, têm sido eles que têm estado à frente de lutas por melhores salários e contra a flexibilidade, a polivalência e problemas de horário de trabalho.

Esta situação é muito difícil, com pessoas a trabalhar 12 horas por dia, que praticamente não vêem os filhos...»

Habitação

«A questão da habitação é escandalosa. Os jovens casam cada vez mais tarde, até porque, felizmente, estudam até mais tarde. Mas a questão do casamento e do número de filhos relaciona-se com os horários de trabalho, o preço das creches, a situação nas grandes cidades. É extremamente complicado para um casal ter um filho, quanto mais dois.

Ao mesmo tempo, esta questão tem a ver com a especulação imobiliária e o preço da habitação. Vemos os reclames na televisão, numa ideia facilitista de que se pede um empréstimo e o problema fica resolvido.

Além dos encargos diários que são extrema-

mente difíceis de gerir, há a incerteza no posto de trabalho, que leva a uma menor capacidade de reivindicação porque as pessoas têm uma série de encargos a que têm de dar resposta. É um círculo que se tenta criar: um maior endividamento leva a uma menor capacidade reivindicativa.

Mas nota-se uma grande mobilização dos jovens trabalhadores, nomeadamente na acção da CGTP de dia 7. Há um maior número de dirigentes sindicais, bem como um grande número de participações efectivas de jovens nas acções de luta. Embora consideremos que nos anos 80 houve uma diminuição da participação dos jovens nas acções sindicais, hoje tem vindo a crescer.»

Ensino superior

«No ensino superior os cortes orçamentais são perfeitamente aberrantes. A questão do financiamento é fundamental para a qualidade e para o próprio funcionamento das instituições. Chegou-se a um ponto de ruptura. Apesar de as propinas serem inconstitucionais, o governo disse que estas serviriam para aumentar a qualidade. Hoje sabe-se que esse dinheiro serve apenas para gerir as universidades.

Com isto tudo, ainda há mais cortes nas universidades. Há instituições perfeitamente na ruptura. Em Coimbra, cadeiras práticas de Química estão encerradas, com alunos a dar o

ano como perdido e a pensar voltar para o próximo ano lectivo a ver se as disciplinas abrem. Os estudantes não podem usar ervilhas em experiências porque nem dinheiro para as ervilhas há. Em Direito, estão 400 alunos em salas de 150.

São coisas surreais, mais os estudantes têm dado resposta quer com assembleias magnas como a de quinta-feira e na acção de luta em Coimbra no mesmo dia, quer com a manifestação nacional em Lisboa, de dia 14. É uma questão de opção e a educação não tem sido uma opção do Governo.»

Ensino secundário

«No ensino secundário tem havido de tudo. A educação sexual, por proposta do PCP, foi implementada, mas apenas se legislou. Nas escolas não há nada! Não há técnicos – não há dinheiro para isso – e os professores não estão a ser formados para a questão ser abordada de forma interdisciplinar.

É claro que há ritmos diferentes em cada escola, mas isto tem a ver com a lei de autonomia em que o Governo se desresponsabiliza passando uma parte da gestão para os conselhos executivos e para as autarquias, mas não transferindo as verbas correspondentes. Isto leva a uma privatização do ensino: as cantinas e os bares já são privadas, as fotocopiadoras são privadas em algumas escolas, sem haver preços sociais. Esta realidade torna-se inoportuna para muitas famílias, levando ao abandono escolar depois do 9.º ano. Isso é claro como água, num sentido de classe de quem estuda e de quem não estuda, de quem segue e de quem não segue carreira.

Falando da revisão curricular, com a sua implementação um estudante que siga a via profissionalizante não pode inverter o sentido e ir para a universidade.

A partir do 10.º ano há 22 opções, sabendo nós que as escolas secundárias só têm condições de ter três ou quatro cursos. Isto significa que um estudante que queira

seguir, por exemplo, teatro provavelmente terá de ir para outra escola noutra localidade. Por exemplo, em muitos distritos, apenas uma escola da capital de distrito tem a variante de artes. Ou os pais têm condições financeiras para poder alugar uma casa para o filho (e são jovens com 15 ou 16 anos) ou ele tem de seguir um ramo que não lhe interessa.

Esta revisão curricular não foi discutida com ninguém, à excepção de alguns pareceres negativo da Fenpro e das associações de pais.

Em relação aos *numerus clausus*, o Governo diz que apenas nove mil alunos ficaram de fora do superior, mas devia explicar que cursos abriram e que saídas profissionais têm. Engenharia de Minas, em Beja, tem 90 vagas e só entraram três estudantes, mas Medicina continua a ter média de 19. O problema é que um curso de Medicina sai muito caro ao Estado, cinco vezes mais que um curso de Direito.

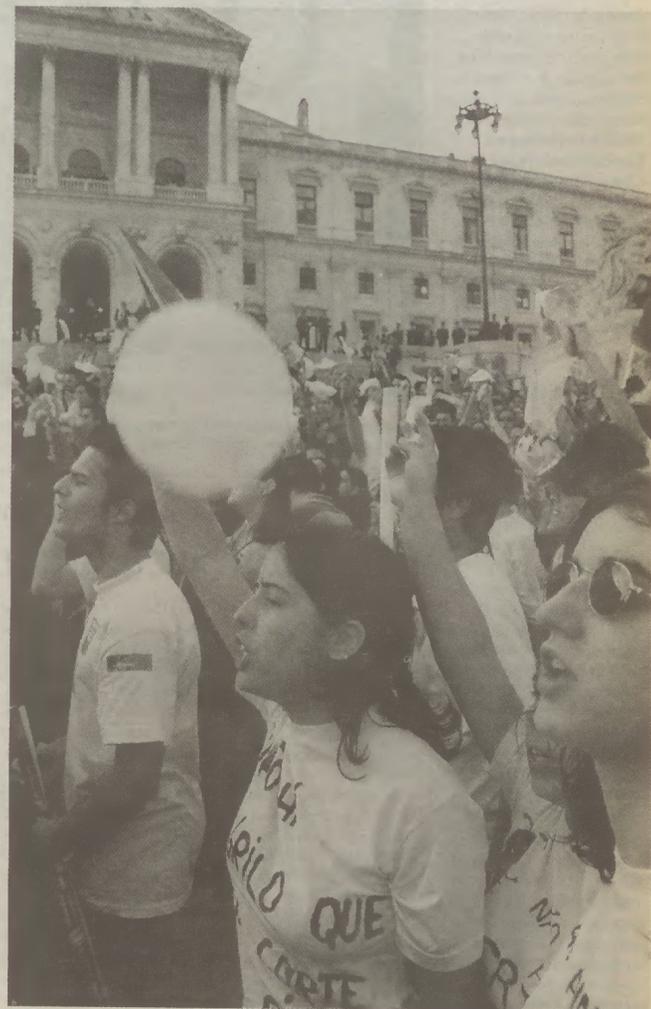
Nós sabemos que ter média de 19 implica ter aulas complementares e explicações, mas é preciso ter dinheiro para isso. Quantos estudantes entraram na primeira opção? E quantos nem sequer concorreram para o curso que pretendem por saberem que não entram? Há cursos em que as médias estão a descer porque não há saídas profissionais. A somar a isto há o abandono escolar.»

Guerra

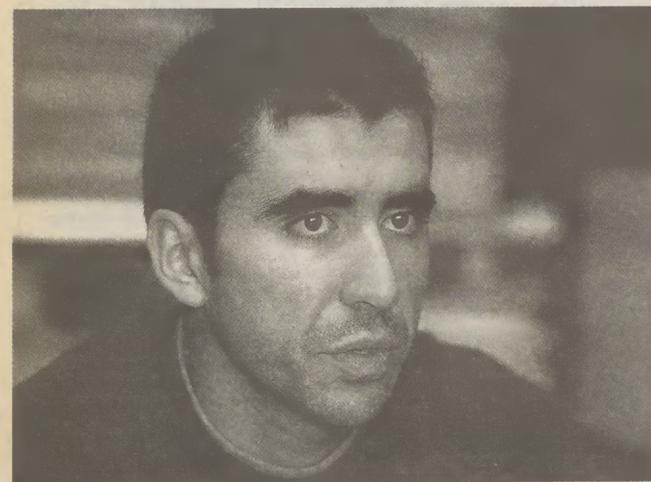
«Apesar da fortíssima propaganda da comunicação social, os jovens têm uma grande aversão à guerra. Naturalmente, há uma total aversão ao terrorismo, mas os jovens também estão contra a forma como os Estados Unidos têm intervido. Basta ver a grande participação juvenil na manifestação contra a guerra que se realizou em Lis-

boa. Trata-se de uma guerra de base sobretudo económica, que interessa apenas ao imperialismo.

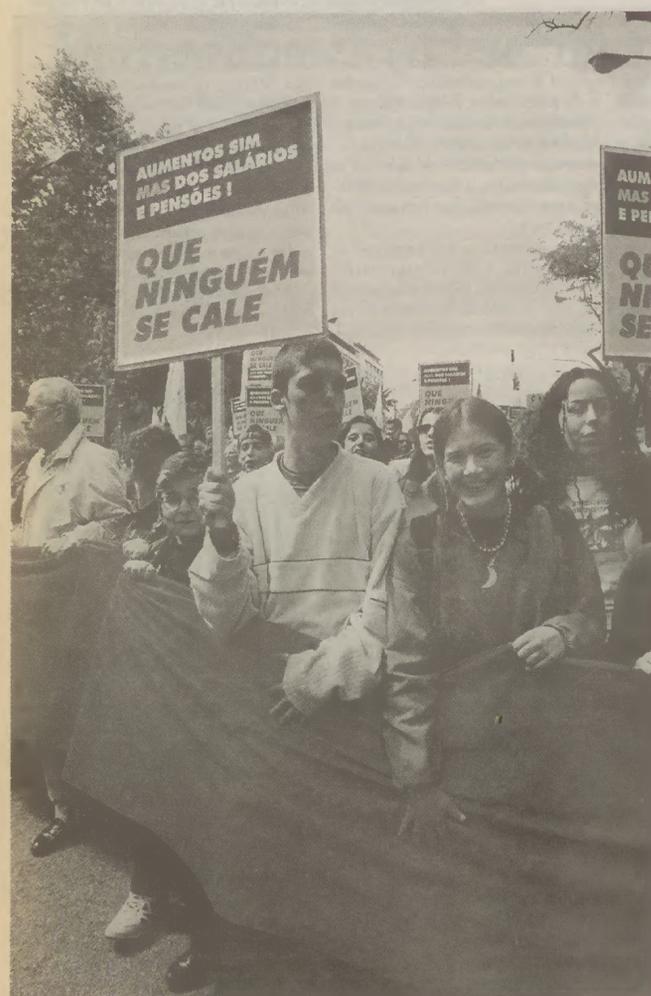
Aliás, uma das grandes batalhas das juventudes comunistas foi a luta contra a guerra colonial e esse foi mais um património histórico que nos ficou. É uma luta pela paz e antimilitarista.»



«No ensino superior os cortes orçamentais são perfeitamente aberrantes. Chegou-se a um ponto de ruptura», refere o dirigente da JCP



«A nossa acção tem sido mostrar à juventude que estamos do seu lado, muitas vezes à frente no que toca às propostas», diz João Pauzinho



«Independentemente de terem contratos de seis meses ou um ano, são os jovens que estão à frente de lutas por melhores salários e problemas de horário de trabalho», afirma o dirigente

Santarém contra a guerra

«Quem faz a guerra não quer a paz.» Este é o título do folheto distribuído pela JCP de Santarém, numa acção de sensibilização contra a guerra, que se realizou no centro histórico da cidade na manhã de sábado. Os jovens comunistas fazem um balanço positivo da iniciativa.

Escolas renovadas no Seixal

A Escola Básica Nuno Álvares, na Arrentela, Seixal, vai finalmente passar para um edifício de betão, abandonando as instalações provisórias onde funciona há 16 anos. A notícia foi dada pela Direcção Regional de Educação de Lisboa, que adiantou que as obras vão iniciar-se daqui a um ano e durarão entre 17 e 18 meses. Isto significa que os pavilhões pré-fabricados de madeira só deixarão de ser utilizados no ano lectivo 2004/2005. A «nova» escola será construída num terreno adjacente às actuais instalações, cedido pela Câmara Municipal do Seixal ao Ministério da Educação. Em declarações à Lusa, o director da DREL, Manuel Revez, afirmou que estas obras ainda não foram feitas devido à falta de verbas e à existência de outras intervenções prioritárias. Também há planos para a Escola Secundária José Afonso, situada igualmente no Seixal. De acordo com a DREL, as obras neste estabelecimento - construído em alvenaria nos anos 60 - devem iniciar-se no segundo trimestre de 2002 e durarão dois anos.

Apoio social contra violência

Os professores da Escola Básica S. João de Deus, no Porto, aprovaram uma moção pedindo apoio social urgente para o combate à violência. Esta moção, aprovada na quinta-feira, surge na sequência da agressão física de duas professoras por alguns alunos. «Só um investimento no apoio social àquele bairro social por parte da autarquia poderá vir a diminuir os níveis de violência no estabelecimento escolar. Esta situação não se resolve com um passe de mágica, de um dia para o outro, uma vez que o bairro tem uma população carenciada e com uma grande percentagem de excluídos e auto-excluídos sociais», declarou à imprensa o presidente do Sindicato dos Professores do Norte, João Dias da Silva.

«Vamos chumbar o Orçamento» é o lema da manifestação nacional. Protestos multiplicam-se, com os estudantes a pedir aos deputados para ouvir o País

Superior em pé de guerra

Se pudessem votar, os estudantes do ensino superior chumbavam o Orçamento de Estado para 2002. O seu descontentamento fica bem patente em todas as acções de protestos que se realizaram nas últimas semanas.

Estava marcada para ontem à tarde uma manifestação nacional dos estudantes do ensino superior em frente à Assembleia da República, com o objectivo de influenciar os deputados a garantirem um maior investimento na educação, com o seu voto para o Orçamento de Estado.

Ao fecho da nossa edição os

estudantes de todos os pontos do País preparavam-se para participar no protesto, concretizando as medidas aprovadas nas assembleias magnas realizadas na passada quinta-feira. «Nunca nenhum Governo tinha chegado tão longe no subfinanciamento das instituições de ensino», acusam.

Nesse dia, teve lugar um

magusto no Largo da Porta Férrea, em Coimbra, com as diversas faculdades a denunciar os problemas que sentem e apelar à caridade dos transeuntes para juntar dinheiro para reagentes químicos, livros científicos ou residências universitárias. «Vamos provar que mau gosto tem o Governo para a educação e dar-lhe a "castanhada" que merece», lia-se num cartaz.

Também no dia 8, a Associação Académica da Universidade de Aveiro entregou no Governo Civil uma abaixo-assinado 1600 nomes contra as políticas de financiamento.

Sem baixar os braços

Entretanto estão previstas novas acções. Na próxima quarta-feira, é entregue no Parlamento uma petição a solicitar aos deputados que

Para dia 29 está marcada uma greve geral às aulas em Lisboa, tanto no ensino público como no privado. Esta medida foi decidida na Assembleia Magna da capital, mas os estudantes apelam às restantes academias para participarem no protesto.

No dia 30, um grupo de estudantes desloca-se às galerias da Assembleia da República durante a votação final global do Orçamento de Estado. O grupo levantar-se-á simbolicamente quando Almeida Santos pedir para os deputados que votarem contra se manifestarem.

No mesmo dia, a Associação Académica de Coimbra fechará as faculdades por tempo indeterminado, até o Governo desistir dos cortes orçamentais.

Reitor de Coimbra
também assina

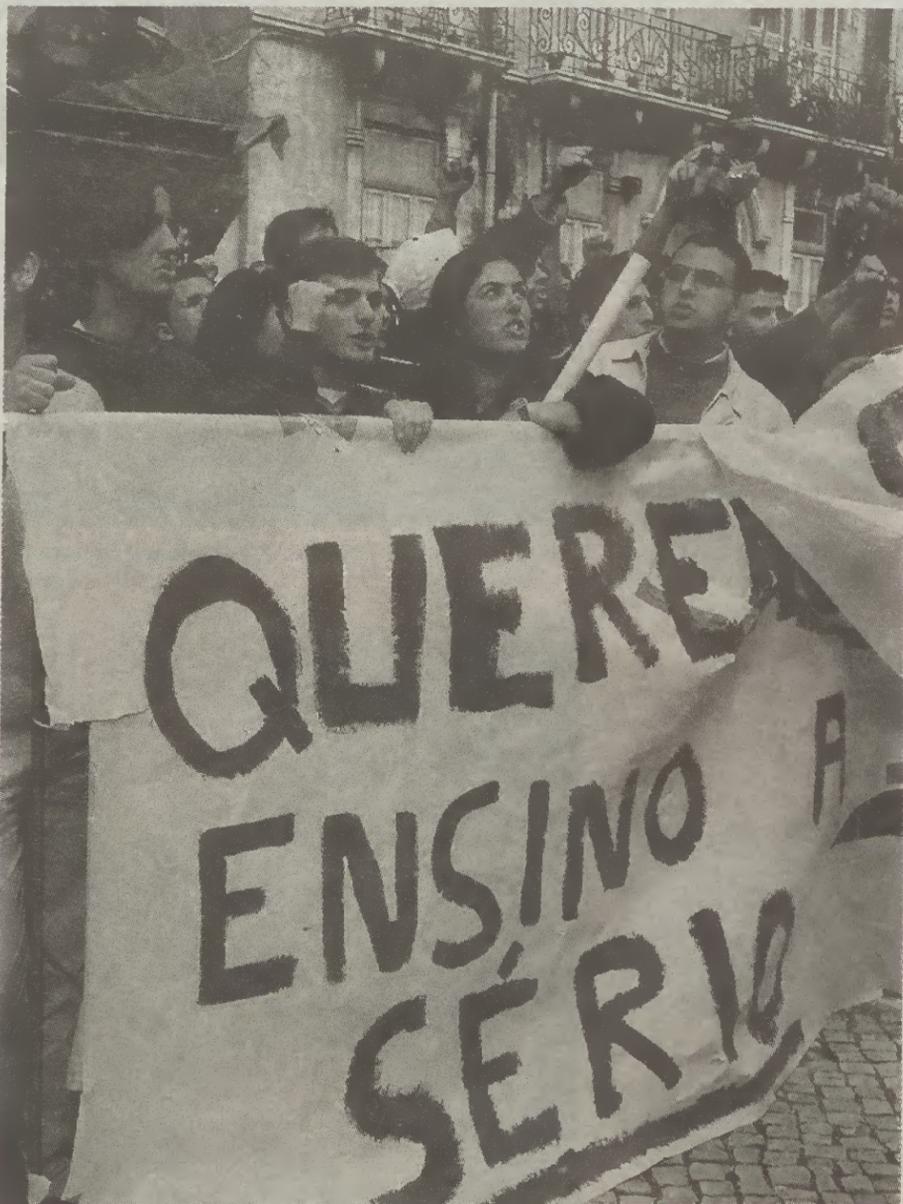
Fernando Rebelo, o reitor da Universidade de Coimbra,

juntou o seu nome ao abaixo-assinado promovido pela Associação Académica de Coimbra, mas fê-lo apenas como professor da Faculdade de Letras.

Este documento protesta contra os cortes orçamentais e exige a atribuição do orçamento padrão em 2002, medidas de estímulo à qualidade de ensino, o combate ao insucesso escolar e o cumprimento dos acordos para os projectos das faculdades de Ciências do Desporto e de Psicologia, o pólo das Ciências da Saúde e uma nova residência estudantil.

Manifestando total concordância com o texto, Fernando Rebelo recusou-se a ser o primeiro signatário, como lhe era pedido pelos estudantes, e assinou a meio da página. Para justificar a sua atitude, afirmou que o Governo prometeu inscrever no PIDDAC de 2002 verbas para satisfazer parte das reivindicações do abaixo-assinado.

«Como reitor não posso pôr a hipótese de que o Governo não venha a cumprir o que prometeu, mas espero que o documento tenha muitas assinaturas e eu próprio o levarei ao ministro da Educação ou lho entregarei quando ele vier a Coimbra», afirmou Fernando Rebelo, citado pela Lusa.



O reitor da Universidade de Coimbra juntou-se aos protestos, participando num abaixo-assinado, mas apenas como professor

Secundário de Sintra Reforçar a organização

É preciso dinamizar a luta em torno dos problemas específicos de cada escola. Esta é uma das conclusões do Encontro Concelhio de Sintra da Organização do Secundário da JCP, que se realizou na semana passada, em Rio de Mouro.

Os participantes no encontro elegeram como medidas prioritárias o reforço da afirmação pública das opiniões e propostas da JCP e a aposta na formação ideológica dos seus militantes.

Outras medidas passam pelo reforço da ligação da JCP ao movimento juvenil, «aumentando o estímulo dos jovens de participar na JCP», e pela dinamização dos

núcleos de estudantes de forma a promover iniciativas nas escolas, abrangendo as mais variadas áreas de interesse juvenil.

O reforço da JCP é, pois, um dos principais objectivos apontados, seja com a organização de debates, a formação de colectivos nas escolas onde não existem e a continuação da aposta no ensino básico.

Quanto ao recrutamento, este «não deve ser encarado como uma simples evolução quantitativa da organização, mas deve ter sempre em conta a importância do enquadramento dos novos militantes atribuindo-lhes tarefas de acordo com as

suas motivações, interesses, disponibilidade e necessidades», lê-se na resolução.

Outra preocupação da JCP é a necessidade de relançar a Plataforma de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e a Plataforma do Concelho de Sintra, «possibilitando a união estudantil num grupo unitário para o reforço da luta por melhores condições» nas escolas.

Os participantes do encontro sublinham ainda que é preciso dar especial atenção às listas para as associações de estudantes, através da formação de equipas dinâmicas e unitárias.



Parabéns, JCP!

A Comissão Concelhia de Sintra da JCP vem a público felicitar a organização pelo seu 22.º aniversário, fazendo um balanço da actividade desenvolvida ao longo destes anos.

«São 22 anos a lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade, por melhores condições materiais e humanas, pelo acesso livre ao ensino superior, pela liberdade estudantil, pela juventude. São 22 anos em luta pela denúncia e combate à elitização do ensino, o desemprego, a precariedade dos jovens trabalhadores, pela dignificação e valorização do trabalho», sustenta a concelhia, numa nota à imprensa.

E prossegue: «São 22 anos em defesa do ambiente e do património, por uma melhor cultura, por um melhor ensino, pela participação activa dos jovens nos órgãos de gestão das escolas. São 22 anos a lutar contra a incompetência no poder local e, nos últimos anos, contra a arrogância de Edite Estrela.»

«Por tudo isto, damos os parabéns a todos os comunistas e apoiantes que, 365 dias por anos, 24 horas por dia, trabalham com a JCP, contribuindo para o reforço da organização e para a melhoria das condições de todos os que estudam, trabalham e vivem no concelho de Sintra», afirma a JCP, comprometendo-se a continuar do lado da juventude, apelando aos jovens o seu apoio na luta por uma sociedade livre.

«É bem claro que a juventude dos nossos dias se vê obrigada a seguir pelos caminhos das injustiças, hipocrisias e fundamentalismos dos nossos governantes. Como jovens que somos, a JCP continua a defender uma juventude saudável e participativa na vida política nacional», lê-se no comunicado.

Carteiros

Ficaram 300 mil correspondências por distribuir na segunda-feira, primeiro dia de greve dos carteiros, em defesa do horário de trabalho contínuo, informou o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações. A greve às horas extraordinárias será seguida, dentro de duas semanas, por vários dias de paralisação parcial e total, até 31 de Dezembro. Os carteiros querem que os CTT instalem um horário contínuo de 7 horas e 43 minutos, com meia hora de pausa. A greve ao trabalho extraordinário prolonga-se até dia 25, é interrompida por uma greve ao segundo período de trabalho, entre 26 de Novembro e 7 de Dezembro, em todos os centros de distribuição postal do País, excepto Lisboa e Porto, onde a paralisação será a 27 e 28 de Dezembro. No último dia do ano vão parar os carteiros de todo o País durante 24 horas. Actualmente, os carteiros laboram durante um primeiro período de cerca de quatro horas, fazem um intervalo de uma hora ou hora e meia e, a seguir, têm mais quatro horas de trabalho. O SNTCT garante, citado pela Lusa, que a luta dos carteiros vai continuar até que o horário contínuo seja uma regra e não uma excepção.

Motoristas

Mais de 4 mil assinaturas contra as recentes alterações ao Código da Estrada e ao Código Penal, que procuram fazer dos motoristas profissionais os bodes expiatórios da sinistralidade rodoviária, foram recolhidas pela Festru/CGTP, que agendou para ontem a entrega do abaixo-assinado ao presidente da Assembleia da República e ao primeiro-ministro. Na acção estava prevista a presença de cerca de 150 representantes de trabalhadores do sector, vindos de todo o País, informou a federação. Os profissionais da condução recusam ser objecto de penalizações agravadas e acusam o Governo de «esconder o essencial, que são as péssimas condições de trabalho» na generalidade das empresas.

Professores

Após 4 meses de interrupção das negociações relativas aos compromissos do Ministério da Educação para revisão das carreiras docentes e aumentos salariais acordados em 1996, a Fenprof decidiu lançar um abaixo-assinado entre os professores do Ensino Superior público. O «congelamento» das negociações, nota a federação, ocorre numa altura em que se agravam as condições de ensino e a situação profissional dos docentes, em resultado dos cortes orçamentais decididos pelo Governo e que a Fenprof tem denunciado. Com este abaixo-assinado, a federação pretende «acabar de vez com o impasse».

Mais cem escudos por dia Injusto e vergonhoso

A CGTP criticou veementemente a actualização do salário mínimo nacional, anunciada sexta-feira pelo Governo, que manteve o valor abaixo do limite dos 70 contos.

Para a central, o Governo «optou por um aumento injusto e vergonhoso», ao fixar o salário mínimo nacional em 69 770 escudos, o que significa um aumento de 2 770 por mês e menos de 100 escudos por dia).

Aquele valor, muito abaixo dos 73 contos que a CGTP «fundamentadamente» reivindicou, «é profundamente injusto, porque a situação da economia portuguesa permitia um aumento bem mais significativo». Por outro lado, «é chocante porque o crescimento maior do salário mínimo nacional constituiria um factor de combate à injusta distribuição da riqueza existente, à opulência e à ostentação

que se observa na sociedade portuguesa».

É injusto, ainda, porque «este fraco aumento desincentiva a valorização do trabalho». Afastar mais o salário mínimo português dos valores dos salários mínimos de todos os países da União Europeia, denuncia a Intersindical Nacional, «constitui uma vergonhosa violação do compromisso deste Governo de fazer aproximar os nossos salários (em particular o salário mínimo) da média dos salários europeus».

Na nota divulgada pela Comissão Executiva da CGTP afirma-se que «é injusto e uma vergonha que os trabalhadores portugueses tenham,

cada vez mais, preços da União Europeia e salários «à terceiro mundo»». É «injusto» que seja fixado um aumento de 4,1 por cento e um valor abaixo dos 70 contos, quando «a inflação verificada é já de 4,3 por cento e as previsões do Governo para 2002 não merecem credibilidade». Além de injusta, salienta a central, uma actualização tão insuficiente prossegue as opções dos últimos anos, que têm contribuído para que o salário mínimo nacional se afaste cada vez mais dos salários médios.

O Governo «optou, uma vez mais e de forma muito clara, pela matriz de desenvolvimento assente em políticas de baixos salários, baixa qualificação do trabalho, muita precariedade e ilegalidade», conclui o documento, frisando

que esta é uma matriz «que o próprio Governo considera esgotada e que jamais permitirá o necessário crescimento da economia e o desenvolvimento do País».

O salário mínimo progride mais lentamente ainda do que o salário médio

Administração Pública

O Governo deveria apresentar ontem aos sindicatos da Administração Pública uma proposta de actualização salarial para 2002 situada num intervalo entre os 2,5 e os 3,6 por cento. O cálculo foi avançado pela Agência Lusa, tendo por base a garantia de um porta-voz do Governo de que «não haverá» perda de poder de compra.

Nas negociações para 2001, o Governo acabou por acordar apenas com a Fesap/UGT um aumento de 3,71 por cento, que incluía uma compensação de 0,5 por cento relativa à diferença entre os aumentos decretados em 2000 e a inflação verificada nesse ano. Afinal, com uma previsão de 4,3 por cento de inflação para 2001, os trabalhadores acabam por perder 1,1 por cento do poder de compra.

As reuniões entre o Governo e as diferentes estruturas sindicais iniciaram-se no dia 30 de Outubro, mas sem qualquer proposta salarial por parte do executivo, que, à margem da negociação, repetia, pela voz de vários responsáveis, a tese da «moderação» dos salários.



Com reivindicações justas e fundamentadas, os trabalhadores e a CGTP têm na luta colectiva a melhor garantia de aumentos salariais mais justos

«Vidro fosco» na Carris

«Vangloria-se o senhor presidente do conselho de administração da transparência com que o CA gere a empresa, aludindo a hipotéticas paredes de vidro, mas que, no nosso entender, só se forem de vidro fosco, espelhado e aramado», protesta a comissão de trabalhadores da Carris, num comunicado em distribuição desde antontem.

No documento, a CT afirma que lhe tem sido negado acesso a «um conjunto de documentos essenciais, quer ao controlo de gestão, quer ao direito à informação, ambos consagrados na Lei

46/79». Em causa estão, designadamente, as deliberações da administração («pelo menos, as referentes a este ano»); o contrato-programa para 2001-2004, apresentado ao Governo; o aditamento ao contrato com a empresa de limpeza, sobre a entrega do abastecimento de viaturas na estação da Pontinha; a resposta a um memorando da CT sobre o funcionamento da Ecosaúde e questões de higiene e segurança; a resposta do presidente do CA a pedidos urgentes de reunião, entregues pela CT a 16 e a 31 de Outubro.

Represálias

No comunicado anterior, a CT havia feito uma crítica sobre a «insustentável situação de entregar à empresa das limpezas o abastecimento dos autocarros, na estação da Pontinha» e sobre «a continuação do esbanjamento do dinheiro da empresa, consubstanciado na troca de automóveis por carrinhas, a alguns directores». Seguiu-se, denuncia agora a CT, uma atitude de «intimidação directa», por parte do CA, fazendo aquilo que nenhuma administração da Carris havia feito na história da empresa: deu ordens ao

Apoio Social para não distribuir documentos da CT e, ao mesmo tempo, decidiu bloquear o correio electrónico da estrutura representativa dos trabalhadores.

Entretanto, prossegue a política de desmantelamento da empresa, com a decisão de entregar a fiscalização comercial a uma empresa privada.

A CT exige ainda esclarecimentos sobre os motivos que justificaram a atribuição de prémios e benesses a directores, enquanto para os trabalhadores o CA não se cansa de referir a grave situação financeira da Carris.

Médicos em greve no Hospital de Faro

Os médicos do Serviço de Ortopedia do Hospital Distrital de Faro vão fazer greve no dia 19, segunda-feira. A paralisação, convocada pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul, visa exigir o aumento dos tempos operatórios (cada tempo equivale a um acto operatório) ou, pelo menos, a recuperação dos seis tempos que estão dis-

tribuídos ao serviço de Ortopedia.

No pré-aviso divulgado pelo sindicato, exige-se também a realização de «obras no núcleo central do Serviço de Ortopedia, que dignifiquem as respectivas condições de trabalho»; a informatização do serviço com a colaboração dos funcionários especializados

do hospital; e a «aplicação imediata» do decreto-lei que, desde Março, estabelece uma nova modalidade de pagamento das horas extraordinárias, a nível de urgência.

O sindicato definiu como serviços mínimos, a prestar durante a greve, aqueles que são assegurados aos domingos e feriados.

Também no Hospital Distrital de Faro, os médicos do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental voltaram a convocar greve, no período de ontem até amanhã, para protestar contra a degradação das condições de trabalho. Esta é a segunda greve, em três semanas, igualmente convocada pelo SMZS.

Coimbra

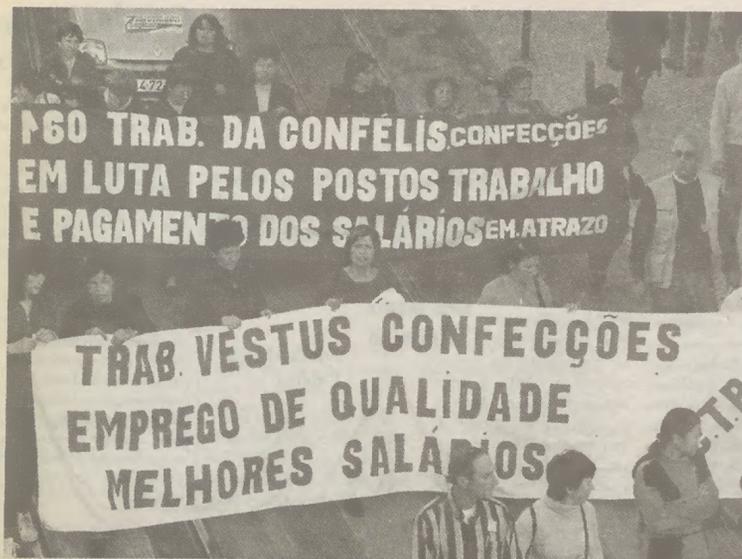
Paralisar em Novembro e Dezembro foi a decisão tomada segunda-feira, em plenário, pelos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra. A greve, informou a Agência Lusa, ocorrerá entre 26 e 30 de Novembro e de 10 a 14 de Dezembro, com uma duração de duas horas, no final dos turnos, para exigir a resolução de questões relacionadas com as carreiras. A realização do plenário provocou a paralisação dos autocarros, durante a tarde. Terminado o plenário, os trabalhadores dirigiram-se aos Paços do Concelho para apresentarem reivindicações de âmbito local ao executivo camarário, ali reunido.

Consulados

Contra os atrasos sistemáticos no pagamento de salários, os trabalhadores dos consulados e das missões diplomáticas portuguesas no estrangeiro estão a preparar formas de luta. A decisão foi discutida na Comissão Executiva do STCDE, que esteve reunida, sábado, em Paris. Caso não haja resposta da parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros até ao dia 23 de Novembro, o sindicato vai lançar «uma acção colectiva, com vista a que todos os trabalhadores que têm estado a contribuir para um seguro provisório de saúde suplementar vão a tribunal, para serem indemnizados por aquilo que têm estado a pagar a mais». Esta acção, para o secretário-geral do sindicato, citado pela Lusa, «é tanto mais justificada porque muitos colegas vão ter um salário líquido inferior ao do ano 2000, no ano da transição para o estatuto de funcionário público, que deveria traduzir-se em alguns ganhos a nível da remuneração». Jorge Veludo alertou que o atraso está a criar sérios problemas aos trabalhadores, numa altura em que mais de 300 estão igualmente sem Segurança Social.

Marks & Spencer

Com o fecho anunciado das suas duas lojas em Lisboa no final deste ano, a Marks & Spencer continua sem dar uma resposta satisfatória aos trabalhadores. Mais uma vez, decidiram por unanimidade voltar à greve no passado sábado, concentrando-se junto à loja na Avenida Guerra Junqueiro, exigindo que sejam garantidos os seus direitos e, em particular, que seja assegurada a possibilidade de optarem por manter o posto de trabalho, no caso dos estabelecimento serem vendidos. A multinacional anunciou que vai encerrar este ano todas as lojas no continente europeu, concentrando o negócio exclusivamente nas ilhas britânicas. Os resultados do grupo, segundo foi há dias revelado, subiram 18,7 por cento, no primeiro semestre do exercício 2001-2002, face a igual período do exercício anterior, atingindo 213,3 milhões de libras (69,4 milhões de contos).



No dia de luta nacional, que trouxe para as ruas de Lisboa, Porto e quase todas as capitais de distrito o descontentamento de muitos milhares de trabalhadores, a CGTP convocou um grande plenário de sindicatos para ontem. Face à ofensiva do patronato e do Governo, a resposta é a intensificação da luta, a nível de empresas, sectores e regiões, convergindo para expressões nacionais, como a de dia 7.



Luta para continuar

A jornada da semana passada teve lugar por decisão tomada na Conferência Nacional da CGTP, no dia 20 de Setembro.

As concentrações, manifestações e plenários que tiveram lugar, quarta-feira, foram precedidas de inúmeras reuniões e acções de luta.

Com destaque para a capital do País – as fotos destas páginas mostram momentos do desfile de milhares de trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, desde o Rossio até à Assembleia da República, onde se discutia o Orçamento de Estado –, o dia nacional de luta foi marcado por acções em praticamente todos os distritos: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal.

Especial empenho na participação tiveram trabalhadores dos diferentes sectores da Administração Pública, directamente visados no OE para 2002. Também tiveram forte participação, quer nas greves quer nas manifestações de rua, trabalhadores de empresas em luta. Os vidreiros da Mandata e da Mortensen fizeram uma marcha da Marinha Grande até Leiria, o pessoal da Molin concentrou-se frente à Câmara de Gaia, antes de seguir para o Porto, os mineiros de Aljustrel foram em massa a Beja e os da Sotima – a Castelo Branco; a Delphi de Ponte de Sor também foi incluída na lista, divulgada pela Fequimetal, de dezena e meia de empresas que estiveram em greve na metalurgia, metalomecânica, minas, química, farmacêutica, petróleo e gás. Foram igualmente convocadas paralisações para a

fabricação de material eléctrico e electrónico e para a construção, madeiras, mármore e cortiças, entre outros sectores.

Reivindicações justas

As principais reivindicações dos trabalhadores e da CGTP estão contidas na resolução que foi aprovada durante o dia de luta. Em oito pontos, que se seguem a uma análise da situação económica e social do País, são feitas exigências ao patronato e ao Governo. Do patronato, reclama-se: – uma postura negociadora séria, baseada na contratação colectiva, que permita ultrapassar situações de bloqueamento existentes, negociar salários e condições de trabalho dignas e contribuir para a alteração

da matriz de desenvolvimento que vem sendo seguida; o respeito integral dos direitos conferidos aos trabalhadores e o cumprimento, sem reservas, das leis em vigor. Ao Governo, exige-se:

– que promova a contratação colectiva e utilize os instrumentos legais para sancionar boicote ou recusa do patronato em negociar; que respeite o direito à negociação colectiva na Administração Pública e que proceda a uma revisão justa das condições salariais e de trabalho para 2002; que ponha de lado a pretensão anunciada de acabar com os passes sociais; que aplique políticas de emprego para combater a precariedade, promover a qualidade do emprego e garantir a efectivação dos direitos do trabalho; que combata a fraude e a evasão fiscais, pondo termo às cedências ao poder económico e financeiro.

Em toda a negociação salarial, privada e pública, devem ser levados em conta os valores reais da **inflação**, os ganhos de **produtividade**, as **perdas** verificadas no último ano e a necessária aproximação dos salários portugueses à **média europeia** – reivindica ainda a CGTP. Para conquistar tais objectivos, os trabalhadores organizados nas estruturas do movimento sindical unitário decidiram, conforme se lê na resolução: – imprimir uma grande dinâmica de

reforço da acção dos sindicatos na sua luta comum por melhores condições de trabalho, sindicalizando mais trabalhadores, elegendo mais delegados sindicais, promovendo a solidariedade e a unidade imprescindíveis ao êxito dessa luta; – promover um **intenso trabalho de base** nas empresas e serviços (no sector privado e nos vários subsectores da Administração Pública), dinamizando e organizando as lutas;

– desenvolver, ao longo de todo o ano de 2002, em todos os sectores de actividade, uma **campanha para divulgação dos direitos** dos trabalhadores e sua plena efectivação; – assumir a **luta pela paz**, pela defesa das liberdades e direitos democráticos, contra o terrorismo e contra a guerra, como uma preocupação permanente e crescente do movimento sindical.

O plenário nacional de sindicatos, marcado para ontem no Pavilhão Carlos Lopes e no qual era esperada a participação de milhar e meio de dirigentes, delegados e activistas sindicais e membros de CTs, tinha por objectivo pronunciar-se sobre a **regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social**. A CGTP tem-se manifestado, em várias ocasiões, contra intenções que representam cedências graves ao grande patronato e aos grupos financeiros, por parte do Governo, designadamente quanto ao «plafonamento», e por um sistema de cálculo que garanta os direitos adquiridos e em formação, bem como a solidariedade intergeracional.



IVG em evidência

A questão política da despenalização da interrupção voluntária da gravidez volta a estar a evidência na sequência do julgamento, na Maia, em que dezassete mulheres são acusadas de aborto, no quadro de uma investigação de uma rede de prática de aborto clandestino.

A actual penalização da prática do aborto mostra assim toda a sua ineficácia e a Plataforma Direito de Optar tomou a decisão de dinamizar várias iniciativas, entre as quais a divulgação de um texto que visa recolher apoios à exigência de que a questão volte à Assembleia da República e que seja aprovada uma lei que despenalize a interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas.

Entretanto, no próximo dia 20 de Novembro realiza-se, na Cooperativa Árvore, um debate em que se espera que várias personalidades se juntem nesta exigência colectiva de despenalização do aborto e de desmascaramento da hipocrisia, de um problema sério que afecta sobretudo as camadas mais desfavorecidas da população.

Grave situação nas prisões

Face à grave situação que se vive nas prisões portuguesas, a deputada de «Os Verdes», Isabel Castro, apresentou um requerimento na Assembleia da República, em que lembra os diversos casos de morte de presos que têm vindo a registar-se. A recente morte de dois reclusos, no Estabelecimento Prisional de Custóias. O assassinato de dois detidos, em Vale de Judeus. Outras mortes, por alegado suicídio, não só em Vale de Judeus mas também no Estabelecimento Prisional de Leiria e no Hospital Prisional de Caxias. Torna-se assim evidente, denuncia a deputada, que «o sistema prisional português está doente e a morte de cidadãos nas nossas cadeias se transformou numa perigosa e estranha rotina, cujas verdadeiras causas importa identificar». Neste quadro, «Os Verdes» sublinham a necessidade de se ter uma ideia concreta dos casos de morte, das queixas recebidas e das razões dessas queixas, do acompanhamento psicológico dos reclusos. E perguntam que acções vai o Ministério da Justiça adoptar, e quando, «para tornar o espaço prisional e as condições de vida dos reclusos menos degradantes, mais seguras e conformes com a função que à privação de liberdade tem de estar associada, ou seja, a da reinserção social do recluso».

Professores revoltados

A Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República reuniu, terça-feira passada, com as organizações sindicais FENPROF, FNE, SINDEP e SNESup. Esta reunião tinha sido pedida para apresentar as preocupações das organizações sindicais mais representativas dos docentes e investigadores do ensino superior relativamente aos cortes orçamentais para 2001 e à proposta de Orçamento de Estado para 2002, que consideram encontrar-se na continuidade de uma política de asfixia financeira do ensino superior público que se traduz «no incumprimento de promessas e compromissos e nas gravosas medidas propostas, que porão em causa o normal funcionamento das Instituições Públicas de Ensino Superior, impedirão a contratação do pessoal docente e não-docente necessário, porão em risco a renovação de contratos, limitarão o normal desenvolvimento das carreiras e a respectiva revalorização, nos termos do acordo entre Governo e Sindicatos em 1996, e impedirão a aquisição dos equipamentos indispensáveis, tudo isto ao invés do que é exigido pela imperiosa necessidade de elevação, para níveis internacionais, dos padrões de qualidade do Ensino Superior em Portugal», como se lê na tomada de posição conjunta assinada por aquelas organizações sindicais e por muitas associações de estudantes.

CNA protesta

A Confederação Nacional da Agricultura – CNA considera preocupantes alguns cortes previstos no Orçamento de Estado para 2002 e algumas medidas ultimamente adoptadas pelo Governo para a agricultura.

De par desses cortes orçamentais e outras medidas políticas inadequadas, a CNA denuncia outras formas de penalização da agricultura familiar, como é o caso do adiamento da aplicação da «Modulação» das Ajudas Directas, ou seja, da redução, por escalões, dos subsídios aos grandes proprietários. Medidas agora adiadas a pretexto dos prejuízos com as intempéries no sector dos cereais. O que, diz a CNA, prova é que o Governo não quer aplicar a «Modulação» aos grandes proprietários.

A Confederação considera ainda absurda a descida da taxa de alcoolémia, que «já originou e continua a provocar grandes e graves prejuízos para os vitivinicultores, adegas cooperativas e restante feira, num sector considerado estratégico pelo próprio Governo».

Médicos denunciam planos para liquidar unidades hospitalares de Lisboa

Contra o afã de privatizar

«Será que o Ministério da Saúde quer viabilizar economicamente estruturas privadas de saúde à custa da liquidação dos hospitais públicos?» Esta uma das questões levantadas pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul, num momento em que se acumulam indícios da eventual liquidação de duas importantes unidades hospitalares.

Desde há cerca de ano e meio que têm vindo a circular, e periodicamente, rumores sobre uma eventual liquidação da Maternidade Alfredo da Costa (MAC) e Hospital D. Estefânia (HDE).

Em causa estão unidades hospitalares que têm desempenhado um papel de referência nas respectivas áreas, como o mais antigo hospital pediátrico e a mais antiga maternidade, constituindo importantes escolas médicas.

Os rumores que têm vindo a circular coincidem com a elaboração de um estudo encomendado a uma empresa de consultoria espanhola e a posterior divulgação de um documento intitulado «Plano Director Geral», cujo conteúdo estabelecia o encerramen-

to dos hospitais de Santa Cruz e de S. Francisco Xavier e a redução, para metade, do número de camas dos vários hospitais que integram o Grupo dos Hospitais Cívicos de Lisboa, do qual fazem parte o HDE e a MAC.

Então foi negada a validade de tal plano mas, nos últimos meses, a questão voltou a ser referida, em estreita ligação com a difícil situação em que se encontra a estrutura privada «Hospital das Descobertas», que não consegue captar «clientes» nem o número suficiente de profissionais de saúde.

É neste contexto que o Ministério da Saúde apresenta um projecto de um centro hospitalar que proceda à fusão do HDE com a MAC.

Não há justificação

Não existe qualquer justificação prática para a criação deste centro hospitalar, sublinha o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, em comunicado de imprensa, tanto mais que ambas os hospitais «já se encontram inscritos no Grupo dos Hospitais Cívicos de Lisboa, onde estão criados mecanismos de articulação e complementaridade entre as várias instituições integrantes».

Então, quais as razões para este projecto ministerial?

O Sindicato dos Médicos propõe várias hipóteses. E questiona se será «uma etapa intermédia que conduzirá ao progressivo esvaziamento» destes dois hospitais. Lembrando ainda que «estes hospitais ocupam amplas superfícies no centro de Lisboa, tão apetecíveis para a especulação imobiliária».

A hipótese de viabilização económica de estruturas privadas de saúde à custa da liquidação dos hospitais públicos, no quadro de uma política «tendente ao desmantelamento dos serviços públicos», é denunciado pelo

Sindicato, que afirma que irá desenvolver iniciativas de denúncia e dinamizar movimentações reivindicativas que «impeçam a concretização de chorudos negócios à custa dos serviços públicos de saúde e dos seus profissionais».

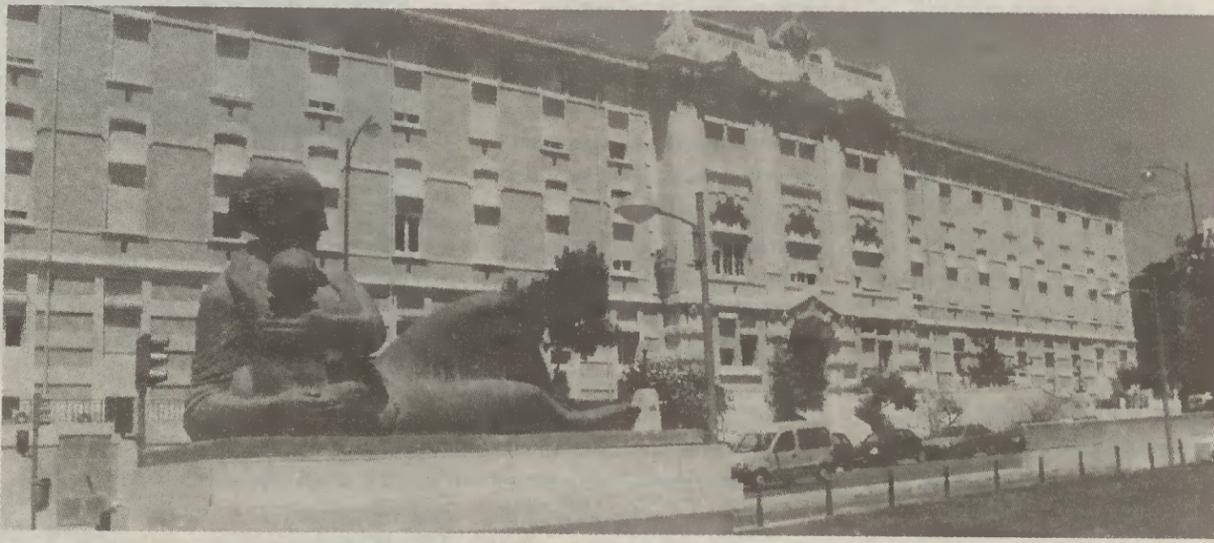
Comissões de Utentes reúnem em Setúbal

Realizou-se, sábado passado, em Miratejo (Corroios), o 3.º Encontro das Comissões de Utentes da Saúde da Península de Setúbal.

O encontro começou com uma «plantação de reivindicações», no terreno cedido para a construção de uma Extensão de Saúde.

Seguiu-se a reunião das Comissões, em que foi feito o balanço da actividade desenvolvida desde Abril e discutidas e aprovadas as iniciativas para o futuro próximo.

Em debate esteve ainda o momento actual da saúde no nosso país e, nomeadamente, a intenção de privatizar a gestão do Hospital Garcia de Orta.



Maternidade Alfredo da Costa – em causa hospitais como este

População e ambiente em debate em Lisboa

«Uma criança que nasça hoje num país industrializado contribuirá mais para o aumento do consumo e da poluição, durante toda a sua vida, do que 30 a 50 crianças nascidas nos países em desenvolvimento.» Este um dos múltiplos dados que vieram a lume no colóquio de apresentação, em Lisboa, do relatório «A situação da População Mundial 2001» que, este ano, tem como tema «População e mudanças ambientais».

Uma iniciativa promovida pela Associação para o Planeamento da Família (APF), com a Fnuap (Fundo das Nações

Unidas para a População), que teve lugar, quarta-feira passada, no Palácio Foz.

A ligação entre saúde sexual e reprodutiva e desenvolvimento social foi particularmente sublinhada pelos intervenientes. Numa perspectiva de direitos humanos e cidadania e assumindo como prioridade a acção nos domínios da educação e saúde. Mas apostando igualmente no apoio à actividade económica e criação de infra-estruturas.

A importância do diálogo, do envolvimento das populações, do detectar das verdadeiras necessidades, mereceu naturalmente destaque.

E foi mesmo ilustrada com uma história de trabalho com mulheres da Guiné-Bissau, para quem uma oferta de computadores nada dizia. Pois do que verdadeiramente necessitavam era de regadores.

Uma história que leva a uma outra questão levantada no debate: «Estaremos dispostos a ouvir o outro?» Pergunta que surge num contexto de denúncia do abismo que se abre entre os acordos e decisões e as práticas.

E aqui valerá a pena citar a síntese, para a imprensa, do relatório da Fnuap. Um facto igualmente destacado nas

intervenções finais do colóquio. «Os recursos de que actualmente se dispõe para os programas de saúde reprodutiva e de população situam-se muito abaixo dos 17 mil milhões de dólares que, segundo a CIPD (Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento), seriam necessários em 2000. Enquanto os países em desenvolvimento estão a contribuir com o grosso da parte dos recursos que lhes compete, o apoio dos doadores internacionais corresponde a menos de metade dos 5700 milhões de dólares pedidos para 2000».

Concentração pela paz no Porto

A paz é necessária e possível

Cerca de meio milhar de pessoas concentraram-se na Praça dos Poveiros, exigindo o fim do conflito militar que se tem vindo a agravar no Afeganistão. Para além da declaração do Movimento Pela Paz, plataforma promotora da iniciativa, dois momentos de cultura, a leitura de poesia e a actuação da Tuna Feminina da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, contribuíram para o sucesso da concentração.

Em desfile para a Praça da Liberdade, os manifestantes expressaram o seu repúdio pela guerra e pelo terrorismo e reclamaram soluções políticas para este problema. Paz Sim, Guerra Não; a Paz é possível, a Paz é necessária foram as frases mais ouvidas em todo o desfile.

Dizem alguns «que nós, os que nos recusamos a escolher entre Bin Laden e Bush, entre os civis mortos nos Estados Unidos da América e os civis mortos no Afeganistão, entre o terrorismo bom e o terrorismo mau, estamos a mais neste mundo em que só há dois lados, o de Deus e o do Diabo. Sucede, porém, que nem Deus nem o Diabo são chamados para o caso, mas interesses económicos, militares e políticos divergentes que repudiamos». São palavras

de um jornalista português, citadas na concentração, e que, no contexto, o movimento pela paz assume como suas.

Basta de mais vítimas. A guerra não é solução. A paz é necessária. A paz é possível.

A recusa desta falsa dicotomia é sublinhada na Declaração e Apelo lido na Praça dos Poveiros - subscrita por muitas dezenas de personalidades, associações e sindicatos - em que se começa por afirmar que a guerra desencadeada na sequência dos atentados terroristas de 11 de Setembro, inequivocamente repudiados, gerou uma situação que configura «uma crise internacional de gravíssimas proporções e de consequências imprevisíveis que importa seja travada o mais rapidamente possível pela comunidade internacional e pelos povos».

O documento denuncia o «inaceitável clima de guerra e xenofobia que se pre-

tende instalar na vida dos povos, cultivando a ideia de que esta guerra é justa e necessária» e considera como igualmente inaceitável que «a condenação incondicional do terrorismo e o reforço de medidas técnicas de segurança conduzam às limitações das liberdades democráticas e à suspensão dos direitos humanos universalmente consagrados».

O apelo refere a campanha em curso, tendo em vista criar «um clima de aceitação da inevitabilidade do recurso ao armamento nuclear neste conflito» e lembra que, também no nosso país, já se fazem sentir os efeitos desta escalada belicista, nomeadamente com o levantar das barreiras alfandegárias aos produtos têxteis paquistaneses, que poderá representar um golpe na indústria têxteis europeia e portuguesa.

Os manifestantes defenderam que é à ONU que incumbe dirigir o combate ao terrorismo, frisando que «a filosofia das Nações Unidas é permitir que os problemas existentes se resolvam por meios políticos em detrimento dos meios militares».

«Basta de mais vítimas. A guerra não é solução. A paz é necessária. A paz é possível», reclama o movimento pela paz.



Pelas ruas do Porto ecoou o apelo à Paz

Mais acções de denúncia contra a taxa multibanco

No próximo dia 22, junto da sede do BCP, na Rua Augusta, em Lisboa, terá lugar nova acção de denúncia das intenções manifestadas pela banca de instituir uma taxa pela utilização do multibanco.

Esta acção vem na sequência da iniciativa realizada dia 8 de Novembro, frente à agência do Rossio do BES, e que a Comissão de Utilizadores da Banca, que tem vindo a implementar estes protestos, avaliou de forma muito positiva.

Nesta iniciativa, que registou uma adesão imediata ao comunicado distribuído, a Comissão aproveita para alertar os utentes e a população para a necessidade de exigir do Governo que assuma as suas responsabilidades e tome as medidas adequadas à proibição da implementação de tais

taxas, que constitui mais uma tentativa para aumentar os já elevados lucros da banca.

Neste sentido, a Comissão solicitou entretanto uma audiência ao ministro das finanças. Estas acções são apoiadas pela CGTP-IN, que lembra que «os bancos e outras instituições emissoras já taxam, e de que maneira, a utilização dos cartões de crédito».

Em comunicado de imprensa, o Grupo Sindical para a Defesa dos Consumidores/CGTP-IN, sublinha que «os consumidores portugueses são os mais penalizados da Europa, como recentes estudos comprovam: recebem os salários mais baixos da Comunidade Europeia; pagam os preços mais caros, por produtos e serviços, muitas vezes, de pior qualidade».

O anunciado aumento das portagens na Ponte 25 de Abril é outro exemplo claro da forma como são penalizados os consumidores e utentes no nosso país.

Reunida em Almada no passado dia 7 de Novembro, a direcção da associação de Utes da Ponte 25 de Abril analisou a situação face à nova tentativa de aumento das portagens da ponte e o historial da luta que vem sendo desenvolvida, com êxito, pelos utentes, impedindo qualquer aumento.

A associação considera «ilegítima, iníqua e reforçada discriminação negativa» a anunciada intenção do Governo de aumentar as portagens a partir de Janeiro de 2002 e decidiu avançar com contactos e iniciativas com o objectivo de dizer «Não ao aumento, não à portagem».

Dia Nacional de Luta
Uma data
a não esquecer

Centenas de trabalhadores participaram em Viseu no Dia Nacional de Luta de 7 de Novembro, juntando-se, assim, ao impressionante movimento desta mole humana que, nesse dia, em manifestações, concentrações, protestos, paralisações, plenários de sindicatos e de trabalhadores, percorreu o país, de lés-a-lés.

A Conferência Sindical da CGTP de 20 de Setembro tinha decidido esta acção, no quadro de um conjunto de reivindicações por melhores salários e mais justiça social, por mais direitos para quem trabalha, por vínculos laborais estáveis, pela defesa dos serviços públicos, pela melhoria das pensões e prestações da Segurança Social, pela redução de impostos sobre o trabalho, etc.

Com dinâmicas próprias, os Sindicatos de Professores da Fenprof não quiseram ficar de fora desta acção, levando em conta o conjunto de problemas que os professores enfrentam e que em nada são diferentes dos problemas dos outros trabalhadores: vínculos precários, congelamento de pagamentos dos novos índices por progressão na carreira docente, perda de poder de compra, baixos salários (sobretudo, nos primeiros escalões da carreira), ameaça de encerramento de muitas escolas.

Convocados pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, também em Viseu, os professores responderam com a sua participação nesta jornada. Cerca de 400 professores participaram num plenário/conferência, onde discutiram os graves problemas que hoje os afectam e aprovaram uma moção. Saíram, depois, para a

rua, juntando-se aos trabalhadores que a União dos Sindicatos de Viseu tinha mobilizado para esta jornada. O ponto de encontro destes dois polos do mesmo movimento ocorreu em plena Av. Alberto Sampaio em frente ao edifício do Governo Civil de Viseu, com ocupação da avenida (o que obrigou ao corte do trânsito naquele local), durante pelo menos trinta minutos e onde se ouviram os protestos dos trabalhadores contra a grave situação que vivem, em resultado da política de direita (zelosamente prosseguida por este Governo) que precariza os vínculos laborais, faz diminuir os salários, agudiza a conflitualidade laboral, atenta contra os direitos, concentra a riqueza, aliena o património público.

Um Dia Nacional de Luta que ficará, portanto, na nossa memória, por três motivos:

- pela confluência na acção de sectores profissionais e sociais que não era habitual vermos, lado a lado, em acções desta natureza;

- pela grandiosa participação de trabalhadores nesta jornada;

- pela capacidade organizativa mais uma vez evidenciada pela CGTP e por todas as estruturas sindicais que participaram nesta Acção. Ao Governo competirá tirar as ilações deste Dia Nacional de Luta. Quanto aos trabalhadores, deixaram mais uma vez um solene aviso a esta navegação de cabotagem, à direita: **é preciso mudar de rumo!**

● Manuel Rodrigues

Homenagem a Dulce Rebelo

O Movimento Democrático de Mulheres - MDM vai homenagear, este sábado, Dulce Rebelo, membro dos órgãos de direcção do MDM e sua representante no Conselho Consultivo das ONG's da CIDM - Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher.

Uma Distinção de Honra a «uma mulher de cultura, uma cidadã do mundo», que irá decorrer na Sala Ogival do Castelo de S. Jorge. De par de diversas intervenções, a homenagem inclui momentos culturais, com um espectáculo multimédia, guitarradas e a actuação do Coro Lopes-Graça.

Na carta/convite do MDM, sublinha-se a «entusiástica participação e empenhamento» da homenageada «neste percurso de 33 anos de vida, do Movimento Democrático de Mulheres, feitos de paixão, de sonhos, de reflexão, de reclamação e sobretudo de acção das mulheres portuguesas, na transformação das mentalidades, pela igualdade na vida entre mulheres e homens, pela construção de uma sociedade de paz e justiça».

Dulce rebelo é licenciada em Filologia Clássica e Diplomada em Ciências Pedagógicas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorada em Psicolinguística pela École Hautes Études et Sciences Sociales, de Paris. Investigadora, é actualmente professora convidada da Universidade Aberta de Lisboa, da Universidade de Paris VIII e da École Hautes Études et Sciences Sociales, de Paris.



Dulce Rebelo, à esquerda, com Alice Vieira (foto de arquivo)

Nova Cimeira velhas crises!

• Sandra Pimenta

A 4.ª Cimeira ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC), que se realizou em Doha, no Qatar, a escassos 1500 Km do Afeganistão, terminou esta semana, após 5 dias de negociações. Como já era previsível, esta reunião ficou ensombreada pelos recentes acontecimentos ocorridos a 11 de Setembro nos EUA, que resultaram não só, mas também, numa grave crise económica mundial. Mas estes não podem ser considerados a única «assombração» desta Cimeira. Após o embaraçoso fracasso assumido por muitos da anterior Cimeira em Seattle, em Dezembro de 1999, era urgente, segundo os organizadores «a busca de um novo fôlego para a liberalização de mercados e o desenvolvimento do sistema multilateral de comércio assente em regras globais». Desde o primeiro dia da instituição da OMC, em 1996 na Cimeira ministerial inaugural em Singapura (sucendo ao acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT - que regulava o comércio internacional desde 1948), que as diferenças entre os países que fazem parte da OMC foram evidentes, e quatro

questão comercial, pretensão já demonstrada em anteriores acordos.

Poucos progressos

Assim, os progressos alcançados foram poucos ou nenhuns. Mas não deixarão de ser divulgados com a pompa e a circunstância que uma reunião como esta exige. Como já se viu com as entradas da China e de Taiwan, após anos de intensas negociações.

Mas é preciso não esquecer que novas e importantes negociações no âmbito da OMC ainda virão por aí. E por isso a UE não pode demitir-se do seu papel de representante dos interesses globais da Europa comunitária e também dos estados que a integram, e não poderá continuar a ceder às pressões americanas e das transnacionais para que a liberalização total do comércio mundial avance rapidamente.

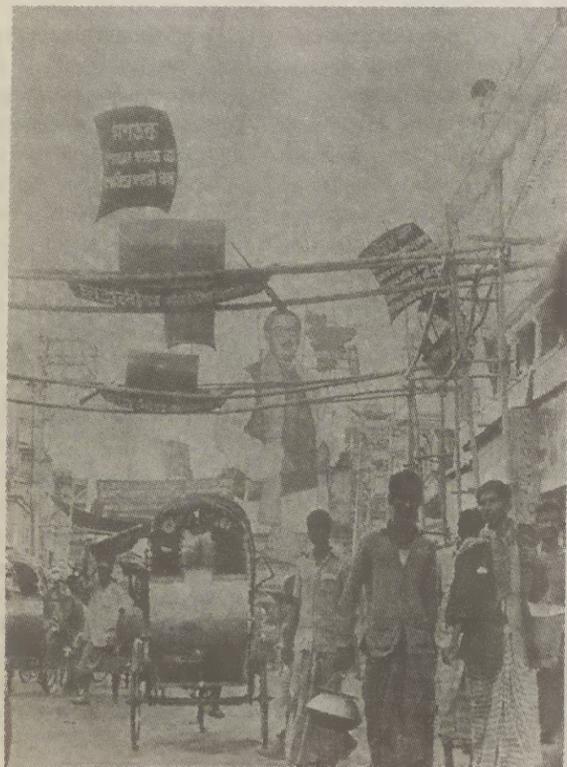
Por tudo isto e por todos estes jogos de interesse, estas cimeiras não resultam e não sei mesmo se algum dia resultarão, uma vez que nem todos, entre os ricos, estão dispostos a fazer concessões. Nesta batalha, não há lugar para os pobres.

Estes nunca terão uma palavra a dizer. E foi isso mesmo que tentaram dizer as cerca de 400 associações associadas ao movimento antiglobalização, não só em Doha, onde estiveram ao longo de toda a Conferência, como também nas inúmeras manifestações realizadas um pouco por todo o mundo, desde Paris, Moscovo, Tóquio, Hong Kong, passando por Lisboa, Génova, Banguécoque, entre muitas outras cidades. A principal ideia a passar era a de lutar «contra esta nova tentativa de liberalização, onde se favorecem as privatizações dos serviços públicos e não se têm em conta que factores desde há muito civilizacionais, tais como

o acesso gratuito aos cuidados de saúde e a educação, sejam postos em causa, sob o pretexto de que se trata de mercados».

Falta transparência

A OMC não é, na sua génese e nos seus procedimentos, uma organização nem democrática nem transparente, porque tem enormes poderes universais sobre matérias decisivas para a vida dos povos e como tal não pode funcionar nem decidir à margem da vontade desses mesmos povos. Não é por isso de estranhar que, ao contrário do que alguns pretendem fazer crer de que a liberalização do comércio mundial é igual a desenvolvimento, constatemos que nesses países se agrava o fosso entre os mais ricos e os mais pobres e que, no plano mundial, se agrava a divergência entre os países mais e menos desenvolvidos. O actual modelo de desregulamentação da economia e do comércio global tem sido construído à custa dos desequilíbrios ambientais, da segurança e da qualidade alimentar, da exploração do trabalho infantil e de mão-de-obra miseravelmente paga, tudo em nome da tão ambicionada competitividade e lucro das grandes e poderosas empresas. Por tudo isto, estou e estarei do lado daqueles que defendem que «o mundo não está à venda»!



cimeiras depois, e apesar dos discursos politicamente correctos e das intervenções já há muito gastas, os velhos diferendos mantiveram-se. Países ricos e mais desenvolvidos contra países pobres e em desenvolvimento, que é como quem diz, os interesses de uma UE contra (ou a favor... conforme as necessidades!) os dos EUA. Após o fim dos trabalhos desta Cimeira, poderá dizer-se que foi isso mesmo que aconteceu. Na agricultura, a UE opôs-se aos EUA e ao resto dos outros países, que defendiam a redução drástica dos subsídios para as exportações agrícolas pagos aos agricultores. No domínio da propriedade intelectual verificou-se uma união dos EUA, Suíça e Japão (onde se concentram os maiores laboratórios farmacêuticos) contra os países do Sul que desejavam ver reforçado o seu direito de isenção ao pagamento das patentes em caso de emergência de saúde pública. O papel da UE ficou-se pelo de mediador de interesses!? E os interesses europeus no meio desta discussão? Nos pontos social e ambiental, a UE (principalmente por pressão de países como França e a Alemanha) pretendeu que esta questão fosse integrada na

Programa de Ilda Figueiredo vai ser hoje aprovado no Parlamento Europeu

Combater a exclusão

Depois de aprovado pelo Parlamento Europeu o programa da deputada do PCP deverá começar a ser aplicado já no próximo ano.

Medidas contra o branqueamento

Ilda Figueiredo vai propor hoje, quinta-feira, ao plenário de Estrasburgo a aprovação do projecto comum resultante das reuniões entre as delegações de parlamentares europeus e do Conselho sobre um programa de acção contra a exclusão social. O projecto tem uma duração de cinco anos e destina-se a conhecer melhor os fenómenos da exclusão social e da pobreza, procurando contribuir para novas formas de organização da cooperação política, para o intercâmbio de conhecimentos e o apoio a redes ao nível da UE.

O programa prevê o fomento de redes de organizações e a cooperação entre os estados-membros

75 milhões de euros, e que o limite máximo para o financiamento comunitário a conceder às ONG participantes fosse de 90 por cento do custo do projecto, e não de 80 por cento, como propôs inicialmente o Conselho.

O acordo alcançado reconhece expressamente

a necessidade de promover medidas inovadoras na aplicação do programa, o que corresponde a uma das reivindicações essenciais da delegação do PE. A Comissária Anna Diamantopoulou declarou que a Comissão apoia inteiramente estes objectivos, que não se limitam apenas à realização de estudos, mas que se traduzem também noutras iniciativas, como o fomento de redes de organizações e a cooperação entre os estados-membros.

Outro tema da sessão desta semana do Parlamento Europeu foi a discussão da proposta de directiva contra o branqueamento de capitais ligado ao terrorismo. As medidas previstas abrangem certas categorias profissionais como os avaliadores, os negociantes em obras de arte, gerentes de casinos ou agentes de controlo dos mercados da bolsa e financeiros ficam entre as pessoas obrigadas a indicar quaisquer transacções suspeitas.

O Parlamento Europeu, na sua proposta de alteração, manteve, no entanto, alguns aspectos da anterior directiva como o sigilo profissional dos advogados no que se refere às informações obtidas antes, durante e depois do processo judicial e garantiu ainda que os advogados, notários, contabilistas e outros profissionais forenses possam comunicar aos seus clientes que determinada informação foi transmitida às autoridades.

Conferência da OMC cede nos genéricos

Os 142 membros da conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio terminaram na terça-feira, no Qatar, mais uma ronda de negociações, sem terem alcançado uma aproximação das posições nas principais matérias em discussão.

O projecto de comunicado final indicava a agricultura como um dos capítulos mais espinhosos, com a União Europeia, em particular a França, a opor-se à eliminação dos subsídios exigida por um conjunto de países exportadores, designadamente da América Latina. A UE defendeu o conceito da multifuncionalidade da agricultura, considerando que esta actividade não pode submeter-se apenas às normas do mercado, necessitando por isso de

uma protecção especial devido às suas implicações sociais, ambientais e de garantia da segurança dos alimentos.

A redução das taxas sobre a importação de produtos têxteis exigida por parte da Índia e do Bangladesh, deparou-se com a intransigência dos Estados Unidos que não deram sinal de cedência até ao último dia da conferência.

Os trabalhos, que foram marcados por vários protestos de representantes de organizações antiglobalização, abriram no entanto a possibilidade aos estados produtores de medicamentos genéricos de poderem comercializá-los nos países afectados por epidemias como a Sida, apesar da protecção das patentes consagrada nos acordos sobre a propriedade intelectual.

Esta conferência assinalou ainda a entrada oficial da China para a Organização Mundial do Comércio, assim como do Taiwan, embora este com o estatuto de território aduaneiro autónomo e não como país independente. China e a ilha de Taiwan tornaram-se, respectivamente, assim o 143.º e 144.º membros da OMC.

Na Conferência participou o deputado do PCP ao Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, sendo o único eurodeputado português presente. Miranda, que integrou a delegação do PE, já tinha estado na anterior conferência ministerial da OMC, em Seattle, na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, realizada em Banguécoque, em Fevereiro último.

Pescas

Reconversão premeia abandono

O Parlamento Europeu ia examinar ontem, quarta-feira, a proposta de regulamento do Conselho de ministros dos Quinze relativo à promoção da reconversão dos navios e dos pescadores que, até 1999, estavam dependentes do acordo de pesca UE-Marrocos.

Na terça-feira, o plenário votou favoravelmente um pedido da Comissão Europeia para que o PE se pronunciasse

se mais cedo que o previsto sobre a legislação que visa melhorar a situação das duas frotas, portuguesa e espanhola, após o colapso das negociações para a renovação do acordo pesqueiro.

O curto debate que antecedeu a votação revelou algumas diferenças de apreciação entre deputados com os membros da Comissão de Pescas a concordarem em acelerar o processo contra a opinião dos

membros da Comissão dos Orçamentos.

A Comissária responsável pelo pelouro do orçamento, Michaele Schreyer, referiu que o plano de reconversão espanhol visa a reestruturação económica e comercial da frota, enquanto que o plano português privilegia os prémios ao abandono de actividade e medidas sociais em favor dos trabalhadores.

Comissão otimista

A Comissão Europeia fez perante o Parlamento Europeu uma avaliação positiva sobre o estado de preparação dos países candidatos à adesão na União Europeia. Como indicou, na segunda-feira, o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, «os progressos realizados ultrapassaram todas as expectativas, em todos os capítulos em que se articula o processo de adesão». Deste modo, dez dos doze países candidatos deverão ver reconhecida a sua capacidade de terminar as negociações de adesão até ao final de 2002 com vista a uma adesão em 2004. Bulgária e Roménia estão mais atrasadas e poderão não aderir ao mesmo tempo dos restantes países da Europa Central e Oriental (Polónia, Hungria, República Checa, Eslováquia, Estónia, Lituânia, Letónia e Eslovénia), e ilhas mediterrânicas (Chipre e Malta).

I&D abaixo dos EUA

Os gastos em investigação e desenvolvimento (I&D) dos países da União Europeia aumentaram nos últimos dois anos mas continuam a ser inferiores aos dos Estados Unidos e Japão, segundo dados do Eurostat divulgados na semana passada. O estudo da agência estatística da UE indica também que persistem grandes diferenças no investimento em I&D entre os países do sul e do norte do espaço comunitário. Os gastos dos Quinze em I&D constituíram 1,92 por cento do PIB (Produto Interno Bruto) em 1999 e 1,90 por cento em 2000, contra os 2,64 por cento nos Estados Unidos e 3,04 por cento no Japão. Este investimento na UE cresceu fortemente em 1999 (5,6 por cento a um ritmo constante) e continuou a progredir em 2000, embora a um ritmo mais lento (2,3 por cento). O estudo mostra que os empregados deste sector representavam 1,34 por cento da mão-de-obra, contra 1,27 por cento em 1995, o que confirma o ligeiro aumento registado ao longo de cinco anos.

Entre os estados membros, os esforços de investigação mais importantes foram desenvolvidos pela Suécia e Finlândia, que consagraram respectivamente 3,8 por cento e 3,19 por cento do seu PIB em I&D em 1999. A Alemanha (2,44 por cento) e França (2,19 por cento) são os países que se seguem na classificação em termos percentuais, já que em termos de volume total de gastos em I&D lideram à escala europeia.

No outro extremo, encontram-se os países do Sul com os gastos mais baixos em I&D: Grécia (0,51 por cento do PIB), Portugal (0,76 por cento), Espanha (0,89 por cento) e Itália (1,04 por cento).

O nível de vida médio em Portugal está a anos de distância de qualquer um dos outros países da União Europeia, até da Grécia, com a qual somos frequentemente comparados.

A constatação não é nova e, para além de corresponder a uma evidência do senso comum, coincide com resultados de vários estudos económicos, um dos quais divulgámos nestas páginas na semana passada.

O presente estudo é da autoria de Elsa Pedro e foi apresentado recentemente na conferência sobre Remuneração e Referências Europeias, realizada pela Confederação Portuguesa dos Quadros Técnicos e Científicos, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

A autora faz várias contas para concluir que mesmo que a taxa de crescimento dos salários estagnasse nos nossos parceiros europeus e se mantivesse o ritmo dos ganhos médios em Portugal de cinco por cento, análogo ao que se verificou entre 1997 e 1998, os trabalhadores portugueses levariam oito anos para alcançar os gregos, 13 anos para apanhar os espanhóis e 23 anos para

atingir o rendimento dos belgas. Este fosso é ainda agravado pelo facto de o custo de vida ser praticamente equivalente nestes três países. Ou seja, o preço dos produtos de consumo é semelhante, mas os ganhos médios mensais são significativamente diferentes. E as maiores diferenças, afirma Elsa Pedro, atingem

exactamente os trabalhadores indiferenciados. Em 1999, o seu ganho médio mensal representava 55,2 por cento de um trabalhador com o bacharelato e apenas 39,1 por cento de um outro com licenciatura.

Comparado com um trabalhador espanhol, o português sem estudos ganha menos de metade (40%) do que é pago aqui ao lado e cerca de um quarto do que ganha um belga com a mesma habilitação. Esta disparidade diminui no caso de um bacharel que auferir 83 por cento do salário espanhol e chega aos 51 por cento do de um belga. A mesma proporção é encon-

Com custos de vida semelhantes, a diferença está nos salários pagos em Portugal

As mulheres são as que sofrem maior discriminação salarial, auferindo cerca de metade da remuneração dos homens



Mulheres e salários baixos

A disparidade entre homens e mulheres, mesmo em profissões mais bem remuneradas como é o caso dos quadros técnicos, é patente, representando o seu salário 73,4 por cento da remuneração auferida pelos colegas masculinos em situação idêntica.

Mas a discriminação sexista em termos salariais não é um exclusivo das empresas lusitanas. Segundo a autora, «encontramos países como a Holanda e o

Reino Unido, em que o salário das mulheres representa, respectivamente, 52,2 por cento e 61,2 por cento dos homens. Isto é, as mulheres pouco mais ganham do que metade do que ganham os homens».

Uma das explicações que Elsa Pedro avança no seu trabalho tem a ver com o facto de estes países terem adoptado em larga escala o trabalho a tempo parcial, que afecta particularmente as mulheres e se reflecte

trada no caso dos licenciados.

O valor do nosso salário mínimo nacional também não resiste a uma comparação como os restantes países da União Europeia. Representando em geral 30 a 40 apenas por cento dos montantes mínimos estabelecidos na maioria dos estados europeus, o SMN português é inferior ao grego e ao espanhol, dos quais representa 84,7 por cento e 77,2 por cento, respectivamente.

Outros dados mostram o baixo nível salarial praticado em Portugal que pouco tem a ver com a riqueza produzida pelo país, já que, como em algumas ocasiões o Governo gosta de sublinhar, Portugal em termos de Produto Interno Bruto não está no fim da tabela sendo precedido pela Grécia.

No entanto, a Grécia consegue ainda assim proporcionar a um trabalhador manual uma remuneração média muito mais elevada do que Portugal, onde, por hora, o valor pago se fica pelos 61,4 por cento do que é auferido por um grego em condições similares.

Mas mesmo no caso dos trabalhadores não manuais na indústria, em 1997 e 1998, período do estudo, verificou-se que, apesar de o seu rendimento ter aumenta-

do cerca de dois por cento mais dos que a média europeia, continua a ser o mais baixo dos países considerados. Não ultrapassa os 70,6 por cento do rendimento médio dos gregos e é pouco mais de metade (55,5%) dos que recebem os vizinhos espanhóis.

Custo de vida

Tomando como base dados do Eurostat, gabinete de estatística europeia, Elsa Pedro, economista da Confederação Portuguesa dos Quadros Técnicos e Científicos, observa que os portugueses têm um índice de custo de vida ligeiramente superior aos dos gregos e um pouco abaixo dos espanhóis. No entanto se uma leitura mais detalhada dos dados do Eurostat revela que as roupas e calçado custam tanto em Portugal como em Espanha, já a habitação é mais cara do que na Grécia, o mesmo se passando com o equipamento doméstico. Portugal supera largamente os dois países quando se chega às despesas com a saúde, em que consegue ser mais caro do que a Holanda, a Irlanda, a França, e iguala a Itália.

Também nos transportes, quer a Grécia quer a Espanha praticam preços mais acessíveis dos que o nosso país.

Jovens lusos na cauda

O Eurostat organismo responsável pelas estatísticas comunitárias publicou um eurobarómetro especial com os resultados de 10 mil entrevistas realizadas entre Abril e Maio de 2001 a jovens com idades entre 15 e 24 anos, nos 15 Estados-membros. Entre outros resultados o estudo refere que quanto à utilização das novas tecnologias, os jovens portugueses são dos últimos na União: apenas 50,3 por cento afirma ter um computador (a média dos Quinze é 56,4 por cento), 14,8 tem e-mail (30,7), 26,1 «navega» na internet (37,3) e 17,8 tem uma consola de jogos (23,9).

Mulheres mais fortes na ciência

Portugal é o único país da União Europeia (UE) que consegue alcançar a paridade homem-mulher no mundo científico, com uma presença feminina de 53 por cento no sector público, segundo dados do Eurostat, referentes a 1999. Nas universidades, 43 por cento dos investigadores são mulheres, um valor só superado pela Irlanda (46 por cento) e pela Grécia (44 por cento).

A nível comunitário, a presença feminina na ciência é mais baixa, com apenas 28 por cento de mulheres entre os investigadores na Universidade, valor que sobe para 34 por cento no sector público. Também na docência universitária as mulheres da UE estão sub-representadas, sendo apenas 26 por cento do total. Em relação a este indicador não existiam dados portugueses disponíveis à data da realização do inquérito.

Marraxexxe satisfaz UE

A União Europeia saudou no sábado o acordo alcançado em Marraxexxe, que permitirá pôr em marcha o Protocolo de Quioto, sobre as alterações climáticas. Para o secretário de Estado belga, Olivier Deleuze, cujo país assegura a presidência rotativa da UE, «o Protocolo de Quioto foi salvo». Opinião semelhante foi expressa pela a comissária europeia do Ambiente, Margot Wallstra, que considerou que foi dada «uma reviravolta no combate mundial contra as alterações climáticas».

As regras para pôr em prática o Protocolo de Quioto, em negociação desde 1997, sobre a redução da emissão de gases com efeito de estufa, foram adoptadas por 167 países, e espera-se agora a sua ratificação do Protocolo e à sua entrada em vigor.

Conflito na Macedónia

Três polícias foram mortos e vários ficaram feridos em combates nos arredores da aldeia albanesa de Treboc, Noroeste da Macedónia, após o envio para este sector de um numeroso dispositivo policial, anunciaram fontes do governo. As forças policiais prenderam na região sete albaneses identificados como «comandantes locais do UCK», afirmando que preparavam um ataque. Segundo testemunhas locais, desencadeou-se uma troca de tiros entre as forças policiais estacionadas nas imediações de Treboc e homens armados no interior da aldeia.

Crise na Tchetchénia

Dez separatistas tchecos foram mortos e 20 ficaram feridos, sábado, numa operação montada pelos serviços secretos russos (FSB), em Argun, perto de Grozny.

A operação foi depois interrompida por uma manifestação de habitantes de Argun que saíram para a rua impedindo a prisão de outros rebeldes. Os manifestantes, que desfilaram nas ruas do centro da cidade, exigiam o fim dos «tiros de artilharia contra civis» e impediram os agentes do FSB de chegar ao local onde os separatistas se concentraram para empreender a fuga.

Confrontos em Belfast

Morreu um jovem lealista protestante, na sequência dos motins que abalaram, domingo, o Norte de Belfast, na Irlanda do Norte. O jovem foi ferido por uma bomba artesanal, empunhada pelo próprio. Os apoiantes lealistas afirmaram que a bomba foi lançada por manifestantes católicos.

O Norte de Belfast, nos últimos dias, tem sido palco de numerosos confrontos entre católicos e protestantes depois da reabertura da escola católica «Holy Cross», no bairro de Ardoyne. Esta foi a primeira vez que os incidentes provocaram a morte entre os manifestantes de Ardoyne Road.

Bloqueio a Belgrado

Mais de cem elementos de uma unidade especial da polícia sérvia, em rebelião contra a actual cooperação de Belgrado com o TPI, bloquearam, segunda-feira, uma via de acesso à capital jugoslava. Equipados com fardas de combate e coletes à prova de bala, dispoem de armas individuais e de uma vintena de veículos blindados, os usualmente apelidados de «boinas vermelhas» bloquearam a auto-estrada que liga o sul da Sérvia à Croácia, e que atravessa Belgrado. Os «boinas vermelhas» reclamam a adopção, pelo Parlamento jugoslavo, de uma lei específica sobre a cooperação com o TPI e prometem não arredar pé enquanto não forem ouvidos.

Palestinianos pedem à ONU que envie observadores para pôr fim à guerra de agressão no Médio Oriente

Arafat acusa Israel de terrorismo

O presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, afirmou na Assembleia Geral da ONU que Israel «está a praticar terrorismo e limpeza étnica» na Palestina.

«Pedimos a todos vós, por todo o mundo, a todos quantos amam a paz, a liberdade e a justiça, para que façam os esforços possíveis de modo a acabar com esta guerra de agressão e apelo a que enviem observadores internacionais que protejam o nosso povo da ocupação, do terror e da limpeza étnica praticada por Israel», disse Arafat.

Arafat apelou ainda para que os países membros da ONU façam o possível a fim de permitir que os palestinianos vivam num Estado independente, sublinhando que «a criação de um Estado palestino, com Jerusalém como capital, é a única forma de garantir a segurança, paz e estabilidade na região e no Mundo, o que constitui o fundamento para estabelecer essa paz».

Durante o seu discurso, o líder palestino denunciou o que chamou de «terrorismo de Estado» que está a ser cometido nos territórios ocupados e pintou um quadro sombrio da

situação económica das áreas sob a administração da Autoridade Palestiniana.

«Arafat pintou um quadro sombrio da situação económica da Palestina»

Referindo-se ao discurso feito na véspera pelo presidente dos Estados Unidos, Arafat considerou que as posições norte-americanas constituem um «passo significativo» para alcançar a paz no Médio Ori-

ente. Bush que se recusou a reunir com o líder palestino, deixou essa pasta para Colin Powell, e manifestou o desejo de que um dia «os dois estados, Israel e Palestina, vivam juntos e em paz em fronteiras seguras e reconhecidas, como foi pedido pelas resoluções das Nações Unidas».

«A paz só reinará quando todos recusarem para sempre a violência e o terror», disse Bush. O ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Shimon Peres, manifestou satisfação pelo o discurso do presidente norte-americano.

Por seu lado, a população e a classe dirigente palestina sentiram-se desiludidos com o

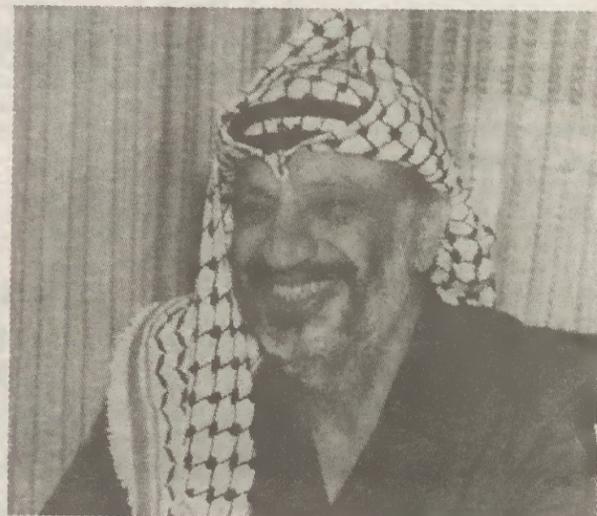
discurso do presidente norte-americano; esperavam uma declaração formal, solene e sentida, apoiando o futuro do Estado palestino. «Esperávamos um discurso mais enérgico, onde se apresentasse um calendário para solucionar o problema», afirmou o deputado palestino, Zayad Abu Amro. A desilusão do deputado era compartilhada por outros dirigentes palestinianos, entre eles o chefe da milícia Tanzin, Marwan Barghuti, que afirmou que «o discurso decepcionou todo o mundo árabe muçulmano».

Relançar o processo de paz

O secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, espera apresentar nos próximos dias uma iniciativa diplomática que resuma os esforços empregados pelo governo norte-americano para relançar o processo de paz no Médio Oriente.

A garantia foi dada pelo próprio Colin Powell após encontros, em separado, com Shimon Peres e Yasser Arafat. Powell pretende assim aproveitar a urgência criada pela crise do Afeganistão para impulsionar as negociações.

No encontro que decorreu à porta fechada no hotel Waldorf Astoria de Nova Iorque, estiveram também presentes o minis-



Na Assembleia Geral das Nações Unidas, Arafat fez dois tipos de discurso. Um duro para com Israel e um brando dirigindo-se à comunidade internacional

tro dos Negócios Estrangeiros russo, Igor Ivanov, o representante da UE, Javier Solana, e o secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Durante a reunião, Powell reiterou a necessidade de ser aplicada a trégua proposta pelo ex-senador norte-americano George Mitchell em Abril e acabar com a violência na região.

Incursão israelita

No terreno, além de uma incursão durante a madrugada de sábado na Cisjordânia, durante a qual foram presos 12 activistas palestinianos, o exér-

cito israelita, apoiado por blindados, invadiu uma zona autónoma palestina no Sul da Faixa de Gaza. Segundo um responsável da segurança palestina, os militares israelitas penetraram cerca de 300 metros no sector de Khan Youns.

No dia anterior, soldados israelitas abateram um palestiniano na localidade de Al Qarara, também na Faixa de Gaza. Em Jan Yunes dois adolescentes palestinianos ficaram feridos, um dos quais com gravidade, devido a disparos procedentes da colónia judia de Neve Dekalim.

A Itália e a guerra

No sábado, 10 de Novembro, realizaram-se duas manifestações em Roma. Uma, convocada no Verão passado por um leque de organizações que participaram na manifestação anti-G8 de Génova, e que foi originalmente concebida como fazendo parte do «movimento antiglobalização», mas que acabou por se transformar numa manifestação contra a guerra dos EUA no Afeganistão. A segunda, convocada há

alguns dias por um jornal de direita (*Il Foglio*, de Giuliano Ferrara) para «manifestar apoio aos EUA», foi rapidamente apadrinhada pela direita no Governo, e transformada em qualquer coisa entre uma manifestação de apoio à guerra (na qual a Itália decidiu participar com o envio de tropas) e de apoio ao governo, sendo o principal orador o primeiro-ministro Berlusconi.

Pode afirmar-se que a tenta-

tiva de fazer uma demonstração de força em apoio da guerra se saldou por um fracasso. O insuspeito jornal *Corriere della Sera* (11.11.01), próximo do governo, referia a presença de 40 mil participantes na manifestação pró-guerra (entre 35 a 40 mil segundo a polícia, entre 40 a 60 mil segundo os organizadores), e de cem mil manifestantes contra a guerra («um surpreendente número de participantes», que demorou «mais

de três horas» a desfilar, «seguramente mais de cinquenta mil» segundo a polícia).

A posição dos partidos

Do ponto de vista de forças políticas, o Partido da Renovação Comunista (PRC) aderiu à manifestação antiguerra. Não foi possível confirmar se os Verdes também aderiram oficialmente, embora alguns

seus dirigentes estivessem presentes. Não aderiram os Comunistas Italianos de Cossutta e Diliberto (embora o seu euro-deputado Lucio Manisco tenha participado), nem os DS (apesar da participação individual de alguns seus dirigentes como o ex-ministro Cesare Salvi, Aldo Tortorella, o ex-Presidente da Câmara de Turim, Diego Novelli, e Luciano Pettinari), nem os restantes partidos da Oliveira.

A posição da Oliveira em relação às manifestações foi bastante atribulada. Um dos seus dirigentes mais responsáveis, o ex-presidente da Câmara Baixa do Parlamento, Luciano Violante, admitiu num programa televisivo que a Oliveira pudesse aderir à manifestação de apoio aos EUA. Após críticas e demarcações públicas, foi decidido não participar em nenhuma manifestação. Mas os dois mais importantes dirigentes da Oliveira, Francesco Rutelli e Piero Fassino (que será eleito dirigente dos DS no Congresso extraordinário que se realizará daqui a poucos dias) assinalaram o dia com uma visita às bases militares de Brindisi e Taranto, de onde partirão os militares italianos que participarão na guerra. «Não viemos aqui para manifestações e fanfarras, mas para fazer sentir o apoio e a unidade da Nação a quem está para começar esta missão contra o terrorismo internacional», afirmou Rutelli.

A votação no Parlamento

No dia 7 de Novembro, o Parlamento italiano votou a participação de tropas italianas na guerra dos EUA. Na Câmara Baixa votaram a favor 513 deputados, votaram contra 35 e houve 2 abstenções. Os votos contra vieram do PRC, do PdCI de Cossutta/Diliberto, dos Verdes (com duas excepções), e de 9 deputados dos DS. As abstenções foram de um DS e um membro da Liga Norte. Não participaram na votação 7 deputados dos DS e 5 deputados da Margherita (o partido de Centro da Oliveira). O padrão de votação foi semelhante no Senado (houve 246 votos a favor, e o número de senadores dos DS que votou contra a guerra foi maior: 14). As cúpulas da Oliveira tomaram claramente partido pela guerra, havendo apenas demarcações em relação ao governo ao nível de procedimentos nas votações (foram votados pontos individuais de moções para que não houvesse um voto a favor de moções inteiras do governo ou da Oliveira).

Os Comunistas Italianos de Diliberto e Cossutta votaram contra a guerra, mas tornaram claro que está fora de questão qualquer ruptura com a Oliveira, coligação que «é estratégica» (Diliberto ao *Il Manifesto* de 9.11.01). De igual forma, os deputados dos DS que votaram contra a guerra apressaram-se a desmentir qualquer hipótese de cisão.

Reacções

A decisão oficial de participar na guerra foi comentada de forma elucidativa pelo jornal americano *International Herald Tribune*

(8.11.01): «A Itália parece estar à beira de deixar para trás algo que se poderia chamar a «síndrome de Mussolini». Tendo-se aliado de forma desastrosa com Hitler, na II Guerra Mundial, a Itália tem demonstrado relutância em assumir tarefas militares no estrangeiro que fossem além de aspectos meramente marginais. «Talvez nem todos os nossos concidadãos se tenham apercebido plenamente de que a Itália está comprometida com uma guerra sem quartel, do tipo que não combatemos desde 1945», afirmou Angelo Panebianco, um colunista do jornal de Milão, *Corriere della Sera*.»

Em tom análogo veio o agradecimento público de Berlusconi ao apoio que recebeu do Presidente da República, Carlo Azeglio Ciampi: «Parece-me que o PR desempenha com um empenhamento admirável o seu dever Constitucional primeiro, que é o de representar a unidade nacional», afirma Berlusconi, acrescentando estar grato porque, no passado, «o antifascismo sobrepôs-se a um espírito patriótico inevitavelmente enfraquecido», espírito que finalmente re-emerge precisamente devido à «pacificação nacional» e aos «apelos» do PR (citações do *Il Manifesto* de 9.11.01).

É de assinalar que o Secretariado Nacional da maior central sindical, a CGIL, próxima dos DS, tomou posição contra a guerra, afirmando que «o envio de tropas italianas está em flagrante contraste com a exigência de fazer cessar os bombardeamentos, e lançar uma vasta e indispensável acção humanitária e, além disso, arrisca-se a favorecer uma ulterior expansão do conflito», assinalando também a ausência de quaisquer progressos na questão palestina. Posições análogas estão a ser tomadas por várias organizações sindicais locais.

Talibãs fogem para Kandahar Cabul à espera da ONU

A ONU discute o futuro do Afeganistão, enquanto a Aliança do Norte toma conta de Cabul, abandonada pelos talibãs.

As forças da Aliança do Norte (coligação de minorias étnicas do Norte do Afeganistão) entraram ontem em Cabul sem encontrar resistência. Na véspera os talibãs haviam retirado para Kandahar, o seu feudo tradicional, deixando atrás

de si um rasto de casas de câmbio pilhadas e armazéns de ajuda humanitária destruídos. A devastada capital do Afeganistão foi entretanto abalada com mais um bombardeamento norte-americano, cujo alvo desta vez foi a sede do canal de televisão Al Jazira, do Qatar, o único autorizado pelos talibãs a difundir informação a partir de Cabul desde o início dos ataques.

As informações sobre o que se passa no terreno são contraditórias. Enquanto algumas fontes afirmam que apenas uma centena de homens da Aliança do Norte entraram em Cabul, seguindo as indicações de Washington que

preferia ver a capital nas mãos de um governo composto pelas diferentes etnias afegãs, outras garantem que a Aliança ocupou já a sede presidencial (desocupada desde a expulsão do presidente Burhanudin Raba-

ni em 1996), as embaixadas estrangeiras e os principais edifícios públicos, numa clara demonstração de que está disposta a marcar posição como força dominante. O controlo de um dos aeroportos de Kandahar e a tomada de outras cidades importantes, como a de Herat, na fronteira iraniana, e os avanços na estrada que une a capital afegã a Jalalabad e à fronteira paquistanesa, parecem confirmar estes desígnios da Aliança.

Longe do cenário de guerra, o futuro político do Afeganistão mobiliza as atenções. Reunidos, segunda-feira na sede da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, os EUA, a Rússia e os países vizinhos do Afeganistão concordaram na formação de um governo multi-étnico. Até à sua constituição, aponta-se para uma administração provisória sob a égide das Nações Unidas.

Futuro incerto

Longe do cenário de guerra, o futuro político do Afeganistão mobiliza as atenções. Reunidos, segunda-feira na sede da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, os EUA, a Rússia e os países vizinhos do Afeganistão concordaram na formação de um governo multi-étnico. Até à sua constituição, aponta-se para uma administração provisória sob a égide das Nações Unidas.

Pânico nos EUA

A queda de um avião da American Airlines, com 260 pessoas a bordo, lançou segunda-feira de novo o pânico nos EUA. Embora até ao momento as autoridades não disponham de elementos para falar em atentado ou sabotagem, o receio de se estar perante mais um acto terrorista instalou-se.

Não houve sobreviventes entre os passageiros do Airbus, quase todos de origem dominicana. A queda do aparelho, que assegurava uma ligação entre Nova Iorque e Santo Domingo (República Dominicana), provocou ainda vários feridos em terra, estando dadas como desaparecidas entre seis a oito pessoas.

EUA boicotam proibição de testes nucleares

Os EUA boicotaram, domingo, a entrada em vigor do Tratado para a Proibição Completa dos Ensaios Nucleares, alegando que prejudica a sua capacidade nuclear.

«Temos uma frágil oportunidade de converter este mundo num local mais seguro, livre de armas nucleares. Não a desperdicemos.» As palavras de Kofi Annan, secretário-geral da ONU, não encontraram receptividade nos EUA. Tão-pouco as advertências sobre a necessidade de «fazer todo o possível para reduzir o perigo de que estas armas caíam em mãos de terroristas» sensibilizaram a administração Bush.

A conferência para facilitar a entrada em vigor do Tratado

para a Proibição Completa dos Ensaios Nucleares (CTBT, na sigla em inglês), inaugurada, domingo, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, ficou ferida de morta com o boicote norte-americano.

Em nome da defesa da sua capacidade nuclear, Bush invalidou na prática qualquer iniciativa para pôr fim aos ensaios.

O CTBT, aprovado pela Assembleia Geral da ONU, visa proibir todos os ensaios com armas nucleares na atmosfera, no espaço e no subsolo, e estabelece um regime de inspeções às potências nucleares. É o que os EUA não aceitam.

Para entrar em vigor, o tratado tem de ser ratificado por 44 países, incluindo todos os que dispõem de capacidade nuclear. Até agora, apenas França, Rússia e Reino Unido o fizeram. Bill Clinton chegou a assinar o documento, mas o Senado não aceitou ratificá-lo.

Numa altura em que, sob a psicose dos atentados de 11 de Setembro, a maioria dos norte-americanos (54 por cento) se afirma a favor do uso de armas nucleares, Bush nem precisou de dar grandes explicações sobre a sua posição. A maior potência do mundo dispõe do maior arsenal de armas de destruição maciça e está disposta a usá-lo.



● Rui Paz

Alemanha entra na guerra

Hoje, quinta-feira, o Bundestag irá decidir a entrada da Alemanha na guerra. Trata-se de uma decisão muito grave e contrária à política de paz e de não agressão contra outros estados consignada na constituição alemã. Espera-se que o número de deputados da coligação governamental dispostos a seguir o governo não seja suficiente para a obtenção de uma maioria. Se isso acontecer, o recurso aos votos dos partidos mais à direita fragilizará ainda mais o governo.

O velho sonho dos partidos tradicionalmente belicistas, como a democracia-cristã e os liberais, de que a Alemanha depois do III Reich de Hitler volte de novo a participar numa guerra à escala mundial está prestes a concretizar-se. Mas a resistência à guerra cresce diariamente mesmo em sectores que inicialmente se mostraram mais hesitantes. 70 por cento da população é contra o envio de soldados alemães para o Afeganistão. O *Monitor*, magazine político da ARD, abriu a sua última emissão com o actual chanceler a intervir em Janeiro de 1991 numa manifestação pacifista condenando a guerra dos EUA contra o Iraque. «Cientistas provaram que as próximas colheitas e que as condições básicas para sobrevivência do ser humano serão destruídas - por isso dizemos não àqueles que preparam e desejam uma nova guerra!», afirmava então o deputado do SPD, Gerhard Schröder. Poucos minutos depois, o telejornal mostrava o secretário-geral dos liberais louvando no Bundestag «a aprendizagem política feita pelo SPD no governo», e confirmando que para os círculos belicistas é uma sorte os social-democratas estarem no poder «senão já andariam para muitos ministros à frente das manifestações do movimento da paz e a bloquear quartéis».

Hoje, o secretário-geral do SPD, Munterfäring, recorre à ameaça de exclusão das listas para as próximas eleições dos parlamentares social-democratas que se opõem à guerra. A situação nos Verdes ainda é mais dramática. Onze de 16 federações estaduais já recusaram a entrada da Alemanha nesta guerra.

A esmagadora maioria do membros do partido está contra a orientação belicista do gabinete. O desacordo

entre os dirigentes e as bases do partido nunca foi tão grande. O diário *Berliner Morgenpost*, referindo-se à situação dos Verdes, intitula na primeira página que ou «rebeta a coligação ou o partido». Fica-se com a sensação de que, a esta hora, a esmagadora maioria dos governantes ecologistas já prefeririam estar no SPD para poderem continuar tranquilos a usufruir das vantagens e do conforto dos cadeirões e tachos ministeriais. Quando, no último fim-de-semana, na assembleia da federação de Berlim, a ministra Künast informou que tinha apoiado no gabinete o envio dos soldados para guerra, os delegados responderam-lhe: «Mas tu és paga por eles!». Outros delegados perguntavam: «Onde é que se pode vislumbrar ainda a diferença entre os Verdes e os Liberais?»

Mesmo nas Forças Armadas há resistência ao actual curso belicista da social-democracia. Entrevistado pelo *Monitor*, o coronel Jürgen Rose, da Academia da Bundeswehr, respondeu que «existem grandes dúvidas sobre a justificação desta guerra que pretensamente é dirigida contra o terrorismo mas que ameaça cada vez cada mais transformar-se numa guerra contra a população civil e contra o Afeganistão. Nestas condições acho que não se pode defender a participação da Bundeswehr numa guerra contra o Afeganistão». E o coronel confirma que em todos os graus da oficialidade existem camaradas seus que recusam uma intervenção da Bundeswehr no Afeganistão.

Também aumenta extraordinariamente o número de jovens que recusam prestar serviço militar. Em Bremen, a «associação de refractários e dos jovens pacifistas» tem recebido nestes dias inúmera correspondência e pedidos de esclarecimento de militares reservistas que querem ser informados sobre o seu direito de recusar a participação em missões militares no estrangeiro. Entretanto, além do PDS e do DKP, também o sindicato dos metalúrgicos (IG Metall) e muitas outras organizações apelam aos deputados para votarem contra a entrada da Alemanha na guerra. No sábado realizar-se-ão grandes manifestações em toda a Alemanha pela paz e contra a guerra.

Fracasso do neoliberalismo gera crise mundial

Fidel Castro analisa
situação internacional

O presidente de Cuba, Fidel Castro, pronunciou no início do mês, através da televisão cubana, um importante discurso em que analisa a situação política internacional, a crise económica mundial e as possíveis consequências para Cuba. Após demonstrar, com abundantes exemplos, que «a crise económica não é consequência dos ataques de 11 de Setembro nem da guerra contra o Afeganistão», Fidel conclui que «a crise é consequência do estrondoso e irreversível fracasso de uma concepção económica e política imposta ao mundo: o neoliberalismo e a globalização neoliberal». Na sua intervenção, de que reproduzimos extractos, Fidel Castro reafirma a convicção cubana da necessidade de lutar «contra o terrorismo e contra a guerra».

(...) «Para caracterizar a situação actual, pode-se afirmar, numa síntese bem resumida, que em meados da década de 90, quando a globalização neoliberal se estendia por todo o planeta, os Estados Unidos, como dono absoluto das instituições financeiras internacionais e a partir de sua imensa força política, militar e tecnológica, atingiu a mais espectacular acumulação de riqueza e poder que se conheceu na história.

«Mas o mundo e a sociedade capitalista entravam em uma etapa inteiramente nova. Agora, apenas uma parte insignificante das operações económicas se relacionava com a produção e o comércio mundiais; três triliões de dólares, em operações especulativas, vinculadas com as moedas e outros valores, tinham lugar a cada dia; nas bolsas dos Estados Unidos, os preços das acções cresciam como espuma, muitas vezes sem nenhuma relação com os ingressos e lucros das empresas. Criaram-se verdadeiros mitos: já não haveria mais crises; o sistema podia regular-se, havia criado os mecanismos necessários para avançar e crescer ininterruptamente. A tal extremo se chegou na criação de riquezas puramente imaginárias, que houve casos de acções em que, havendo-se investido mil dólares, o seu valor se incrementou 800 vezes, em apenas oito anos. Era como um imenso globo, que se inflava até ao infinito.

«Conforme se criavam tais riquezas virtuais, investia-se, gastava-se, desperdiçava-se. A experiência histórica foi totalmente ignorada. A população mundial havia-se multiplicado por quatro em apenas cem anos. Biliões de seres humanos não participavam nem disfrutavam absolutamente daquelas riquezas. Eram fornecedores de matérias-primas e fonte de mão-de-obra barata, mas não consumiam, nem podiam ser consumidores. Não constituíam mercado, nem o mar quase infinito, aonde fosse desaguar o imenso rio de produtos que, em feroz competição, saíam dos equipamentos, cada vez mais produtivos e menos gera-

dores de empregos, de um privilegiado e exíguo grupo de países industrializados.

«Uma análise elementar bastava para compreender que aquela situação era insustentável.

«Parece que ninguém se dava conta de que qualquer coisa aparentemente sem importância, que ocorresse na economia de uma região do mundo, poderia estremer o resto da estrutura económica mundial.»

As forças que decidem

«Os arquitectos, especialistas e administradores da nova ordem económica internacional, economistas e políticos, à medida que sua fantasia se desfaz, somente podem compreender que perderam o controlo dos acontecimentos. Outras forças são as que decidem: as das grandes e crescentemente poderosas e independentes empresas transnacionais e as persistentes realidades, à espera de que o mundo mude de verdade.

«Em Julho de 1997, explode a primeira grande crise do mundo neoliberal globalizado. Os tigres desfizeram-se. O Japão ainda não conseguiu recuperar e o mundo ainda sofre as consequências.

«Em Agosto de 1998, apresenta-se a chamada crise russa que, apesar da sua insignificante contribuição para o Produto Interno Bruto mundial, de apenas 2%, estremeceu e, em questão de horas, fez baixar centenas de pontos as bolsas de valores dos Estados Unidos.

«Em Janeiro de 1999, apenas cinco meses depois, produz-se a crise do Brasil.

«Em esforços associados, o Grupo dos Sete, FMI e Banco Mundial tiveram de empenhar-se a fundo, para impedir que a crise se estendesse por toda a América do Sul, assestando um golpe demolidor às bolsas de valores dos Estados Unidos.

«Desta vez, o inevitável: a crise começou pelos Estados Unidos, a princípio apenas imperceptivelmente. Desde meados do ano 2000 começaram a observar-se os primeiros sintomas, com uma diminuição constante do ritmo da produção industrial.

«Em Março desse mesmo ano, o índice Nasdaq, da chamada tecnologia de ponta, já havia começado a cair.

«Produz-se igualmente um enorme crescimento do défice comercial: em 1999 havia sido de 264,9 mil milhões, e no ano 2000 elevou-se a 368,4 mil milhões.

«No segundo trimestre do ano 2000, o Produto Interno Bruto havia atingido um crescimento de 5,7%; no terceiro trimestre, somente 1,3%.

«Desde Outubro de 2000, começou a cair a produção do sector industrial.

«Apesar disso, no final do ano 2000, os pontos de vista sobre as perspectivas e os prognósticos da economia mundial eram ainda bastante optimistas. A realidade logo começou a mostrar-se francamente adversa.

«Desde o princípio de 2001, o FMI, o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), a Comissão Europeia, bem como instituições privadas, viram-se na necessidade de ajustar em baixa as suas previsões de crescimento para 2001, nas diversas regiões.

«O FMI prognosticou, em Maio, 3,2% de crescimento global no ano 2001. Para os Estados Unidos, em particular, a projecção de crescimento nesse mês era de 1,5%, e para a zona de euro, era de 2,4%. O Japão atravessava a sua quarta recessão em 10 anos, e prognosticava-se um decréscimo de menos 0,5% no ano.

«O director geral do FMI, Horst Kohler, num discurso pronunciado em Genebra, diante do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em 16 de Julho de 2001, assinalou: «O crescimento económico está perdendo o ritmo no mundo inteiro. Isso poderá ser incómodo para as economias avançadas (os países desenvolvidos e ricos), mas será uma verdadeira fonte de dificuldades para muitos países com mercados emergentes e em desenvolvimento (os países pobres e subdesenvolvidos) e um retrocesso na luta contra a pobreza.»

Neoliberalismo e globalização

«Como se pode verificar, a crise económica não é consequência dos ataques de 11 de Setembro nem da guerra contra o Afeganistão. Isso só pode ser dito por ignorância ou por interesse em ocultar a sua verdadeira causa. A crise é consequência do estrondoso e irreversível fracasso de uma concepção económica e política imposta ao mundo: o neoliberalismo e a globalização neoliberal.

«O acto terrorista e a guerra não originaram a crise, mas agravaram-na muito. O que vinha avançando aceleradamente, precipita-se de forma inoportuna e abrupta. A humanidade tem agora que enfrentar três problemas extremamente sérios, os quais se potencializam entre si: o terrorismo, a guerra e a crise económica.»

(...) «A acção militar no Afeganistão está repleta de perigos. É uma região sumamente conflituosa, onde dois grandes países (Índia e Paquistão) lutaram várias guerras. Existem entre eles profundos antagonismos nacionais e religiosos. A população do território em disputa é maioritariamente muçulmana. Inflamados os ânimos, ninguém pode assegurar que não estoure uma guerra. Ambos possuem armas nucleares. Esse risco é tão grave quanto o de que a guerra desestabilize o governo do Paquistão. Ele está colocado em uma situação extremamente complexa. Dali surgiram os talibás, que compartilham a mesma etnia pashtun, com um número indeterminado não inferior a dez milhões de paquistaneses. Utilizo o menor número que se menciona. Compartilham também, com fervor fanático, as mesmas crenças religiosas.

«Os militares norte-americanos costumam ser estudiosos da sua profissão.

Conheci vários deles quando, depois de passarem à reserva, visitaram Cuba como académicos. Escrevem livros, contam histórias e realizam análises políticas. Não estranhei a informação, veiculada em 29 de Outubro na revista *The New Yorker*, de que existia um plano de contingência para tomar posse das ogivas nucleares do Paquistão, se um grupo radical ocupasse o governo desse país.

«É absolutamente impossível que os estrategos norte-americanos não tenham previsto esse risco real. Cada bomba que cai sobre o Afeganistão, cada imagem de crianças mortas, agonizando ou sofrendo de horríveis ferimentos, incrementa esse risco. O que não imagino é qual será a reacção dos responsáveis por proteger essas armas, ante essa possível acção, que é tão pública como a *Crónica de uma Morte Anunciada*, de García Márquez.

«Ignoro o que os serviços norte-americanos devem saber muito bem: onde se guardam essas ogivas nucleares, como se guardam e como se protegem. Tento imaginar - e não é fácil - como seria uma acção desse tipo com tropas de elite. Talvez alguém conte algum dia como se faz. Mas ainda me custa imaginar qual seria o quadro político depois de uma acção desse tipo, e a luta então seria contra mais de cem milhões de muçulmanos adicionais. O governo dos Estados Unidos tem negado a notícia desse plano de contingência. Era de se esperar. Não tinha outra alternativa.»

Os amigos dos EUA

«A pergunta mais lógica que me posso fazer é se acaso os chefes de governo e estadistas amigos dos Estados Unidos, com longa experiência prática e política, não viram os perigos potenciais assinalados, e por que não os advertiram, por que não os dissuadiram. Está provado que, aos Estados Unidos, os seus amigos temem-nos, mas não os estimam.

«É sempre difícil fazer conjecturas sobre esses temas. De uma coisa, sim, posso estar absolutamente seguro: basta que vinte mil ou trinta mil homens utilizem métodos inteligentes de guerra irregular, os mesmos que os Estados Unidos querem empregar, e essa luta pode durar vinte anos. É absolutamente impossível reduzir os adversários afgãos numa guerra irregular, com bombas e mísseis, seja qual for o calibre ou a potência dessas armas, num terreno como o daquele país.

«O momento psicológico mais difícil já eles passaram. Perderam tudo: família, bens, edificações. Não lhes resta absolutamente nada que perder. Nenhuma lógica indica que deporão armas, ainda que os seus chefes principais sejam eliminados. O emprego de armas nucleares tácticas, como sugerem alguns, seria multiplicar o erro por cem e, junto com ele, uma irresistível crítica e um isolamento universais. Por isso, nunca acreditei que tais tácticas tenham passado seriamente pela



cabeça dos que dirigem aquele país, ainda que no meio da maior ira.

«São reflexões que expresso em voz alta. Penso que ser solidário com o povo norte-americano, que perdeu milhares de vidas inocentes, incluindo meninos e meninas, jovens e anciãos, homens e mulheres, numa agressão feroz, é dizer com franqueza o que se pensa. Que não seja inútil o sacrifício daquelas vidas; que sirva para salvar muitas vidas, para demonstrar que o pensamento e a consciência podem mais que o terror e a morte.

«Não sugerimos que crime algum que se cometa sobre a Terra fique sem castigo. Não tenho elementos de julgamento para acusar ninguém; mas, se os culpados são os que o governo dos Estados Unidos trata de castigar e eliminar, ninguém deve ter a menor dúvida de que a forma como o está fazendo engendrará altares, onde milhões de homens e mulheres venerarão como santos os que ele considera seus assassinos.

«Mais valeria um gigantesco altar à paz, onde a humanidade renda tributo a todos os que tenham sido vítimas inocentes do terror e da violência cega, seja uma criança norte-americana ou uma criança

afegã. Quem o diz é um adversário da política dos Estados Unidos, que crê ter uma ideia da história, da psicologia e da justiça humana; não um inimigo.»

Parar o pânico é reduzir o perigo

«Havendo chegado a esse ponto, falta-me abordar um último tema.

«É absolutamente incompreensível o que está ocorrendo com o antraz. Criou-se um verdadeiro e sincero pânico. Os estoques de medicamentos contra essa bactéria esgotam-se. Muitas pessoas adquirem máscaras e artefactos de todo o tipo, alguns dos quais custam milhares de dólares.

«As extravagâncias podem provocar mais danos que a própria enfermidade. Quando uma enfermidade surge, qualquer que seja a causa, o essencial é advertir e informar a população em que consiste e que medidas deve tomar para preveni-la, diagnosticá-la ou combatê-la.

(...) «O tipo de reacção psicológica criada pelo antraz converte a sociedade

norte-americana em refém dos que desejam fazer-lhe dano por essa via, sabendo de antemão que semearão o terror.

«O nosso país teve de enfrentar, em numerosas ocasiões, novas enfermidades que afectam a pessoas, cultivos e rebanhos, muitas delas introduzidas intencionalmente. Não por acaso, o país conta com 67.128 médicos e milhares de técnicos em sanidade vegetal e animal. A nossa população sabe imediatamente o que deve fazer.

(...) «Nenhum país do mundo possui mais centros de pesquisa, laboratórios e medicamentos, ou capacidade de produzi-los ou adquiri-los, para combater essa e qualquer outra enfermidade, que os Estados Unidos.

«Ante riscos reais ou imaginários, presentes ou futuros, não há outra alternativa que educar a população para enfrentá-los. Assim temos feito, nós, os cubanos.

«Devem ser analisadas as causas que originaram o pânico. Certamente não se poderia afirmar que os Estados Unidos estejam isentos de riscos de acções terroristas. Mas não creio que, nas actuais circunstâncias de alerta generalizado e com as medidas tomadas, algum grupo,

interno ou externo, possa organizar uma acção coordenada, organizada em todos os detalhes durante longo tempo, sincronizada e executada com precisão, como a realizada em 11 de Setembro. A meu juízo, o maior risco pode vir de acções individuais, ou de poucas pessoas, de dentro ou do exterior, que podem ocasionar danos de maior ou menor magnitude. Nenhum deve ser subestimado. Mas tão importante ou mais que as medidas preventivas frente a tais riscos é desarmar psicologicamente os potenciais executores: uma gama que vai desde os que queiram realizá-lo por extremismo político, espírito de vingança ou ódio até um número que não se deve subestimar de indivíduos frustrados, desequilibrados ou dementes, que se sintam atraídos pela espectacularidade ou pelo desejo de serem actores de factos célebres, em cujas mãos estaria enlouquecer o povo dos Estados Unidos, pelo dano que está ocasionando o envio de cartas com ou sem antraz. Faça-se todo o possível para que cesse o pânico, as extravagâncias e o caos e diminuirá o perigo.»

Pozinhos e coisas estranhas

«A Cuba também chegou e aqui circulam cartas e cartões com pozinhos e coisas estranhas. Cento e dezasseis foram detectadas, entre 15 e 31 de Outubro; 72 procedentes do exterior: 36, dos Estados Unidos, 8 da Grã-Bretanha, 3 do Canadá, 2 da República Checa, 2 da Espanha, 2 da Holanda, 1 da Dinamarca, 1 do México, 1 da Austrália, 1 do Brasil, 1 da Alemanha, 1 do Chile e 1 dos Emiratos Árabes. Vinte e cinco delas estavam dirigidas a mim. Agradeço a amabilidade dos remetentes.

(...) «Nem um só trabalhador dos Correios, do Palácio ou dos laboratórios foi contaminado. Gozamos de perfeita saúde. Não houve sensacionalismo, escândalo, alarme, nem pânico. Ninguém adquiriu medicamentos nem máscaras antigás. Conto-lhes o episódio unicamente para ilustrar o que disse sobre o incompreensível do ocorrido com o antraz nos Estados Unidos. Ainda que uma bactéria fosse introduzida, não haveria produzido pânico. Todo o mundo saberia o que deve fazer. O que, com toda a certeza, seria muito difícil, é que de Cuba saísse uma carta com vírus ou bactérias patogénicas para outro país. Sentimos prazer em saber que duas cartas dirigidas aos Estados Unidos não puderam chegar, nem as outras três, a outros países. Assim será a nossa cooperação, em todos os sentidos, com todos os povos do mundo. Tanto os nossos médicos, e outros especialistas, como os nossos técnicos, os nossos centros de pesquisa e a nossa modesta experiência estarão ao serviço da luta contra o terrorismo biológico e outras formas de terror.

«Se está provado que, aos Estados Unidos, os amigos os temem, mas não os estimam, Cuba não teme minimamente o imenso poder desse país, mas é capaz de estimar o seu povo.»

• M. Costa

Não às taxas multibanco

Com mais ou menos razão, as televisões, as rádios e os jornais, tudo têm estado a fazer para pôr os portugueses a olhar para o mesmo lado, de preferência para longe. Por isso, os donos dos bancos, pela voz de um dos mais importantes banqueiros, consideraram que era a altura de começarem a castigar-nos com mais um encargo - uma taxa que nos seria aplicada de cada vez que um de nós utilizasse um cartão para levantar dinheiro, para pagar a água, para carregar o telemóvel, para comprar um disco, para ir à discoteca, etc., etc., etc.

Será justa esta pretensão dos banqueiros?

Eles dizem que sim, porque, prestando serviços que acarretam encargos, estes devem ser pagos.

Nós dizemos que não, porque a utilização dos cartões tem permitido aos bancos realizar muito mais serviços em muito menos tempo e com muito menos custos. Para já não falar na enorme poupança que estão a fazer com a grande redução do número de empregados, e que tem custado o posto de trabalho a muita gente que trabalhava na banca.

Com efeito, as aplicações na actividade bancária das conquistas da ciência e da técnica (informática, telecomunicações, meios electrónicos de pagamento, etc.) representam inegável avanço que pode resultar em grande utilidade para os clientes da banca, contribuir para aliviar a carga física e psicológica do exercício da profissão de bancário e acarretar aumento de proveitos para os banqueiros: é desejável e é justo que os benefícios do progresso, fruto do trabalho da humanidade, beneficiem todos.

É isto que tem estado a acontecer?

A principal «matéria-prima» na acti-

vidade bancária é o dinheiro. Basta ver o que os bancos gastam em publicidade para o angariarem. Ora, com a chegada dos cartões, salários de trabalhadores, pensões de reformados, prestações sociais de todo o tipo, soldos de militares, subsídios a pessoas ou entidades públicas e privadas, etc., passaram a ser, muito mais do que já eram, encaminhadas para os destinatários, através das suas contas bancárias. Desta forma a banca viu aumentar enormemente a massa de capitais ao seu dispor, a qual utiliza a seu bel-prazer, quase sempre sem pagar juros. Muitas vezes cobra ainda aos titulares das contas aquilo a que chama «encargos» (ou comissões) de gestão, mas que não passam de imorais apropriações, feitas por débito das contas que não atingem determinado saldo médio arbitrariamente estabelecido pelos bancos.

Se é uma evidência que, para os utilizadores da banca, resultou em benefício o uso de cartões, pela atribuição dos quais pagam periodicamente determinada importância, salta à vista desarmada que a parte de leão das vantagens que os cartões vieram permitir, tem



revertido a favor da banca. E convém perguntar: com o enorme aumento de lucros assim obtido, os bancos têm melhorado as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores bancários? A resposta é negativa porque, quer em valor absoluto quer em termos relativos, os bancários têm visto o seu poder de compra drasticamente reduzido. E nem é bom falar no escândalo que é grande parte deles se ver coagida a trabalhar horas e horas suplementares não remuneradas.

Mas podia haver outros motivos que justificassem esta nova tentativa de assalto dos banqueiros aos bolsos dos portugueses. Por exemplo, estarem a ter prejuízo na sua actividade. No entanto, só no ano de 2000 os bancos tiveram de lucros líquidos (declarados!) mais de quatrocentos milhões de contos!!!

Aliás, quem se der ao trabalho de passar os olhos pelos seus balanços, não terá dificuldade em ver às mãos de quem acaba por ir parar o grosso do produto do trabalho dos portugueses e dos diversos fundos que nos chegam (e que todos nós havemos de pagar com língua de palmo).

Tal como na canção, pode dizer-se que **Eles comem tudo!**

Donde lhes vem a impunidade?

Sendo verdade que os banqueiros se apropriam de enorme parcela da riqueza produzida no país e dos benefícios do progresso tecnológico, donde lhes vem a força e a impunidade para o fazerem?

Por um lado resulta da existência, na Assembleia da República, de uma grande maioria de deputados que

representam forças políticas serventuárias do grande capital e, em resultado disso, da existência de governos cuja maior função tem sido actuar de molde a colocar todo o aparelho do Estado ao serviço desse mesmo capital. Os governantes bem dizem que não, mas os resultados falam por si e só não os vê quem não os quer ver. O poder e a arrogância dos banqueiros resulta daqui. O comentário do actual ministro das Finanças à presente pretensão dos banqueiros é elucidativo: conversa fiada, bem alinhadinha (sem nada dentro), lavou as mãos e... endossou o assunto para o Banco de Portugal.

Mas, por outro lado, também se deve à forma hábil a que o grande capital financeiro e os governos que o têm servido recorrem para enganar os portugueses.

Tomemos como exemplo o que se passa com os cartões multibanco.

Numa primeira fase, com grande recurso aos meios de comunicação social, criou-se nas pessoas a ideia de que a posse de um cartão era, por si só, atestado de modernidade e de elevado estatuto social. Nesta fase, o rateio na atribuição dos cartões, deu origem a uma procura quase desesperada, principalmente das camadas mais jovens.

Depois, à medida que o âmbito de utilização dos cartões se foi alargando, os bancos «abriram a torneira», aproveitando a enorme apetência que tinha sido previamente estimulada. Ao mesmo tempo deram instruções aos trabalhadores bancários para pressionarem os clientes para adquirirem cartões, pois tal era vantajoso para os bancos.

Outras formas de pressão, indirectas, para o recurso ao uso dos cartões foram o aumento do preço dos livros de cheques (quando não mesmo a sua recusa) e das transferências bancárias, a diminuição do número de empregados nas agências, a «invenção» da fila única, onde as pessoas desesperam horas a fio, etc.

Agora que a vida de milhões de portugueses está organizada em função do cartão multibanco e na sua dependência, suas excelências os banqueiros acham que chegou a hora de mais uma machadada nas cada vez mais magras receitas dos portugueses.

Muitas afrontas não tiveram a resposta necessária, é necessário dizer.

O PCP já denunciou publicamente a pretensão dos bancos e o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um Projecto de Lei para a contrariar. Estamos convencidos de que esta tomada de posição do PCP contribuiu para que os banqueiros, pela voz do presidente da Associação Portuguesa de Bancos, se encolhessem, alegando inoportunidade na aplicação da taxa.

Mas, estejamos certos, eles persistem: contam com o seu poder, com a conviência do Governo e com o manobristo do PSD e do CDS.

Esperam contar, também, com a nossa distração e passividade.

É necessário que, em vez de meias palavras, o Governo dê garantias de que a taxa multibanco não vai para diante.

É necessário que se alargue o movimento de protesto contra a taxa multibanco.



Tecnologias

• Francisco Silva

Não fui agora ler ao Antigo Testamento a história de David e Golias. Refiro-me antes ao que posso construir com base na minha memória sobre esta narrativa. E contá-la, mesmo quando o faço só de mim para mim, é como colar os diversos fragmentos sobreviventes num todo coerente, de onde possa retirar a moral da história. Fragmentos que incluem as referências que ao longo da vida lhe ouvi fazerem, à história de David e Golias, quer oralmente quer por escrito, para ilustrar as situações em que o mais poderoso e avançado em termos de meios é batido pelo mais poderoso em termos de argúcia. E incluem também, essas recordações, imagens vistas e lidas, lá para as funduras do tempo, numa história em banda desenhada passada num campo da batalha. De um lado, o poderoso, pesado e gigantesco Golias, ao fundo, armado até aos dentes, e armado com base na tecnologia dos metais que suplantou a da pedra quando a agricultura e as civilizações urbanas já faziam há que tempos o seu caminho. Do outro lado, o jovem pastor David, um jovem de estatura normal, vestido de peles e armado apenas com uma funda. Com esta lançava certamente as suas pedradas. David podia mover-se com muito mais agilidade do que Golias e usava, com toda a inteligência, os ardis adequados ao cumprimento dos seus objectivos. Golias tinha do seu lado uma enorme força física e possuía a mais moderna e eficaz tecnologia do seu tempo. E, no entanto, Golias perdeu.

O trazer à colação esta história vem a propósito das formas de combate aos Golias da nossa época - e isto porque os novos Davids aprenderam as lições bíblicas ou, pelo menos, reagem de forma adequadamente similar quanto à sua argúcia na aplicação dos meios e outras pos-

David e Golias

roristas deram a aviões comerciais nos seus atentados que atingiram as duas torres do WTC, em Nova Iorque, e o edifício do Pentágono, em Washington, porque, em si, embora não tenham sido concebidos para funcionar como mísseis, as tecnologias empregues nos aviões são das mais sofisticadas que existem na nossa época, aliás, da mesma ordem qualitativa das utilizadas pelos equivalentes actuais de Golias. Mas já o mesmo não se poderá afirmar das facas e canivetes empregues pelos terroristas para submeter as tripulações e os passageiros. Quem poderia imaginar uma solução destas por parte destes

equivalentes de David e da sua funda (equivalentes em termos do tipo de tecnologia empregue e da sua percebida moderada eficácia)?

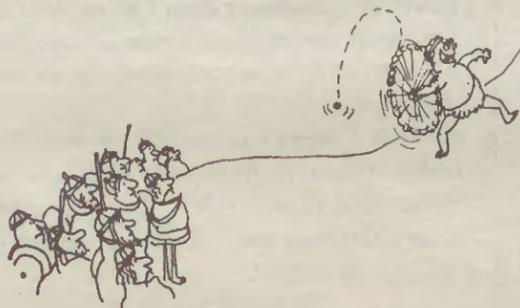
E a questão do Antrax? É isso: as velhas bactérias - está bem, produzidas com base em tecnologias avançadas, têm dito que apenas acessíveis aos Golias ou quase-Golias actuais deste Mundo -, encapsuladas e enviadas através de um meio de comunicação tão tradicional



como é o correio. Aí está: o bioterrorismo a elevar os níveis de ansiedade, em particular daqueles que se encontram em situações de maior risco.

Então, para além de todas as indignações, inseguranças, ansiedades e terrores gerados por estes acontecimentos, cumpre reflectir sobre esta contradição David-Golias. Porque é correcto afirmar serem as tecnologias instrumentos indispensáveis, sendo elas, a sua criação e o seu emprego, já desde os tempos do Paleolítico uma marca distintiva do género humano relativamente a todas as outras formas e espécies de Vida. Verdade: sem a Tecnologia não nos teríamos afirmado.

Contudo, a eficácia do seu emprego depende da forma, da inteligência, da sagacidade, com que são escolhidos e empregues os meios de actuação. E daí o dever questionar-se até que ponto o modo de evoluir tecnologicamente tem, desde sempre, levado mais os homens a serem accionadores submissos dos poderes brutos e sofisticados genéricos dos artefactos - das coisas - que criam em vez de os desenvolverem e colocarem ao seu serviço numa base de respostas adaptadas e proporcionadas às situações e necessidades concretas que são afirmadas.



sibilidades de que podem dispor contra a desproporção de capacidades tecnológicas.

Antes de prosseguir, quero declarar que, com «Golias da nossa época» e «novos Davids», não estou a significar ou sugerir, sequer a insinuar, que aqueles são os «maus» e estes são os «bons», ou vice-versa. Procuro, sim, para além da maldade ou bondade dos seus utilizadores, destacar as possibilidades bélicas das tecnologias ditas obsoletas, ou as das novas tecnologias que não foram concebidas para fins militares versus as possibilidades das mais avançadas e sofisticadas tecnologias militares de cada época.

Já estará o leitor a ver aonde quero chegar.

E, neste caso, refiro-me não tanto ao emprego que ter-

Pontos Naturais

• Mário Castrim

O real imaginário

I
Esteve a princesa a dormir
cem anos. E sem Valium, o que é obra.
Quando acordou, havia apenas sol.
Nem palácio, nem aias,
nem os talheres de ouro sobre a mesa.
- O que foi? O que foi?
(perguntou assustada)
Onde está o Rei meu pai?
- Está no exílio.
Isto agora é uma República.

Já houve nova reviravolta.
O rei tornou. É hoje chefe do governo
da tal república. E porquê?
Ora porquê. Porque a História
também gosta por vezes
de contar anedotas.

II
A menina do Capuchinho Vermelho
ia, naquela tarde, levar
a merenda à vovó. Já na floresta
encontrou um lobo. Bem apessoado
todo perestroika com k.
Ai que linda menina
que jeitozinha, como eu
a faria feliz, enfim
as lérias do costume.
Casaram. Nunca mais
houve merenda para ninguém.
Capuchinho deixou de ser vermelho.
Lobo que é lobo
sempre o será de verdade
mesmo que às vezes, pra ganhar uns cobres,
faça publicidade.

III
Branca de Neve, temendo a Bruxa Má,
fugiu e sete anões a recolheram.
Matariam a Bruxa, porém
não sabiam onde ela se encontrava.
Se nós - pensaram eles - incendiássemos
toda a floresta
ela ia-se à viola, de certeza.

E tudo ardeu. Correm perigo até
a Branca de Neve mais os seus anões.
A Bruxa Má, essa sai à noite
das grutas do Pamir
a espalhar pelo mundo um luar
de terror feito em pó.

IV
- Tu serás a Cinderela
e não Gata Borralheira.
- Eu sou Gata Borralheira
Cinderela não serei.
- Nunca assim virás na «Caras»
com sapatos de cristal.
- Que se lixe o Jet Set.
Depois, quem é que já viu
lá na Intersindical
uma delegada com
sapatinhos de cristal?

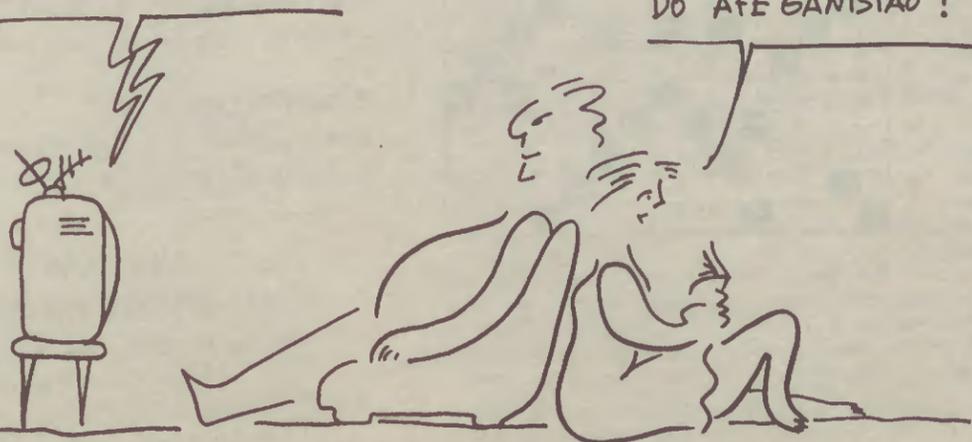
- Então, bye bye Cinderela.
- Adeuzinho, ó Capital!

Cartoon

• Monginho

DAQUI A DOIS ANOS
A UNIÃO EUROPEIA
CONTARÁ COM MAIS
DEZ MEMBROS
EM VEZ DE QUATRO...

E NÃO SE ESQUECERAM
DO AFE GANISTÃO?



Ming -

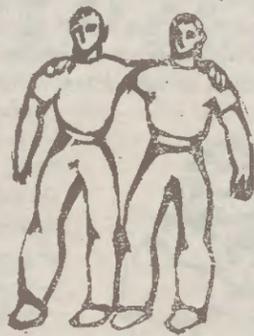
Religiões

• Jorge Messias

O IV Congresso do Partido Comunista Português (segundo congresso na clandestinidade), reunido em Agosto de 1946, inscreveu na sua ordem de trabalhos o problema das relações do PCP com a Igreja Católica institucional. Vivía-se a euforia popular da derrota do nazismo. Reforçava-se a brutalidade da polícia fascista. No entanto, apesar das ameaçadoras condições de segurança em que decorria o congresso, a direcção do Partido entendeu que a questão do enquadramento religioso iria pesar decisivamente na evolução a médio e longo prazo da situação política nacional. Decorrido menos de um ano, em 1947, a clandestina *Editorial Avante* publicava e distribuía num reduzido círculo, o opúsculo «O Partido Comunista, os Católicos e a Igreja». Cada exemplar custava 25 tostões. A sua simples leitura implicava a prisão arbitrária.

A primeira verificação simples que se nos oferece é que, naqueles anos de repressão, apesar das circunstâncias ameaçadoras, o Comité Central não se furtou a abordar um tema delicado da ordem política geral cuja verdadeira projecção e importância só viria a revelar-se num futuro ainda mal definido. Desta decisão esclarecida e tomada na mais pura linha do marxismo-leninismo resultou um trabalho teórico até hoje nunca suplantado na área político-religiosa da vida do Partido. É um documento que combina arestas ríspidas,

O PARTIDO COMUNISTA OS CATÓLICOS E A IGREJA



Editorial «AVANTE»



1947

O Partido Comunista, os Católicos e a Igreja (1) Reflexões sobre um texto menos recordado

das, talhadas sem rodeios, com total frontalidade, e um absoluto respeito pelos direitos do cidadão à fé, à convicção e à liberdade de praticar ou de recusar o culto. O Partido assume-se como defensor da tolerância religiosa.

Noutro sentido, o texto traduz uma reflexão lúcida e extremamente actual sobre o verdadeiro perfil de uma hierarquia religiosa anquilosada no imobilismo do dogma, na rigidez do centralismo e nos compromissos das alianças firmadas com os poderes de todas as infâmias. E reconhece, sem medo de desagradar aos bispos, que se a liberdade religiosa é um valor do socialismo a defender intransigentemente, o facto não pode fazer esquecer que é dever socialista combater a tradicional política da hierarquia católica.

Um outro aspecto central do documento tem a ver com o esclarecimento das posições assumidas na área religiosa por um partido como o PCP considerado nos seus padrões de origem - materialista, dialéctico, em constante movimento, corajoso e totalmente empenhado na construção de uma sociedade sem classes por todos partilhada - católicos, não católicos e ateus.

Hoje como ontem, este registo histórico é fonte de reflexão, tão objectiva a análise que conduz, tão densa a sua fundamentação, tão generosa, alegre e combati-

va, a alternativa de sociedade aberta e nova que propõe ao nosso povo. É esperança em movimento e movimento de esperança.

É claro que o texto tem protagonistas de gerações anteriores. Mas basta mudar-se-lhes os nomes para vermos que tudo o que então estava em jogo - hegemónias, privilégios, fundamentalismos e utopias - continua a atravessar os nossos horizontes sociais. Verdade e mentira, antagonismos na política e antagonismos na religião, posições ideológicas e travestis das ideologias, oportunismos, trocas de interesses e de posições, corrupção, etc.

É tempo de reconduzirmos na nossa memória colectiva o essencial desta referência básica da afirmação do movimento comunista em Portugal. Agora como então, bem pode repetir-se o que se afirmava nas conclusões do IV Congresso: «Há factores, favoráveis à unidade com os católicos, que nos indicam ser essa unidade não só desejável como possível. Há muitos católicos, honrados e patriotas, que desejam sinceramente a instauração da democracia em Portugal... E não apenas entre os leigos. Por muito grande que seja o poder hierárquico da Igreja e por muito peso que tenha a educação reaccionária da Igreja, há sacerdotes católicos que resistem a essa educação e mantêm vivo o Amor pelo Bem.»

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Chegar; galanteio; espécie de sapo da região do Amazonas. 2 - Matilha de cães a correr; cada uma das mil partes iguais em que se divide a unidade. 3 - O m.q. louça; contr. da prep. a com o art. def. (pl); rompe com violência. 4 - O que se dá aos pobres por caridade; que se refere a dois. 5 - Montão de coisas; embaraço na garganta, produzido pelo catarro. 6 - Tirar do atoleiro; nome próprio masculino. 7 - Sorri; sétima nota da escala musical; aquelas; mistura de gases que constitui a atmosfera. 8 - Argola; profetizar. 9 - Que tem bolbo ou forma de bolbo; caução ou garantia de pagamento de uma letra de, gâmbio consignada na mesma letra. 10 - Costume; juntaram. 11 - Pancada dos equídeos com as patas traseiras; misericordioso; desejo veemente. 12 - Prover de chumaços; matéria corante azul de origem vegetal. 13 - Elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de animal; corrosão; altar cristão.

VERTICAIS: 1 - Depressão entre montanhas ou na base de uma montanha; espingarda curta e de boca larga. 2 - Que tem bastante idade; tempestuoso. 3 - Mau; diz-se do ácido orgânico que existe em alguns óleos. 4 - Um dos arquipélagos portugueses; denominação comum dos animais terrestres, especialmente vermes e insectos. 5 - Referente; a minha pessoa. 6 - Amerficio (s.q.); governanta; membro guarnecido de penas que serve às aves para voar; a mim. 7 - Geme (gr); silvo; estabelecimento particular ou dependência de hotel ou restaurante onde se servem bebidas. 8 - Perfume; jovem. 9 - Rente; pequeno sinal gráfico da forma do acento agudo ou do apóstrofe, que se põe sobre uma letra ou um número, e se interpreta por convenção e que em Álgebra se chama linha; certamente. 10 - Aqueles; vende a crédito; nome de uma planta labiada, vivaz com base lenhosa; batráquio. 11 - Caminhar; pequena bomba. 12 - Querida; marinha ou montão de sal. 13 - Acto ou efeito de tirar letras na escrita, raspando; mamífero de cervídeo de grande porte, que vive nas regiões frias do hemisfério norte e que é domesticável. 14 - Unha aguçada e curva de feras e aves de rapina; abrir falência. 15 - Estudante novato; tudo o que promove um movimento.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Vir namorado; 2 - Aduar; 3 - Milésima; 4 - Aduar; 5 - Mito; 6 - Aduar; 7 - Aduar; 8 - Aduar; 9 - Aduar; 10 - Aduar; 11 - Aduar; 12 - Aduar; 13 - Aduar; 14 - Aduar; 15 - Aduar. VERTICAIS: 1 - Aduar; 2 - Aduar; 3 - Aduar; 4 - Aduar; 5 - Aduar; 6 - Aduar; 7 - Aduar; 8 - Aduar; 9 - Aduar; 10 - Aduar; 11 - Aduar; 12 - Aduar; 13 - Aduar; 14 - Aduar; 15 - Aduar.



Lisboa

Comemoração do 84.º aniversário da Revolução de Outubro e debate sobre a situação internacional, com **Manuela Bernardino Magusto**. No CT Vitória, hoje, dia 15, às 18h, por iniciativa do Sector das Comunicações, Águas e Energias da ORL.

Jantar comemorativo da Revolução de Outubro, promovido pelo Sector de Empresas e Serviços: sexta-feira, 16, às 20h00, com a participação de **Francisco Melo**.

Olivais - Sessão de esclarecimento sobre situação internacional com Albano Nunes: sábado, 17, às 16h00, na S.F.U.C. (junto à piscina dos Olivais).

Jantar comemorativo da Revolução de Outubro, promovido pelo Sector Intelectual da ORL, com intervenções de **Manuel Gusmão** e **Domingos Abrantes**: quinta-feira, 22, às 19h30, no Restaurante «O Brasuca» (Inscrições até 19/11 no CT Vitória - 213307000 - dorl@dorl.pep.pt).

Almoço comemorativo no CT de Alcântara: sábado, 24, às 12h30, seguido de momento de convívio com música e animação. (Inscrições no CT Vitória - 213307000/Ana Saldanh ou CT Alcântara - 213638512.)

Convívio-magusto da Zona Centro: domingo, dia 18, a partir das 16h30, no Centro de Trabalho Vitória. Intervenção sobre a situação política e eleições autárquicas.

Ciclo de Cinema - promovido pelo Sector Intelectual da ORL no Vitória Espaço Cultural.

Sexta-feira, 16, às 21h00: «Rosa Luxemburgo», seguido de debate com João Arsénio Nunes.

Faro

Reuniões de células da Organização de Faro: da **Câmara e Serviços Municipalizados**: hoje, dia 15, 21h, Centro de Trabalho de Faro; do Sector **Aeroporto e Transportes**: quarta-feira, 21, 21h, CT de Faro.



22.º Aniversário da JCP

• Lisboa

Jantar na Voz do Operário: sábado, dia 17, às 20h00.

Ciclo de Cinema «A Lei da Bomba», no Lisboa Clube Rio de Janeiro.

(R. da Atalaia, 120): hoje, dia 15, 21h30: «**Dr. Estranho Amor**», de Stanley Kubrick, seguido de conversa com **Ruben de Carvalho**.

• Santarém

Jantar regional em Alpiarça: sexta-feira, 16, às 20h00, no Pavilhão do PCP.

VIAGEM

AO BRASIL EM 2002

Rio de Janeiro - Angra dos Reis e Cabo Frio - Búzios

5 a 13 de Outubro (data prevista) promovida pela Comissão Concelhia de Almada

(Inscrições e informações:

Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777).

CDU apresenta candidatos

ALCOCHETE

Apresentação de candidatos em Fonte da Senhora: na sede do Rancho Folclórico, dia 16 às 21h.

ALJUSTREL

Apresentação de candidatos nas seguintes freguesias do Concelho, todas também com a presença dos candidatos à CM e AM de Aljustrel, e com animação musical por artistas e grupos locais:

- **S. João de Negrilhos** - no Centro de Convívio, sábado, 17 às 15h;
- **Messejana** - no Salão de Festas da Junta de Freguesia, sábado às 17h;
- **Ervidel** - na Casa do Povo, domingo, 18 às 17h.

ALMADA

Apresentação dos candidatos jovens às autarquias do concelho. Com a participação de **Jorge Palma** e a presença de **Maria Emília de Sousa**, sexta-feira, 16, às 21h

Reunião sobre o Polis: dia 17, 14h30, no CT de Pombal.

Magusto na Charneca da Caparica: dia 17 às 16h.

Magusto na Costa da Caparica: dia 18.

AMADORA

Apresentação dos candidatos à freguesia de Alformelos: hoje, dia 15, 20h30, no restaurante «Hua Tali» (Pç. José Afonso).

Apresentação de candidatos, com a participação de **António Filipe:** à freguesia de **Venteira** (sábado, 17, 15h, no Auditório dos Recreios Desportivos) e à freguesia de **Reboleira** (domingo, 18, às 14h30, no refeitório dos Trabalhadores da Junta de Freguesia, Parque Armando Romão, com animação cultural).

Café-concerto da Juventude CDU: sexta-feira, 16, 21h, no CT do PCP da Brandoa.

Festa-magusto da CDU de S. Brás com a presença dos candidatos CDU: domingo, 18, a partir das 11h e durante toda a tarde, Jardim António Macedo. Animação musical.

ALMODÓVAR

Almoço-convívio com a presença de **João Oliveira** e de outros candidatos aos vários órgãos no Concelho, e ainda de **Odete Santos:** sábado, 17, 13h, restaurante «A Canga».

AVEIRO

Reunião plenária de candidatos, para discussão e aprovação do programa eleitoral concelhio: **hoje,** dia 15, no CT de Aveiro.

Almoço-convívio de candidatos e apoiantes da CDU Aveiro: domingo, 18, 12h30, no Salão dos Bombeiros Novos.

BARREIRO

Santo André - Apresentação da lista para a Freguesia, com a participação de **Carlos Maurício** e **Helder Madeira:** Clube Recr. da Quinta da Lomba, sexta-feira às 21h.

Verdeira - Almoço de apresentação da lista para a Freguesia, com a participação de **Carlos Maurício** e **Helder Madeira:** sábado, 17, no restaurante «Napolitano».

Coia - Apresentação da lista para a Freguesia, com a participação de **Carlos Maurício** e **Helder Madeira:** sábado, 17, URCD de Coia.

Jantar de Empresários e Comerciantes, de apoio à candidatura CDU: no restaurante «Leão de Ouro», sábado às 20h. Estarão presentes **Carlos Maurício** e **Helder Madeira.**

BEJA

Inauguração da sede da Campanha CDU em Beja, na Rua do Canal, 41: sábado, 17, às 19h. Convívio com magusto.

Santiago Maior - Apresentação pública dos candidatos à AF: domingo, 18, 16h30, na Casa do Povo de Penedo Gordo. Animação musical.

CABECEIRAS DE BASTO

Colóquio - «O Poder Local e o Ensino»: no Auditório Municipal Ilídio Santos, **hoje,** dia 15, 21h, com a participação de **Paulo Suceana,** secretário-geral da FENPROF.

CASCAIS

Convívio de reformados: dia 22, às 15h30, no Grupo Recreativo «Os Vinhais», no Bairro Além das Vinhas. Participa **Dinis de Almeida,** candidato CDU à presidência da CM de Cascais.

Debate - «Transportes, Segurança e Acessibilidades»: com a participação de **Dinis de Almeida,** sábado, 17, às 16h, no G.I.M. Revelva.

CASTELO DE PAIVA

Apresentação pública dos candidatos aos órgãos concelhios: **magusto-convívio** no Choupal de Pedrido, dia 18 às 15h.

ÉVORA

Apresentação de candidatos em Vale de Pereiro (hoje às 20h30), **S. Lourenço** (sábado às 17h), **Cortiçadas** (sábado às 17h), **Veiros** (domingo às 17h).

Sabugueiro - Almoço-convívio: sábado às 13h.

Plenário CDU de reformados em Torre de Coelheiros: segunda-feira, 19, às 15h.

Distribuição de **propaganda/contactos com a população** em todas as freguesias do concelho no decurso da semana.

FARO

Almoço-convívio de apresentação dos candidatos à freguesia de **Estoi,** com a participação de **Virgílio Nereu** e **José Neto:** domingo, dia 18 às 13h no restaurante «O Branquinho», em Estoi.

GUIMARÃES

Vila da Ponte - Domingo, 18, a partir das 9h30, visita do deputado **Agostinho Lopes;** encontro com moradores de **Pouve.**

Guardizela:

almoço de apoiantes e candidatos à freguesia no restaurante «Soutinho»: dia 18 às 13h.

LEIRIA

Jantar de apresentação dos candidatos CDU aos órgãos concelhios, com a participação de **Rui Fernandes:** sexta-feira, 16, 21h.

LOURES

Encontro CDU de trabalhadores do Município para discussão do programa eleitoral: **hoje,** dia 15, 17h30, no refeitório municipal

Visitas de candidatos às freguesias de **Bobadela** (sábado, 17, a partir das 9h) e **Unhos** (dia 17 a partir das 9h30).

Apresentação dos candidatos à Assembleia de Freguesia de **Moscavide** (com a participação de **Adão Barata** e **Maria Eugénia Coelho** - dia 17, 16h), à Freguesia de **S. Julião do Tojal** (dia 17, 17h, no Clube União Recreio de S. J.Tojal) e à Freguesia de **Camarate** (dia 17, 21h, Grupo Desp. Águas de Camarate).

Almoço CDU em Fanhões, com a participação de **Rui Pinheiro, J. Júlio Morais** e **Maria Eugénia Coelho:** dia 18 às 13h.

MAIA

Exposição fotográfica sobre a realidade do concelho: hoje, às 12h, na Praça do Município da Maia, com a presença dos candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal.

MATOSINHOS

Caravanas CDU pelas freguesias: com partidas da Av. Meneres às 9h30 e da Feira de Custóias às 14h30.

MOITA

Abertura de sedes da Campanha CDU na Baixa da Banheira (sexta-feira, 16, 21h30) e **na Moita e em Alhos Vedros** (sábado, 17, às 15h).

Sessões de esclarecimento CDU: com **Reformados** (quinta-feira, 15, 21h, no Centro de Convívio de reformados de **Rosário**); em **Gaio** (no Beira-Mar Futebol Clube, sexta-feira às 21h).

MONTEMOR-O-NOVO

Apresentação de candidatos em Cortiçadas de Lavre (sábado às 17h, no Centro Cultural, com a participação de **Carlos Pinto Sá**) e em **Foros V. Figueiras** (no Centro Cultural, dia 23 às 20h30, com animação musical: **Samuel,** Rancho Folclórico Infantil, Grupo Coral F.V.Figueiras).

Porta-a-porta na cidade, bairros e freguesias: dias 17 e 18.

Magusto na sede da CDU: sábado às 17h.

MONTIJO

Jantares de apresentação de candidatos em **Canha** (dia 16, 21h), em **Pegões** (dia 17).

Sessão de apresentação em **Pegões** (domingo, 16, na JF) e **Magusto no Afonsoeiro** domingo, 18h).

POMBAL

Jantar de apresentação dos candidatos CDU aos órgãos concelhios, com a participação de **Leandro Martins:** sábado, 17, 20h.

SANTARÉM

Apresentação dos candidatos à freguesia de Vale de Santarém: domingo, 18, 16h, na Soc. Recreativa Operária.

Almoço-convívio de apresentação dos candidatos à freguesia de Moçarria: domingo, 18, 13h, no «restaurante Central».

SEIXAL

Apresentação de candidatos da Freguesia de Arrentela (dia 16 à noite, na Soc. Filarmónica Arrentelense) com a participação de **Francisco Lopes** (Noite de Fados), da freguesia de **Seixal** (sábado, 17, na Timbre Seixalense. Noite de Fados); **Magusto na Quinta da Atalaia.**

SETÚBAL

«**A Cidade ideal, a cidade possível**» - debate da série «Conversar Setúbal», com os arquitectos **Jorge Silva** e **Jorge Carou:** hoje, quinta-feira, 21h30, no Hotel Bonfim.

Convívio CDU na Associação de Moradores do Casal de Figueiras (Casarão), com a participação de **Carlos Sousa** e de **José Manuel Carvalho,** candidato à presidência da JF de Anunciada. Animação musical com **Amélia Silva, Chico da Cana** e a sua **Banda e Toy.**

Debate com a população da freguesia de S. Lourenço sobre o programa eleitoral da CDU: sexta-feira, 16, 21h30, na Casa do Povo, com a participação de **Carlos de Sousa** e **Hilário Cabaço.**

SINTRA

Encontro CDU Sintra para debate do Programa Eleitoral da Candidatura CDU, com a participação do camarada **Jorge Cordeiro:** sexta-feira, 16, 21h, Salão dos Bombeiros Voluntários de Queluz.

Caém - Festa CDU, com apresentação dos candidatos à freguesia: sábado, 17, 21h30, na Soc. Sociocultural do Bairro Alegre, com a presença de **Batista Alves** e animação cultural (dança com os Milongueiros de Lisboa e fados)

Casal de Cambra - Jantar-convívio da CDU com a presença dos candidatos à freguesia e de **Lino Paulo,** candidato à CM de Sintra.

VILA FRANCA DE XIRA

Alhandra - Sessão CDU com Reformados: sexta-feira, 16, 16h, CURPIFA, com a participação de **José Neves.**

Forte da Casa - Apresentação dos candidatos à freguesia: dia 17 às 14h30.

Debate sobre as freguesias de Castanheira e Cachoeiras: em V. Franca, na sede da candidatura, dia 16 às 21h30.

Sarau de Poesia na sede da candidatura: dia 17 às 21h30.

Vialonga - Sessão de esclarecimento com Reformados, com a participação de **José Neves:** dia 21 às 14h

Debate: Cultura, Património, Museus. Com **José Neves,** na sede da candidatura, dia 21 às 21h30.

PAREDES

Apresentação da candidatura e do programa CDU para a freguesia: sábado, 17, 21h, no Salão da JF. Apresentação multimedia, actuação de um cantor popular.

Sessão de esclarecimento sobre o Euro: domingo, 18, às 15h, na JF de Parada de Todeia.

PORTO

Paranhos - Convívio CDU com magusto e fados: no Centro de Trabalho do PCP de Paranhos - Lindo Vale, com a participação de **António Neto,** candidato a presidente da JF: dia 17 às 21h.

Carlos Carvalhas em iniciativas da CDU

Hoje, dia 15

Em Gouveia

Às 10h00 - Visita ao Mercado de Gouveia

Sexta-feira, dia 16

Mirandela

Às 17h00 - Inauguração da sede de campanha (junto à Estação da CP)

Bragança

Às 19h30 - Jantar de apoiantes da candidatura CDU no Restaurante «Académico» (junto às Piscinas Municipais)

Sábado, dia 17

Vila Real

Às 10h00 - Arruada com animação e distribuição de propaganda da candidatura CDU
Às 13h00 - Almoço de apoiantes da candidatura CDU no Restaurante «Salsa Fresca», em Vila Real

Domingo, dia 18

Grândola

Às 13h00 - Almoço de apoiantes da candidatura CDU no Pavilhão da Feira Municipal

Às 15h00 - Comício-festa da Juventude CDU do Litoral Alentejano

na Sociedade da Música de Grândola

Segunda-feira, dia 19

Montijo

Às 20h30 - Jantar de apoiantes da candidatura CDU na Sede do Rancho Folclórico Juventude Ataliense, Atalaia

Alcochete

Às 22h30 - Encontro com apoiantes da candidatura CDU no Grupo Desportivo Vulcanense (junto à saída para o Montijo)

Terça-feira, dia 20

Trofa

Às 12h30 - Almoço de apoiantes à candidatura CDU no Restaurante «Tourigal» (Estrada Nacional 14)

Carlos Carvalhas intervirá cerca das 13h30

S. Pedro da Cova - Gondomar

Às 20h00 - Jantar volante de apoiantes da candidatura CDU na Escola de S. Pedro da Cova, Passal

Quarta-feira, dia 21

Mem Martins

Às 17h30 - Contacto com a população no Largo de Algueirão, Mem Martins

Algueirão

Às 19h30 - Jantar de apoiantes da candidatura no Restaurante «A Tendinha»

Rio de Mouro

Às 21h30 - Sessão Pública de apoio à candidatura CDU no Auditório da Igreja de Rio de Mouro

Quinta-feira, dia 22

Aveiro

Às 17h00 - Arruada com animação na Av. Dr. Lourenço Peixinho

Ovar

Às 19h30 - Jantar de apoiantes da candidatura CDU no Restaurante «A Garrafeira»

Carlos Carvalhas intervirá cerca das 20h00

Gafanha da Nazaré, Ílhavo

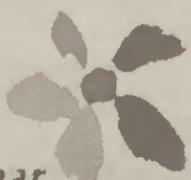
Às 21h30 - Sessão Pública de apoio à candidatura CDU no Auditório do Centro Cultural da Gafanha da Nazaré

2002

1.º de Maio em Cuba

De 29 de Abril e 11 de Maio 2002

Visitas a **Havana, Arroyo Naranjo, Sorou, Valle Viñalles, Guamá, Aldeia Taina, Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remédios e Varadero**
Viagem promovida pela Direcção da Cidade de Lisboa do PCP (Inf. e inscrições: cam. César Roussado, tel. 213307000, ou Centro de Trabalho Vitória)



Amar
Lisboa

Sessão - debate

na Freguesia de **Coração de Jesus**

sobre o Programa Eleitoral para a Freguesia

com a participação dos candidatos à AF

Domingo, 18, 15h, na Esc. Primária da R. do Passadiço

ATVer



A Ponte do Rio Kwai, um clássico do mestre David Lean

A Ponte do Rio Kwai

(Quinta-feira, 15.11.01, RTP-1)

A Ponte do Rio Kwai foi o grande acontecimento cinematográfico de 1957, conquistando seis óscares da academia de Hollywood e um sucesso estrondoso nos EUA e na Europa. Hoje, é um filme já mítico e sempre impressionante, contando-nos uma história de guerra que é, simultaneamente, um poderoso libelo antibelista, ao expor com grande maestria o confronto

corrida contra o tempo para salvar o planeta Terra da aniquilação através de um mecanismo extraterrestre. Tirando partido de toda a tecnologia actual e de um orçamento de 500 milhões de francos (um luxo, à escala europeia), Bresson constrói um filme de ficção científica divertido e fascinante, onde pontificam Bruce Willis, Mila Jovovich e Gary Oldman nos principais papéis e que se tornou num grande sucesso mundial.



Em Hook Steven Spielberg põe, de novo, Peter Pan a voar!

entre os absurdos códigos de honra dos homens em estado de guerra e a criatividade humana como pulsão regeneradora. O conflito gira à volta da construção de uma ponte ferroviária japonesa na Birmânia por prisioneiros britânicos dirigidos pelo seu coronel (um espantoso Alec Guinness) que, de tão orgulhoso do seu feito de engenharia, quase esquece a sua obrigação de derrotar o inimigo ao obcecar-se com a preservação da ponte. Um filme magistral de David Lean, onde também brilham actores

o que não é pouco!

Apavorada

(Domingo, 18.11.01, RTP-1)

Uma mulher casa com um homem que conhece mal e é arrastada para uma estranha situação: começa a receber telefonemas ameaçadores e torna-se vítima dos violentos ataques de uma mulher misteriosa que afirma ser a antiga paixão do seu marido. Um filme de Giles Walker, com Nastassja Kinski. A confirmar.

Para Além das Nuvens

(Segunda-feira, 19.11.01, RTP-1)

Já velho e doente, o mestre italiano Michelangelo Antonioni concretizou em 1995 o velho sonho de adaptar ao cinema quatro histórias de amor que faziam parte da sua colectânea de futuros e hipotéticos guiões O Perigoso Fio das Coisas, contando para isso com a preciosa colaboração do cineasta alemão Wim Wenders, que assinou a realização do prólogo e

do epílogo de quatro histórias reflectindo distintas concepções de amor, subordinadas aos temas do desejo, do crime, da separação e da fé. Com Sophie Marceau, John Malkovich, Fanny Ardant e Jean Reno, entre outros.

Padre Padrone

(Quarta-feira, 21.11.01, RTP-2)

Padre Padrone conquistou a Palma de Ouro e o Prémio da Crítica no Festival de Cannes, confirmando os irmãos Paolo e Vittorio Taviani como notáveis criadores do cinema europeu. Adaptando um livro autobiográfico de Gavino Ledda, os irmãos Taviani contam a trajectória de um pastor da Sardenha, vítima da violência opressiva e ignorante do pai e do universo concentracionário em que cresceu, que aos 20 anos ainda era analfabeto mas, contudo, conseguiria licenciarse em Letras, numa luta atravessada pela força de vontade, o sacrifício e a coragem de um homem apostado em mudar o seu destino. É um filme agreste e belo, violento e sensível, produto da hábil fusão entre um aparente documentarismo e uma magnífica ficção.

Quinta, 15

▼RTP1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra-Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Grande Informação
22.00 A Senhora das Águas
23.00 «A Ponte do Rio Kwai» (de David Lean, G.Br/1957, com William Holden, Alec Guinness, Jack Hawkins. Guerra. Ver Destaque)
02.00 24 Horas
02.20 «O Último Marshall» (de Mike Kirton, EUA/1999, com Scott Glenn, Constance Marie. Acção)

▼RTP2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Serviço Público
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Clube da Europa
20.00 Quem Sai ao Seus
20.30 Completamente Doido
20.55 Querido Bebê
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Jack and Jill
24.00 «De Amor e de Sombra» (de Betty Kaplan, Arg-Esp/1994, com António Banderas, Jennifer Connelly. Drama)
01.45 Livres e Iguais (Repetição)

▼SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.10 Ganância



«História do Jazz», agora no 9.º episódio, passou para a sexta-feira à noite

20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.15 Dona Flor e Seus Dois Maridos
00.15 Noites Marcianas
02.25 Jerry Springer Show

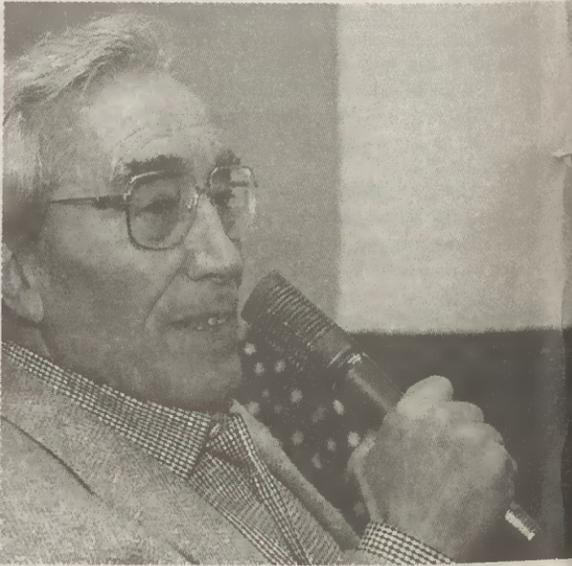
▼TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
15.10 Chiquititas
16.15 Animação Juvenil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.30 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.00 Big Brother
01.45 «A Secretária» (de Andrew Lane, EUA/1995, com Mel Harris, Sheila Kelley. Drama)
03.45 Pensacola II

Sexta, 16

▼RTP1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra-Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Histórias da Noite
22.00 A Senhora das Águas
22.45 Paraíso Filmes
23.30 Serviço de Urgência



José Cardoso Pires: recordá-lo à uma da tarde de sexta-feira. Na RTP2

00.30 24 Horas
00.50 «Pela Estrada Fora» (de Melissa Behr e Sherrie Rose, EUA/1998, com Sherrie Rose, Jason Hall. Drama)

▼RTP2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Retratos:
«José Cardoso Pires»
14.00 Euronews
14.55 Basquetebol
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Shakespeare, uma Análise Crítica (4)
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
20.55 Querido Bebê
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 História do Jazz (9)
24.00 «O Tempo Reencontrado» (de Raoul Ruiz, Fr-It-Port/1999, com Catherine Deneuve, John Malkovich, Emmanuelle Béart. Drama)
01.45 Livres e Iguais

▼SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.00 Futebol:
Boavista-União Leiria
21.00 Jornal da Noite
21.30 As Filhas da Mãe
22.30 Porto dos Milagres
23.30 Dona Flor e Seus Dois Maridos
00.30 Noites Marcianas
02.45 Jerry Springer Show

▼TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
15.10 Chiquititas
16.15 Animação Juvenil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.30 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.00 Big Brother
01.45 «A Secretária» (de Andrew Lane, EUA/1995, com Mel Harris, Sheila Kelley. Drama)
03.45 Pensacola II

Sábado, 17

▼RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 «Uma Família na Floresta» (de Stewart Raffill, EUA/1975, com Robert Logan. Aventura)
17.05 «Rock de Fogo» (filme)
19.40 Contra-Informação
20.00 Telejornal
21.00 Histórias da Noite
22.30 Miss Portugal 2001
24.00 «O 5.º Elemento» (de Luc Besson, EUA/1997,



com Bruce Willis, Milla Jovovich, Gary Oldman, Ian Holm. Ficção Científica)
02.10 24 Horas
02.30 «Jerry e Tom» (de Saul Rubinek, EUA/1998, com Joe Mantegna, Sam Rockwell, Ted Danson. Comédia)

▼RTP2

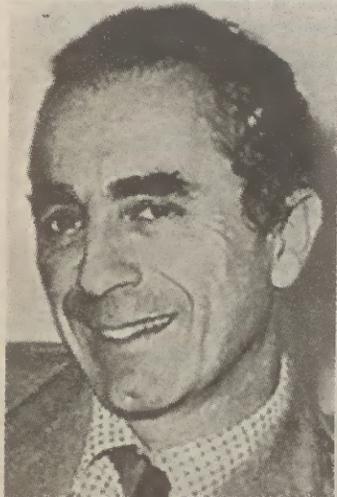
07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.30 Horizontes da Memória
20.00 Bombordo
20.30 Por Outro Lado
21.30 Jornal 2
22.30 O Lugar da História
23.30 Britcom
00.30 Artes de Palco:
«A Casa de Pássaros»
02.00 Onda Curta Especial

▼SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Mundo VIP
14.30 Walter, o Ranger do Texas
16.30 «Pela Borda Fora» (de Penny Marshall, EUA/1967, com Goldie Hawn, Kurt Russell. Comédia)
19.00 Futebol: Infesta-Benfica
21.00 Jornal da Noite
21.30 Malucos do Riso
22.00 Rex, o Cão-Polícia
23.15 O Espírito da Lei
00.15 «Inesquecível» (de John Dahl, EUA/1996, com Ray Liotta, Linda Fiorentino, Peter Coyote. «Thriller»)
02.00 «Golpe Duro» (de Aaron Norris, EUA/1992, com Chuck Norris, Beau Bridges, Jonathan Brandis)

▼TVI

08.30 Top Rock
12.00 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.00 «Xuxa e os Trapalhões» (Brasil/1990, com Xuxa. Comédia)
17.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.00 Survivor
23.45 «Eternamente Jovem» (de Steve Miner, EUA/1992, com Mel Gibson, Jamie Lee Curtis. Drama)
01.45 «Nascido para a Aventura» (de Albert Magnoli, EUA/1994, com Richard Grieco, Jay Acovone. Aventura)



Para Além das Nuvens, um projecto de Michelangelo Antonioni (à esquerda) realizado com o concurso de Wim Wenders (à direita)



como William Holden, Jack Hawkins e Sessue Hayakawa. Provavelmente vamos ver a versão pan & scan o que, neste filme, é particularmente gravoso, dado o aproveitamento criterioso do cinemascope feito por David Lean...

Eternamente Jovem

(Sábado, 17.11.01, TVI)

Mel Gibson e Jamie Lee Curtis encabeçam esta comédia romântica onde o primeiro se oferece como voluntário numa «experiência criogénica secreta», acordando 50 anos depois para, com a ajuda da segunda, perceber que «o tempo não espera por ninguém mas o verdadeiro amor é eterno». Tudo isto acontece porque a personagem de Gibson perdera, 50 anos antes, a namorada e entrara na tal experiência secreta numa espécie de fuga para a frente. Para entreter.

O 5.º Elemento

(Sábado, 17.11.01, RTP-1)

Luc Besson rodou nos EUA, em 1997, este interessante filme de acção e aventuras que decorre no século XXIII e onde se assiste a uma

Domingo, 18

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.30 Danza Café
16.30 «Os Heróis de Telemark» (de Anthony Mann, G.Br/1965, com Kirk Douglas, Richard Harris, Ulla Jacobson. *Guerra. Ver Destaque*)
19.00 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.00 Domingo Desportivo
22.30 «Apavorada» (de Giles Walker, EUA/2000, com Nastassja Kinski, Stewart Bick. *Suspense*)
00.15 24 Horas
00.35 «Estado de Terror» (de John Irvin, Can/1991, com Donald Sutherland, Anne Archer. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Horizontes de Memória
12.05 Palácio de Cristal
13.00 Turma das Ciências
13.30 Clube da Memória
14.00 Desporto 2
18.15 Amazônia, Último Aviso
19.15 Onda Curta
19.50 Artes e Letras (Arquitectos - Jean Nouvel)
21.30 Jornal 2
22.30 Travessa do Cotovelo
23.34 Sinais do Tempo: «Mães no Trabalho»
00.45 2010

▼ SIC

08.00 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «George, o Rei da Selva» (de Sam Weisman, 1997, com Brendan Fraser. *Comédia*)
15.55 «Drácula, Morto mas Contente» (de Mel Brooks, EUA/1995, com Leslie Nielsen. *Comédia*)
17.45 «Quando Um Homem Ama uma Mulher» (Longa-metragem)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 A Minha Família É uma Animação
22.30 Herman SIC
24.00 «Testemunha Autista» (de Bruce Beresford, EUA/1994, com Richard Dreyfuss, Linda Hamilton, John Lithgow. *Drama*)
02.15 Jerry Springer Show

▼ TVI

08.30 Animação
10.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
13.45 Lux
15.00 «Deep in My Heart» (de Anita Addison, EUA/1999, Anne Bancroft, Gloria Reuben. *Drama*)
17.00 «Hook» (de Steven Spielberg, EUA/1991, com Dustin Hoffman, Robin Williams, Julia Roberts, Bob Odenkirk. *Fantástico. Ver Destaque*)
19.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Nunca Digas Adeus
23.00 Big Brother
00.15 «Casamento Invulgar» (de John Bradshaw, com Adrien Brody, Kari Wuhrer)

Segunda, 19

▼ RTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra-Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Sorte Grande
22.00 A Senhora das Águas
23.00 Jogo Falado
00.30 Bull
01.30 24 Horas
01.50 «Para Além das Nuvens» (de Michelangelo Antonioni e Win Wenders, It-Fr-Alem/1995, com Inès Sastre, Sophie Marceau, John Malkovich, Fanny Ardant. *Comédia*)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 O Lugar da História
14.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Planeta Azul
19.30 A Ciência do Segredo
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
21.00 Querido Bebê
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Os Sopranos
24.00 «Pau de Sangue» (de Flora Gomes, Guiné Bissau-Tun-Fr-Port, com Ramiro Naka, Edna Evora. *Drama*)
01.45 Livres e Iguais

▼ SIC

08.00 Buêréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.10 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.15 Dona Flor e Seus Dois Maridos
02.25 Jerry Springer Show

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Nunca Digas Adeus
23.30 Big Brother
00.40 Ficheiros Secretos
02.30 «As Cores da Vida» (de Michele Lee, EUA/1996, com Joy Coghill, Michele Lee. *Comédia*)

Terça, 20

▼ RTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra-Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.00 Futebol: Liga dos Campeões (Resumos)
23.30 Segredo de Justiça
00.30 24 Horas
00.50 «O Dia em que Morreu o Silêncio» (de Paolo Agazzi, Bol-Alem/1998, com Dario Grandinetti. *Comédia*)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 2010
13.50 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Turma das Ciências
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
21.00 Querido Bebê
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 O Legado
24.00 «Bom Dia, Babilónia» (de Paolo e Vittorio Taviani, EUA-It-Fr/1987, com Viventtt Spano, Joaquim de Almeida, Greta Scacchi. *Drama*)
02.05 Livres e Iguais

▼ SIC

08.00 Buêréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.10 Ganância

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Nunca Digas Adeus
23.30 Big Brother
00.40 Ficheiros Secretos
02.30 «As Cores da Vida» (de Michele Lee, EUA/1996, com Joy Coghill, Michele Lee. *Comédia*)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Big Brother
02.20 A Juíza
03.20 «Um Segredo em Família» (de Arvin Brown, EUA/1998, com Dorian Harewood, Jean Smart. *Drama*)

Quarta, 21

▼ RTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra-Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
22.30 A Senhora das Águas
23.30 Futebol (Liga dos Campeões - Resumos)
00.30 Andrómeda
01.30 24 Horas
01.50 «Tetsuo 2 Cyberpunk» (de Shinya Tsukamoto, Jap/1992, com Tomoroh Tagushi. *Ficção Científica*)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Por Outro Lado
14.00 Portugalmente
14.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 EXD Magazine
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
21.00 Querido Bebê
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Na Terra da Abundância
24.00 «Padre Padrone» (de Paolo e Vittorio Taviani, It/1977, com Omero Antonutti, Severio Marconi. *Drama. Ver Destaque*)
02.00 Livres e Iguais

▼ SIC

08.00 Buêréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.10 Ganância



20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.15 Dona Flor e Seus Dois Maridos
00.15 Noites Marcianas
02.25 Jerry Springer Show

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Big Brother
02.20 A Juíza
03.20 «Um Segredo em Família» (de Arvin Brown, EUA/1998, com Dorian Harewood, Jean Smart. *Drama*)

17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.10 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.15 Dona Flor e Seus Dois Maridos
00.15 Noites Marcianas
02.25 Jerry Springer Show

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Nunca Digas Adeus
23.30 Big Brother
00.45 Causa Justa
02.50 «Visões de um Crime» (de Don McBrearty, EUA, com Duncan Regebr, Don Allison. *Thrillers*)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

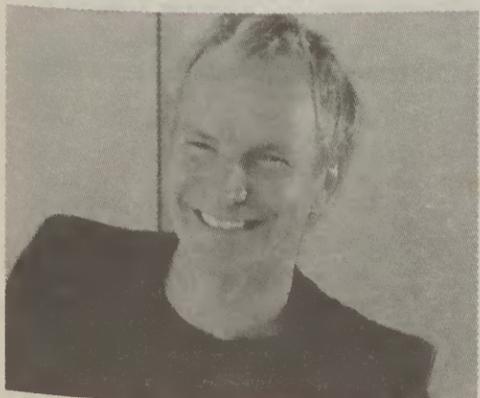
TVisto
• Correia da Fonseca
O rival de bin Laden

O massacre de Nova Iorque teve, como ténue efeitos secundário, o regresso a alguma memória colectiva e a alguns *media* de um outro massacre, perpetrado há dezanove anos no Líbano, mais exactamente nos campos de refugiados palestinianos instalados em Sabra e Chatila. Dando como adquirido, embora ainda não provado perante a opinião pública mundial, que o responsável pelos milhares de mortos do World Trade Center foi bin Laden, direi que o bin Laden dos campos de Sabra e Chatila foi um homem chamado Ariel Sharon. Entre um e outro há, bem entendido, muitas diferenças, e uma delas é a de que Sharon não anda escondido da justiça internacional em parte incerta do Médio Oriente: é conhecido que está em Telavive, onde é o chefe do governo de Israel. E não parece que

pessoalmente a camificina. Mas, como se sabe, também bin Laden não esteve pessoalmente nos dois sinistros voos para Nova Iorque e, se quisermos recuar mais no tempo, podemos lebrar que nem Hitler, nem Himmler, nem nenhum chefe nazi, estiveram nos campos do extermínio, sem que essa distância atenuasse sequer a sua condição de criminosos de guerra.

Os testemunhos convergentes

O sangue que encharca as mãos de Ariel Sharon decorre não apenas da sua responsabilidade como chefe militar que podia ter evitado o massacre, que foi repetidamente avisado para a sua iminência, que conhecia sem margem para dúvida o ímpeto sanguinário dos assassinos e contudo nada fez para os travar, mas também do seu perfil pessoal, desenhado antes e depois do crime, que o define como terrorista de consciência indiferente à morte de inocentes e de israelita que vota a todos os palestinianos um ódio literalmente de morte. De resto, foi decerto uma irreflectida iniciativa sua a que, como se sabe, esteve na origem do reacender da luta entre israelitas e palestinianos. De qualquer modo, é bem nítida a sua culpa como militar a quem estava confiada a segurança dos civis palestinianos instalados na zona do Líbano que Israel havia ocupado e que permaneceu solidamente indiferente a todos os avisos, a todos os claros sinais anunciadores do massacre. Sobre este ponto fundamental não têm dúvidas as muitas testemunhas qualificadas ouvidas pela reportagem da BBC: juízes de diversas nacionalidades, militares israelitas, jornalistas norte-americanos, uma enfermeira também norte-americana que presenciou assassínios a sangue frio. Pior: depoimentos insuspeitos falam de ajuda logística prestada por forças de Israel para facilitarem o avanço dos assassinos sobre os campos de refugiados; forças directamente dependentes do general Ariel Sharon. Não sei dizer quantas foram as vítimas inocentes: sei haver quem fale de quinze mil. De qualquer modo, não estou nada interessado em fazer a contabilidade dos assassinados por ordem supostamente expressa de bin Laden ou com a autorização de facto de Sharon. Estou muito mais interessado em que todos os criminosos de guerra sejam punidos, quer sejam designados por terroristas ou por generais de carreira com funções ocasionais de chefia de governo. Por isso, estou também interessado, e muito, em que os *media* não esqueçam nem uns nem outros. Que, por exemplo, façam como a BBC, que no «ano de bin Laden» fez a exportou uma reportagem sobre Ariel Sharon. Não estou inteiramente certo de que a televisão portuguesa faria o mesmo.



«Top +», a tabela dos discos mais vendidos: sábado, RTP1



«Os Médicos», que a TVI repete todos os anos...

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Hospitais

Em reunião com as comissões parlamentares de Economia e Saúde, no âmbito da discussão, na especialidade, do Orçamento de Estado para 2002, o ministro da Saúde, Correia de Campos, foi confrontado com uma pergunta directa por parte de Bernardino Soares, líder da bancada do PCP: que acontecerá, se os previstos hospitais-empresas começarem a acumular prejuízos?

À questão respondeu o ministro: «Se?!... E se cair um avião na Assembleia da República?»

É suposto, com tal ironia, que o ministro considera impossível haver prejuízos nos ditos hospitais-empresas agora lançados pelo Executivo de António Guterres, o que configura a absoluta novidade de termos um ministro que afirma acreditar nisso. Para o justificar, o governante defende que, «com contas equilibradas», estas unidades «vão poder negociar com os fornecedores em melhores condições de preço, o que lhes dará ganhos de gestão e a hipótese de reforçarem a qualidade do serviço prestado aos utentes». Portanto, para o ministro, o segredo dos hospitais-empresas consiste na sua capacidade de «negociar com os fornecedores em melhores condições de preço», o que só o deve tranquilizar a ele próprio. Na verdade, não se percebe por que não-de os fornecedores negociar «melhores condições de preço» com os hospitais-empresas e, sobretudo, onde é que essas hipotéticas «melhores condições» darão «ganhos de gestão» suficientes para «reforçarem a qualidade do serviço prestado aos utentes».

Entretanto, ficou sem resposta a questão central de sabermos o que acontecerá se — como é absolutamente previsível — os tais hospitais-empresas começarem a dar prejuízos. Nesse caso, o hospital deixará de ser «empresa», cabendo ao Estado arcar com o défice? Se assim for, que sentido tem haver uma gestão empresarial privada do hospital que, afinal de contas, não assume responsabilidades pelos seus próprios actos de gestão? Dito de outra forma, será que a gestão privada dos hospitais apenas serve para que, quem a exerce, encaixe ganhos directos, continuando o Estado a pagar tudo a toda a gente, a começar pelos tão falados «prejuízos»?

Mas o ministro também não respondeu a outra pergunta: a que questiona se a banca — que deverá passar a poder emprestar dinheiro a estas unidades hospitalares — poderá, de futuro, integrar a gestão.

Aqui, nem com a duvidosa piada do avião a cair na Assembleia da República teve o ministro o mau gosto de tentar iludir a resposta. O silêncio foi absoluto. E, todavia, a questão é bastante pertinente. Sabendo-se que os bancos serão tudo menos entidades de solidariedade social, não se percebe como irão emprestar dinheiro aos hospitais-empresas prescindindo de terem, pelo menos, uma palavra a dizer em caso de derrapagem. Ora, tendo necessariamente uma palavra a dizer em qualquer situação, que farão os bancos aos hospitais-empresas que não cumpram as suas obrigações financeiras?

Certamente o mesmo que fazem a qualquer faltoso — apropriam-se, por junto e atacado, de todos os bens e equipamentos móveis e imóveis que deram garantia aos empréstimos, o que configurará uma outra novidade: a tomada de assalto, pela banca, de unidades hospitalares completas que o Estado construiu de raiz e de fio a pavio. Assim, sem quaisquer investimentos ou riscos, tornar-se-á proprietária dos próprios hospitais, podendo, finalmente, transformar a Saúde num negócio privado.

Não se julgue, entretanto, que o ministro nada disse sobre esta matéria. Foi até bastante claro num ponto: o que informa estar previsto no Orçamento de 2002 uma verba de 80 milhões de contos para «dotações iniciais de capital» de hospitais que vão ser transformados em empresas. Ou seja: até o lançamento do «negócio» é pago pelo Estado...

Manifestação amanhã à noite na Praça Stephens

Apoio aos vidreiros

Seis sindicatos já se associaram à iniciativa do STIV/CGTP, manifestando activa solidariedade para com a luta dos trabalhadores da Mandata e da Mortensen, que exigem a retoma da laboração, a manutenção do emprego e o pagamento dos salários.

Depois de, no dia 7, terem feito mais uma marcha até Leiria, para se integrarem na manifestação convocada pela estrutura distrital da CGTP (ver págs. centrais), os trabalhadores das empresas vidreiras Mandata e Mortensen voltaram a montar, quinta-feira à tarde, um acampamento de protesto frente ao edifício da Câmara.

A iniciativa ainda chegou a ser proibida pela PSP, que recuou nesse intento depois de ser apresentado aos agentes um ofício do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, enviado à Câmara, informando-a da iniciativa e invocando o decreto-lei 406/74, de 24 de Agosto, que permite este tipo de acções organizadas por estruturas sindicais. O documento, citado pela Agência Lusa, informou da realização de uma «iniciativa de protesto pela ausência de medidas do Governo em relação aos problemas da Mandata e da Jorgen Mortensen na Praça Stephens, na Marinha Grande, sob a forma de acampamento», iniciativa que «terá a duração que os trabalhadores considerarem necessária».

Os vidreiros instalaram sete tendas na Praça Stephens, exigindo uma intervenção do Governo.

O sindicato, ao convocar a manifestação de amanhã, lembra que «a agonia das

empresas vidreiras Mandata e Mortensen prolonga-se e, com ela, o sofrimento dos cerca de 400 trabalhadores, que dia a dia vêm aumentar as suas dificuldades e acentuar-se o espectro do desemprego».

Enquanto os trabalhadores persistem na luta «pela viabilidade das duas unidades fabris, pela manutenção dos 400 postos de trabalho e pelo pagamento dos

salários em atraso», o Governo não toma «as iniciativas que se impõem», acusa o STIV, no comunicado que distribuiu à população desde a passada quinta-feira, apelando à solidariedade dos marinhenses, com a sua presença na Praça Stephens, «não só durante o dia mas também durante a noite».

É fortemente criticado, a par da falta de medidas por parte do Governo, o comportamento do presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande que, face às novas iniciativas de luta dos vidreiros, «tenta a intimidação, chamando a PSP, e continua com os seus vis insultos». O protesto do sindicato é acompanhado da exigência de medidas concretas.

Apelo

Na segunda-feira, o Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria, o Sindicato da Função Pública da Zona Centro, o Sindicato das Indústrias Químicas do Centro e Sul, o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato dos Professores da Região Centro emitiram um apelo à participação na concentração de solidariedade, realçando que a luta dos vidreiros «é a luta de todos os trabalhadores». «Não podemos permitir mais encerramentos de empresas, mais despedimentos e mais salários em atraso», afirmam os sindicatos.

A concentração de solidariedade está marcada para as 21 horas



Expressões de solidariedade marcaram a recente deslocação dos vidreiros a Lisboa

PCP defende o passe social

Acabar com o *passe* social intermodal, como foi defendido nos últimos dias por responsáveis do Governo, seria mais uma «machadada nos direitos sociais dos trabalhadores e das populações», considerou o Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa do PCP, que reafirmou a sua oposição a esta e outras medidas e à política de direita que as suporta.

Numa nota divulgada segunda-feira à imprensa, o executivo do organismo de direcção dos Transportes da ORL apela «aos trabalhadores do sector e aos utilizadores do *passe* social», para que «unam esforços na luta» contra os propósitos e planos do Governo PS.

Os comunistas recordam que, em 1975-76, quando o *passe* social intermodal foi criado, «representou não só uma economia para os utilizadores de transportes públicos colectivos, como veio aumentar a mobilidade den-

tro das áreas abrangidas», o que ainda se continua a verificar, apesar do seu custo ter aumentado (o *passe* L123 representava, em 1980, menos de 9 por cento do salário mínimo nacional, enquanto hoje já ultrapassa os 11 por cento).

A ofensiva contra o *passe* social começou com «a política de recuperação capitalista, hoje em fase avançada de entrega e submissão ao grande capital», refere a nota, que lembra a posição oposta do Partido: «A expulsão das populações para zonas cada vez mais periféricas, fruto da especulação imobiliária, aconselhava à reformulação das coroas abrangidas pelo *passe* social», mas uma proposta do PCP nesse sentido foi rejeitada na AR, em Outubro do ano passado, pelos votos do PS e do CDS/PP e pela abstenção do PSD.

Com tal política, a par do agravamento das condições de vida dos trabalhadores, cresceu o uso de transporte

individual nas deslocações diárias. Para propiciar a tomada de medidas urgentes, o PCP voltou a apresentar, em 20 de Setembro último, um projecto para alargar as coroas do *passe* social — que ainda não foi agendado para discussão no Parlamento. Foi ainda apresentado um projecto de lei para a criação das autoridades metropolitanas de transportes.

Agravar custos

Os comunistas consideram «falacioso» o argumento do Governo, de que o actual *passe* suscita protesto das empresas relativamente à distribuição das receitas da sua venda. «A resolução do problema não parece difícil», afirma-se na nota, lembrando que o Tribunal de Contas, numa auditoria às contas do Metropolitano de Lisboa, «concluiu que, só nos últimos 4 anos, foram as empresas privadas beneficiadas em

cerca de um milhão de contos por ano, em desfavor das empresas públicas».

«A questão que está, de facto, por detrás desta intenção, é agravar os custos do transporte, não só pelo aumento progressivo do preço, como pela redução da mobilidade social das populações, acabando com o *passe* social e deixando apenas a hipótese de utilização de *passes* laborais» (apenas para deslocação entre a residência e o trabalho). Ao mesmo tempo, acusa o PCP, o Governo procura também «facilitar a privatização das empresas, no todo ou em parte (linhas ou carreiras), proporcionando aos operadores privados lucros ainda mais escandalosos».



5 603199 00045